

GISLAINE DAMACENO DO NASCIMENTO ORLANDO

**O CONCEITO DE FAMÍLIA PARA USUÁRIOS DO CENTRO DE
REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas da
Universidade Federal da Grande Dourados para obtenção do
título de Mestra em Psicologia.
Linha de pesquisa: Processos Psicossociais

Orientador: Prof. Dr. Conrado Neves Sathler

Dourados

2018

GISLAINE DAMACENO DO NASCIMENTO ORLANDO

**O CONCEITO DE FAMÍLIA PARA USUÁRIOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados para obtenção do título de Mestra em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Régis de Toledo Souza

Universidade de Taubaté - UNITAU

Profa. Dra. Gabriela Rieveres Borges de Andrade

Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Prof. Dr. Conrado Neves Sathler

Universidade Federal da Grande Dourados

Prof. Orientador - Presidente da Banca Examinadora

Dourados, 26 de fevereiro de 2018

Ao Roberto, meu companheiro nessa aventura deliciosa de formar uma família.

Agradecimentos

Aos participantes desta pesquisa, usuários e equipe do CRAS, pela disponibilidade em colaborar.

Ao Prof. Conrado Neves Sathler, pela postura de verdadeiro educador, aliando disponibilidade, apoio, incentivo e liberdade suficientes para o crescimento que fez parte desse processo.

Aos professores da UFGD com quem tive contato nas disciplinas e atividades acadêmicas das quais participei, pelas valiosas contribuições.

À Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa da UFGD, por ter concedido o afastamento de minhas funções para a realização deste estudo.

A toda minha família, pelo apoio e compreensão diários.

Aos colegas com quem tive a oportunidade de compartilhar alegremente esta importante etapa em minha vida.

RESUMO

ORLANDO, Gislaine Damaceno do Nascimento. **O conceito de família para os usuários do Centro de Referência de Assistência Social**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais. Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2018.

Esta pesquisa teve como objetivo ampliar as discussões no campo da Psicologia Social sobre família, vínculo e vulnerabilidade no âmbito da Assistência Social a partir do conceito de família presente nos discursos dos usuários do Centro de Referência de Assistência Social. Foi realizada uma pesquisa de delineamento qualitativo (analítico-discursiva), composta por pesquisa etnográfica e entrevistas com 05 (cinco) usuários do CRAS. A análise das entrevistas foi realizada na perspectiva discursiva. Os participantes descreveram suas famílias em termos dos afetos, dificuldades e conflitos do cotidiano, porém apresentaram um conceito de família idealizado, que remete à família nuclear burguesa. No contexto do CRAS, os aspectos que caracterizam a vulnerabilidade ganham destaque, pois é a partir deles que as famílias são classificadas e incluídas nos serviços. O conceito de família para o usuário do CRAS é o mesmo que vem sendo construído e cultivado com o surgimento da sociedade moderna, com ênfase nos afetos e promoção de cuidados.

Palavras-chave: Família; Assistência Social; Vulnerabilidade; Psicologia Social.

ABSTRACT

ORLANDO, G. D. N. **The family concept for users of the Reference Center of Social Assistance.** Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais. Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2018.

This research aims to broaden the discussions in the field of Social Psychology about family, bond and vulnerability from the family concept presented for users of the Reference Center of Social Assistance discourses. A qualitative (analytical-discursive) research was carried out, composed by ethnographic research and interviews with 05 (five) CRAS users. The analysis of the interviews was carried out from a discursive perspective. The participants described their families in terms of the affections, difficulties and conflicts of daily life, but they presented an idealized family concept, which refers to the bourgeois nuclear family. In the CRAS context, the aspects that characterize vulnerability are highlighted, because it is from them that families are classified and included in services. The concept of family for the CRAS user is the same that has been constructed and cultivated with the emergence of modern society, with an emphasis on affection and promotion of care.

Keywords: Family; Social Assistance; Vulnerability, Social Psychology.

Lista de Quadros

Quadro 1 – Apresentação das Variáveis que Definem População Vulnerável	29
--	----

Lista da Abreviaturas e Siglas

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF – Programa Bolsa Família

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

Sumário

1	Introdução	10
2	Discursos Contemporâneos sobre Família e a Política Nacional de Assistência Social.....	12
2.1	Sentidos de família na contemporaneidade	12
2.2	O Centro de Referência de Assistência Social: família e vulnerabilidade	21
3	Método da Pesquisa	31
3.1	Tipo de pesquisa e coleta de dados	31
3.2	Participantes: definição da amostragem	32
3.3	Análise dos dados	32
3.4	Procedimentos éticos	33
4	Resultados e Discussão	35
4.1	O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).....	37
4.2	O Cadastro Único	39
4.3	Os serviços de convivência.....	42
4.4	Famílias que encontramos	47
4.4.1	Vulnerabilidade	49
4.4.2	Vínculo.....	62
4.4.3	A relação com o CRAS	69
4.4.4	Família	76
5	Considerações Finais	91
6	Referências Bibliográficas	94
	Anexo A – Roteiro para entrevista semi-estruturada	98
	Anexo B – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa	99

1 Introdução

Uma mãe quer orientação sobre como proceder com o filho que é usuário de droga. O Conselho Tutelar solicita acompanhamento de uma família que foi denunciada por negligência com os filhos. Uma mulher acompanhada de três crianças aguarda para solicitar cesta básica, pois estão passando fome, ela fugiu de casa com os filhos porque sofria violência doméstica e está sem alimento, móveis, roupas. O dia a dia no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) demanda dos profissionais, incluindo-se o psicólogo, uma gama de conhecimentos e habilidades que são específicos do contexto de populações em situação de vulnerabilidade.

O trabalho do psicólogo no âmbito da Assistência Social é relativamente novo e envolve a necessidade de produção de novos conhecimentos que possam fundamentar a prática profissional. É preciso conjugar teorias do escopo da Psicologia aos de outros campos de conhecimento que possam enriquecer e aprofundar o entendimento da população atendida. É prioritário desenvolver uma visão crítica, que considere os aspectos políticos e sociais que produzem o campo, de modo a não naturalizar os problemas sociais.

A família que é usuária do CRAS, considerada em situação de vulnerabilidade social, é objeto de intervenção dos agentes que atuam na instituição, incluindo o psicólogo. Nesse sentido, o aprofundamento sobre o conceito de família para esses usuários será de grande relevância para a formação profissional na área da Psicologia Social, possibilitando a reflexão sobre a prática e a dimensão sociopolítica que a permeia.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo ampliar as discussões no campo da Psicologia Social sobre família, vínculo e vulnerabilidade no âmbito da Assistência Social a partir do conceito de família presente nos discursos dos usuários do Centro de Referência de Assistência Social.

Primeiramente serão apresentados os principais discursos circulantes sobre a família, enfatizando a construção histórica do conceito. Faz parte ainda dessa etapa a contextualização do trabalho com famílias no CRAS a partir dos documentos produzidos pelo Sistema Único de Assistência Social voltado para a Proteção Social Básica e a discussão acadêmica atual sobre o tema.

Após a descrição do método da pesquisa, serão apresentados os resultados e discussão, primeiramente com a descrição da observação do cotidiano do CRAS, enfatizando o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à

Família e o Cadastro Único. No mesmo capítulo apresentaremos a análise discursiva das entrevistas realizadas com os usuários. Por fim, serão discutidos os resultados com vistas ao entendimento do conceito de família para os usuários do CRAS.

Em uma perspectiva discursiva, na análise das entrevistas desta pesquisa, o que se pretende é compreender o sujeito na rede discursiva na qual ele é produzido, desvelando os discursos nos quais estão imersas as concepções de família e vulnerabilidade social que permeiam as práticas institucionais.

2 Discursos Contemporâneos sobre Família e a Política Nacional de Assistência Social

Neste capítulo pretendemos discutir, primeiramente, os principais discursos que teceram a concepção de família que temos na contemporaneidade, a partir de uma perspectiva de produção de subjetividade em processos historicamente construídos.

Em seguida, procuramos apresentar o contexto do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), com destaque para a centralidade da família prevista na Políticas Nacional de Assistência Social.

2.1 Sentidos de família na contemporaneidade

Quando evocamos a palavra família, toda uma rica gama de significados vem à mente. Há muitas expectativas impregnadas de idealizações baseadas na ideia da família nuclear: pai, mãe e filhos. Espera-se que ela possa cumprir com uma função de geradora de cuidados, proteção e aprendizado dos afetos. Espera-se, ainda, que possa construir identidades e vínculos relacionais de pertencimento, de modo que promova a seus membros a inclusão social na comunidade e sociedade onde vivem (Carvalho, 2003).

Esse modelo de família, a família nuclear burguesa, vem sendo construído gradativamente ao longo do advento da modernidade (Ariès, 1981; Foucault, 1988). É um modelo baseado em uma certa estrutura e, quando a família se afasta da estrutura proposta pelo modelo, é considerada como “desestruturada” ou “incompleta”, tornando-se causa de possíveis desajustamentos emocionais e sociais. Nesse caso, há um foco na estrutura e não na qualidade das relações entre seus membros. A circulação do discurso da “família desestruturada”, veiculado pelas instituições, mídia e profissionais, gera um sentimento de incompetência e inferioridade naqueles que não pertencem a uma família considerada dentro da norma (Szymanski, 2003).

Nesse contexto, nosso estudo parte de uma concepção de família que não pode ser compreendida como um fenômeno natural, pois consiste em uma instituição social, historicamente construída, apresentando formas e finalidades diversas, inclusive em uma mesma época e lugar (Prado, 1988).

Isso fica claro se observarmos que, em 1949, o antropólogo George Murdock propôs uma definição universal de família que foi considerada adequada por muitos anos. A partir de sua análise de mais de 500 sociedades, ele definiu família como:

(...) um grupo social caracterizado pela residência, a cooperação econômica e a reprodução. Ela inclui adultos de ambos os sexos, pelo menos dois dos quais mantêm um relacionamento sexual socialmente aprovado, e um ou mais filhos, próprios ou adotivos, dos adultos que coabitam sexualmente (Murdock, 1949, p. 1, citado por Outhwaite & Bottomore, 1996).

Apesar de ter sido aplaudida por sua abrangência, essa definição não pode mais ser aplicada na atualidade, pois existem evidências para contestá-la com relação a cada critério proposto.

Um conceito que tem sido utilizado atualmente é o da antropóloga cultural norte americana Carol Stack que, em 1974, considerou como critério de família a menor rede organizada e durável, formada por parentes e não parentes em interação diária, provendo as necessidades domésticas dos filhos e com vistas a garantir sua sobrevivência, podendo difundir-se em mais de uma residência com base no parentesco (Outhwaite & Bottomore, 1996).

Quem deu grande contribuição para a desnaturalização da família foi Lévi-Strauss, ao definir os laços de parentesco como um fato social, incluindo não apenas os laços de consanguinidade, mas também os de aliança. Para ele não há apenas uma unidade familiar, mas duas que se comunicam através do casamento. Assim, o princípio da troca e da reciprocidade é constitutivo das relações familiares, de modo que as famílias representam alianças entre grupos (Sarti, 2003).

Mas, é preciso que fique claro, família não é a mesma coisa que parentesco:

O parentesco é uma estrutura formal que resulta da combinação de três tipos de relações básicas: a relação de consanguinidade entre irmãos; a relação de descendência entre pai e filho e mãe e filho; e a relação de afinidade que se dá através do casamento. Esta é uma estrutura universal, e qualquer sociedade humana se forma pela combinação destas relações. A família é o grupo social concreto através do qual se realizam esses vínculos (Sarti, 2003, p. 40).

Nesse sentido, quando falamos em família, estamos considerando um fenômeno social construído a partir da cultura, em um contexto histórico cultural que pode assumir diversas formas, tanto em sua estrutura quanto no sentido atribuído às relações por seus membros.

Considerando as diferenças sociais em uma mesma sociedade, o antropólogo Luis Fernando Duarte (citado por Fonseca, 2005), baseado em estudos sobre a família brasileira, afirma que o valor “família” tem grande importância em todas as camadas sociais da população, mas diverge quanto ao seu significado. Duarte identificou que as famílias da elite valorizam a linhagem por serem orgulhosos de seu patrimônio, já as famílias de classe média são as famílias nucleares da modernidade e as camadas populares consideram família uma rede de ajuda mútua no dia a dia.

Engels (2002) parte de uma concepção marxista para mostrar como a família tem um histórico intrinsecamente ligado ao surgimento da propriedade privada, estando a serviço do patriarcado e do capitalismo, carregada de alto teor ideológico.

De acordo com Engels (2002), a origem da palavra “família” remete ao termo *famulus*, cujo significado é escravo doméstico. Esta nomeação era dada a um grupo formado pela mulher, filhos e escravos pertencentes a um homem que detinha o pátrio poder romano e o direito de vida e de morte sobre todos eles. A finalidade desse grupo era, portanto, de natureza política e econômica, baseada no poder patriarcal.

Chauí (1984) apresenta o conceito de ideologia como um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, visando a manutenção da exploração econômica, da desigualdade social e da dominação política. A separação entre o trabalho intelectual e o trabalho material, a alienação (a percepção de que as condições reais de existência social dos homens não lhes apareçam como construídas por eles mesmos) e a dominação de uma classe sobre as outras são as condições para que a ideologia se mantenha.

Assim, a ideologia tem como traço fundamental tomar as ideias como independentes da realidade histórica e social. Nessa perspectiva, a família burguesa apresenta-se não como uma relação social suscetível a mudanças de sentidos, formas e funções de acordo com as condições históricas e de luta de classes, mas sim como sendo sempre a mesma no tempo e para todas as classes. É representada como sendo:

uma realidade natural (biológica), sagrada (desejada e abençoada por Deus), eterna (sempre existiu e sempre existirá), moral (a vida pura, boa, normal, respeitada) e pedagógica (nela se aprendem as regras da verdadeira convivência entre os homens, com o amor dos pais pelos filhos, com o respeito e temor dos filhos pelos pais, com o amor fraterno). Estamos, pois, diante da ideia de família e não da realidade histórico cultural da família (Chauí, 1984; p.84).

Segundo Althusser (1985), para manter sua dominação, a classe dominante cria mecanismos de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração. Tais mecanismos são divididos pelo autor em Aparelhos Repressores (governo, administração, exército, polícia, tribunais, prisões) e Aparelhos Ideológicos (religião, escola, família, direito, política, sindicato, cultura, informação). Enquanto os ARE (Aparelhos Repressores de Estado) funcionam principalmente pela repressão, os AIE (Aparelhos Ideológicos de Estado) funcionam prevalentemente pela ideologia.

De acordo com o exposto acima, a ideologia está materializada nas instituições e a família configura-se, então, como um aparelho ideológico de estado, um mecanismo de manutenção da ideologia dominante, que se materializa de forma dinâmica nas relações

familiares. Assim, os indivíduos se reconhecem enquanto sujeitos a partir do lugar que ocupam nessa estrutura.

Em uma outra perspectiva, a ideologia pode ser compreendida como uma prática ou modo de operação na qual formas simbólicas são usadas e transformadas em contextos sociais específicos, pois as relações sociais são criadas e sustentadas por essas formas simbólicas circulantes, ou seja, o que possibilita estabelecer e sustentar relações de dominação é o sentido, sentido este que nasce das práticas sociais. Assim, há uma dimensão dinâmica na ideologia vista como uma prática, uma estratégia de ação que produz, reproduz e transforma, atuando na construção de subjetividades (Thompson citado por Guareschi, 2013).

Os sentidos de família foram e vem sendo construídos ao longo da história. A família denominada nuclear, composta por um casal e seus filhos, nasceu das transformações sociais que deram origem à modernidade. Nesse modelo pressupõe-se o sentimento de um lar, onde se desenrola a intimidade de seus membros, cuja principal finalidade é o provimento, cuidado e educação dos filhos (Ariès, 1981).

Relatos do período medieval revelam que a família não alimentava um sentimento muito profundo entre pais e filhos e os pais se dedicavam aos filhos mais pela contribuição que essas crianças podiam trazer à obra comum do que pelo apego que tinham a elas. Já nas famílias mais abastadas o sentimento nutrido era o das antigas relações de linhagem. Foram mudanças sociais que ocorreram a partir do século XV, como a recomendação de que a educação fosse fornecida pela escola, e a de que as mães deveriam amamentar elas mesmas seus filhos que iniciaram as mudanças na organização familiar. Mas um fato histórico de grande importância foi se delineando ao longo de todo esse processo e foi essencial para o surgimento da família moderna: a separação entre o público e o privado (Ariès, 1981).

Houve, a partir de meados do século XVIII, na Europa, um rompimento por parte da família burguesa com os modelos familiares vigentes e a criação de novos padrões e modos de se relacionar que correspondiam às necessidades da nova classe dominante. A característica principal dessa nova família era o fechamento em torno de si mesma, com uma clara separação entre a residência e o local de trabalho: o trabalho passou a ser o império da razão e o lar o espaço da vida emocional. Nas residências, a mulher ficou responsável pela organização da casa e educação dos filhos, sendo que estes passaram a ser o principal objetivo do casamento burguês (Reis, 2007).

Assim, a família da modernidade foi engendrada pelos mecanismos em curso no século XIX, quando foram instituídas novas formas de organização familiar, como a separação entre adultos e crianças, a invenção do espaço doméstico, as regras sobre os

cuidados com os bebês e a atenção sobre a sexualidade infantil, entre outras formas de viver que levaram às concepções sobre o que é uma família que perduram nos discursos circulantes até os dias atuais (Foucault, 1988).

No Brasil colonial, desenvolveram-se inicialmente a família patriarcal escravocrata, na qual as sinhazinhas delicadas e passivas eram um modelo de mulher. Já no Sul, a família bandeirante tinha as mulheres na administração das fazendas enquanto o homem estava na guerra, embora a mulher se mantivesse em uma posição de submissão ao homem, era mais ativa (Neder, 2000).

No Brasil da Velha República se deu a construção da ordem burguesa inspirada no positivismo de Augusto Comte, com a organização da chamada família moderna ou nova família, de acordo com o padrão da família nuclear burguesa. Nesse contexto, a nova mulher deveria ser educada para melhor desempenhar suas funções de esposa e mãe, tornando-se uma mulher “suporte” (Neder, 2000).

A Igreja Católica, separada do Estado no início da República, criou estratégias para preencher as lacunas deixadas pela nova ordem republicana, estando intimamente ligada ao surgimento da Assistência Social no Brasil. A designação Serviço Social vem de serviço no sentido católico, com suas atividades desenvolvidas basicamente por mulheres e sua prática confundida com a caridade. Por conseguinte, permanece junto ao trabalho com famílias na Assistência Social “o tratamento religioso católico, com fortes conotações europeizadas, calcadas na ideia de família-padrão, higienizada e patriarcal, com presença marcante do moralismo e do controle sexual típicos dessa matriz ideológica” (Neder, 2000, p. 34).

Delineava-se, aos poucos, os ideais da família burguesa europeia como o modelo de família para o brasileiro. Assim, no Estado Novo houve uma ênfase por parte das instituições médicas e de assistência na família regular, saudável, suportada nas ideias eugênicas. Como consequência dessa época podemos citar a descrença na eficácia das políticas sociais que tem origem no paradigma biologizante que implantou a descrença em qualquer possibilidade de educação para os negros, os excluídos da época da Velha República. Faz parte desse contexto, as estratégias de controle social de caráter militarista e tem como exemplo o fato de que primeiro foi aprovado o serviço militar obrigatório em detrimento da obrigatoriedade da educação básica (Neder, 2000).

As teorias psicológicas, notadamente a psicanálise, certamente também contribuíram para a concepção moderna de como deve ser uma família. Fazem parte do saber médico que influenciou grandemente a Europa do século XIX e, por conseguinte, a elite brasileira que buscava nesse continente o modelo de progresso naquela época. A popularização de termos

como “trauma” e “inconsciente”, dentre outros, remete a uma veiculação, por diferentes meios, de um vocabulário técnico próprio da psicanálise para o público em geral. A partir da divulgação das ideias de Freud no século XIX nunca mais as relações familiares foram vistas da mesma forma.

Desde Freud, família, e, em especial, a relação mãe-filho, têm aparecido como referencial explicativo para o desenvolvimento emocional da criança. A descoberta de que os anos iniciais de vida são cruciais para o desenvolvimento emocional posterior focalizou a família como o *locus* potencialmente produtor de pessoas saudáveis, emocionalmente estáveis, felizes e equilibradas, ou como o núcleo gerador de inseguranças, desequilíbrios e toda sorte de desvios de comportamento (Szymansky, 2005, p. 23)

Não pretendemos aqui apresentar a escolha de uma abordagem específica com vistas à explicação de fenômenos psicológicos, mas sim apontar os discursos psicológicos que se destacam na construção histórica do que hoje é percebido como próprio da família. Para tal objetivo, vamos rapidamente apresentar alguns pontos da Psicanálise que melhor ilustram sua relação com a família moderna.

Os conceitos decorrentes da teoria do desenvolvimento psicosssexual da criança e as consequências de cada fase para a saúde mental do indivíduo elevaram a importância da qualidade das relações intrafamiliares, especialmente entre os pais e os filhos, fonte privilegiada dos estudos psicanalíticos. Apresentou, ainda, o fato de existir uma sexualidade infantil, o que foi visto com perplexidade pela sociedade da época.

Freud descreveu o desenvolvimento infantil em termos de canalização da libido (energia dinâmica do instinto sexual), sendo que em cada fase existe um predomínio no investimento dessa energia para determinadas zonas erógenas. O que confere a diferenciação de cada etapa do desenvolvimento libidinal é o predomínio de cada uma dessas zonas, havendo a divisão em fase oral, anal, fálica e genital (Talaferro, 1989).

Um conceito especialmente importante no discurso psicanalítico é o de Complexo de Édipo. Na fase fálica, que tem início por volta dos 3 anos de idade, a criança começa a perceber as diferenças sexuais. Os meninos inicialmente acreditam que todos os seres têm pênis e, ao descobrir as mulheres não têm, ficam horrorizados, pensando que elas já tiveram um pênis, mas foram castradas, como castigo pela masturbação. Tais pensamentos levam a uma grande angústia por medo de acontecer-lhes o mesmo, angústia esta manifestada por vários sintomas neuróticos, psicóticos ou psicossomáticos (Talaferro, 1989).

Temos então o Complexo de Édipo: amor do filho em relação à mãe e rivalidade em relação ao pai, e nas meninas, amor em relação ao pai e rivalidade com a mãe. O conflito sur-

ge da ambivalência de sentimentos da criança para com a figura com a qual rivaliza, o que a faz buscar diversos mecanismos com o objetivo de resolvê-lo. O menino sente medo de ser castrado pelo pai como castigo por desejar a mãe, o que o leva a voltar-se para o pai, identificando-se com ele e desistindo da mãe (Talaferro, 1989).

O modo como as meninas passam por essa fase é descrita de modo diferente dos meninos: elas desejam possuir o pai e veem a mãe como rival, mas a necessidade das meninas reprimirem seus desejos é menos intensa, o que as faz permanecerem na situação edípica por tempo indeterminado, ocorrendo sua destruição tardiamente e de modo incompleto (Fadiman & Frager, 1986).

Dentre os autores que deram continuidade à obra de Freud, acreditamos que Donald Woods Winnicott, pediatra e psicanalista inglês, merece destaque no que diz respeito aos discursos sobre a família, pois dedicou seus estudos ao desenvolvimento infantil, publicando títulos como, por exemplo, “Tudo começa em casa” e “Os bebês e suas mães”.

Um conceito de suma importância na obra de Winnicott é o de mãe suficientemente boa, que é aquela que se identifica com o bebê em seus primeiros meses de vida, adaptando-se às suas necessidades. A mãe suficientemente boa permite que o bebê se desenvolva de forma saudável, experimentando um sentimento de continuidade da vida e a formação de um verdadeiro *self*, ou seja, a pessoa que se constrói a partir do emprego de suas tendências inatas. Já a mãe insuficientemente boa, que pode ser uma pessoa, uma mãe imprevisível, por exemplo, ou uma situação, muitas pessoas diferentes para cuidar do bebê, de modo que a criança se depara com uma experiência complexa, para a qual não está preparada (Arcangioli, 1995).

Nesses casos de falha do ambiente, o bebê vivencia uma angústia impensável, sentida como uma ameaça de aniquilação, que pode ter as seguintes variações: despedaçar-se, ter a impressão de uma queda infundável, sentir-se levado para alturas infinitas, não ter relação com o próprio corpo e não ter orientação espaço-temporal. Segundo Winnicott, essas variações estão presentes em estados psicóticos. As carências de adaptação materna podem levar a organizações patológicas como o autismo ou esquizofrenia infantil (não distinguidas por Winnicott), esquizofrenia latente (que poderá se manifestar mais tarde), estado limítrofe (que tem uma estrutura psicótica, mas apresenta-se como neurótica), personalidade construída com base num falso *self*. Este último é considerado o traço principal da reação do bebê às falhas ambientais: é a renúncia do bebê a ver suas necessidades satisfeitas, adaptando-se a cuidados maternos que não lhe convém. Ele adota, então, um modo de ser falso e artificial, construindo uma personalidade a partir de um falso *self*. A mãe insuficientemente boa pode levar também

à formação da personalidade esquizoide, que é uma personalidade sadia com elementos esquizoides, devido ao emprego de mecanismos de clivagem (Arcangioli, 1995).

Outra abordagem dentro do campo da Psicologia que tem destaque na produção teórica sobre as relações familiares é a sistêmica familiar, que parte da teoria geral dos sistemas e da teoria da comunicação. A Terapia Familiar foi criada a partir de pesquisas realizadas nos Estados Unidos na década de 50 que buscavam a etiologia da esquizofrenia a partir das relações familiares. Como resultado Gregory Bateson publicou em 1956 o artigo intitulado “Toward a Theory of Schizophrenia”, no qual apresentou o conceito do duplo vínculo como a base familiar da etiologia da esquizofrenia: uma interação entre duas pessoas com alto nível de envolvimento (normalmente a mãe e o bebê), na qual um paradoxo é infringido à criança de forma repetida e habitual sem possibilidade de a “vítima” abandonar o campo, ou seja, escapar ao paradoxo (Féres-Carneiro, 1996).

Com a ampliação das pesquisas para pessoas diagnosticadas como neuróticos e outras sem nenhum diagnóstico de patologia grave, os pesquisadores concluíram que tais fenômenos eram elementos básicos na dinâmica familiar, de modo que os mesmos princípios básicos estavam presentes em todas as famílias em graus diferentes. As patologias seriam resultado da exacerbação de determinados padrões. Na abordagem sistêmica, a família é concebida como tendo uma organização e uma estrutura, sendo vista como um sistema equilibrado, e o que mantém esse equilíbrio são as regras do funcionamento familiar (Féres-Carneiro, 1996).

Podemos perceber que tanto na abordagem psicanalítica quanto na sistêmica, grande importância é dada ao modo de vinculação entre os membros da família, com grande foco na relação da mãe com o bebê.

De acordo com Zimmerman (2001), a origem etimológica do termo “vínculo” vem do latim *vinculum*, que significa uma união, uma atadura de características duradouras. Do ponto de vista psicanalítico, o vínculo apresenta as seguintes características (Zimmerman, 2001, p. 429):

1. São elos de ligação, interpessoais ou intrapessoais, permanentemente presentes e interativos.
2. Esses elos são sempre de natureza emocional.
3. São imanentes (isto é, são inatos, existem sempre como essenciais em um dado indivíduo e são inseparáveis dele).
4. Comportam-se como uma estrutura (vários elementos em combinações variáveis, onde a mudança de um deles certamente influirá no conjunto todo).
5. São polissêmicos.
6. São potencialmente transformáveis.

Considerando o conceito psicanalítico de vínculo, como elos de natureza emocional, imanentes, com um comportamento estrutural, sendo polissêmicos e potencialmente transformáveis, podemos inferir que, dentro desse conceito, diferentes sentidos podem ser atribuídos às vinculações, com peculiaridades que correspondem à cultura e momento histórico.

Na contemporaneidade estamos vivendo novamente grandes transformações nas formas de organização familiar. Está em vigor um processo de transformação social que marca a transição da formação histórica ancorada no capitalismo industrial, a sociedade disciplinar descrita por Foucault, cujos princípios vigoraram do final do século XVIII até meados do século XX, para outro tipo de organização social caracterizada pela intensificação e sofisticação do projeto histórico precedente (Sibilia, 2008).

Para Bauman (2004), a pós-modernidade está marcada por uma fluidez das relações que ele denominou de “amor líquido”, cujas características predominantes são a insegurança, a impulsividade e o consumismo. Nesse contexto, os relacionamentos seguem os mesmos preceitos da sociedade de consumo. Assim como em um *shopping* há estímulos para que se compre por impulso, também os relacionamentos se dão por impulso. Tais relacionamentos não são gerados no desejo, pois mesmo o desejo precisa de tempo para germinar, crescer e amadurecer.

Bauman (2004) discute também o fato da sexualidade atualmente estar separada da reprodução, pois atualmente a medicina compete com o sexo pela responsabilidade da reprodução e os filhos tornaram-se objeto de consumo emocional, servindo às necessidades, desejos ou impulsos dos pais. A satisfação esperada tende a ser medida pelo custo, considerando que um filho é uma das mais caras “aquisições” que o consumidor médio pode fazer ao longo de sua vida. Além disso é uma escolha, uma decisão, o que torna o processo muito mais angustiante, pois, por ser um compromisso por tempo indefinido, exige auto sacrifício e envolve os temores de perigos inexplorados, sendo um tipo de obrigação que se choca com a essência da política de vida do mundo líquido moderno.

Assim, as características da pós-modernidade produzem novas formas de viver as mesmas experiências do passado, como as relações amorosas e conjugais, a maternidade e a paternidade. A família contemporânea apresenta-se de muitas e diferentes maneiras, tais como casais homoafetivos com e sem filhos, casais heterossexuais, famílias com muitos filhos (bem menos prevalente), casais que escolhem não ter filhos, produções independentes, divórcios, recasamentos, filhos de diferentes uniões convivendo na mesma residência com um dos pais e

seu cônjuge, conjugalidade a três ou mais: são algumas das formas de organização familiar, mas com certeza há muitas outras.

Ocorre na contemporaneidade uma perda do sentido da tradição e valorização da individualidade que ganha grande importância social. Aspectos da vida familiar como o amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho, que antes eram determinados a partir de papéis preestabelecidos, atualmente são vivenciados com vistas à afirmação da individualidade (Sarti, 2003).

No entanto, mesmo na diferença, há semelhanças nas formas de subjetivação próprias da sociedade de consumo e da fluidez dos relacionamentos que caracterizam nosso tempo como descritas acima. Forças históricas imprimem sua influência na conformação dos corpos e das subjetividades, estimulando certas formas de ser e inibindo outras modalidades (Sibília, 2008).

2.2 O Centro de Referência de Assistência Social: família e vulnerabilidade

Para um entendimento do que é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), consideramos útil uma rápida contextualização histórica. O CRAS faz parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que foi criado nos mesmos moldes do Sistema Único de Saúde, quinze anos após este.

O SUAS e a PNAS são resultado de um longo percurso de discussões e deliberações, cujo início foi a promulgação da Constituição de 1988, que instituiu a Seguridade Social em três pilares (Saúde, Assistência Social e Previdência Social). Antes desse marco, a assistência era vinculada à caridade, exercida principalmente pelas senhoras da sociedade, não tendo um caráter de direito do cidadão e dever do Estado (Yamamoto & Oliveira, 2010).

No entanto, foram muitos anos até que se chegasse à PNAS. O passo seguinte foi a regulamentação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), cinco anos após a Constituição, em 1993, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. É destacado como avanço nesse período também a criação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em 1996. Em 1997 foi criado o Programa Garantia de Renda Mínima (PGRM) que, em 2001 tornou-se o Bolsa-Escola (Yamamoto & Oliveira, 2010).

Embora tenha havido avanços nessa época, há críticas quanto à operacionalização e efetividade das ações:

Ao final do governo FHC, o Brasil havia estruturado uma rede de proteção social ampla, fragmentada e com programas que se sobrepunham e concorriam uns com os outros por financiamento. As políticas eram focalizadas, não universais, e os recursos, insuficientes para retirar os beneficiários dos níveis de pobreza em que se encontravam (Yamamoto & Oliveira, 2010, p. 17).

A partir de 2003, com o início do governo Luís Inácio Lula da Silva, foi criado o Programa Bolsa Família, unificando os programas de transferência de renda existentes na época. A PNAS veio logo após, aprovada em 2004, fruto de uma construção coletiva realizada na IV Conferência de Assistência Social, realizada em 2003 (Brasil, 2005).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), materializada pelo SUAS, visa ao enfrentamento das desigualdades socioterritoriais, “à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais” (Brasil, 2004, p. 33).

Na operacionalização da PNAS, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a unidade básica do SUAS e está assim definido nas Orientações Técnicas do antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

(...) uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de Assistência Social (BRASIL, 2009, p. 9).

O CRAS torna-se, assim, responsável pela matricialidade sociofamiliar e a territorialização, dois grandes eixos estruturantes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A matricialidade sociofamiliar coloca a família no centro dos serviços de Assistência Social:

O SUAS, ao eleger a matricialidade sociofamiliar como uma de suas bases estruturantes, organiza toda a rede socioassistencial para o apoio às famílias, a fim de assegurar a toda a população o direito à convivência familiar, seguindo o pressuposto de que para a família prevenir, proteger e manter seus membros é necessária a ação efetiva do poder público. O CRAS, assim, considera as famílias como um espaço de ressonância e sinergia dos interesses e necessidades coletivas e de mobilização à participação e ao protagonismo social, ou seja, como um vetor de mudança da realidade social (BRASIL, 2009, p. 13).

Quanto à territorialização, é um eixo que tem a descentralização como um de seus princípios e se propõe a colocar o CRAS perto dessas famílias para garantir a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco sociais e seu enfrentamento, ao mesmo tempo em que

favorece o acesso da população aos serviços oferecidos. Para além de uma delimitação espacial, constitui um espaço humano onde se desenvolvem as relações familiares e comunitárias (Brasil, 2009).

Um dos serviços obrigatórios oferecidos pelo CRAS é o PAIF, Serviço de Atenção Integral à Família, assim definido nas Orientações Técnicas:

O PAIF é o principal serviço de Proteção Social Básica, ao qual todos os outros serviços desse nível de proteção devem articular-se, pois confere a primazia da ação do poder público na garantia do direito à convivência familiar e assegura a matricialidade sociofamiliar no atendimento socioassistencial, um dos eixos estruturantes do SUAS (Brasil, 2009, p. 31).

A definição deixa clara a centralidade do PAIF na instituição, como mecanismo de efetivação dos valores propostos pela PNAS e estruturantes do SUAS. O documento não se refere ao indivíduo, mas à família como o núcleo básico através do qual será promovida a proteção ao sujeito em situação de vulnerabilidade.

Pesquisas contemporâneas sobre o SUAS apresentam críticas à centralidade do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários que está presente no discurso de seus documentos, o que prevê uma solução psicológica para os problemas sociais (Rodrigues, Guareschi & Cruz, 2013, Zimba, 2013).

É nesse contexto que se insere o psicólogo como membro da equipe do CRAS. O trabalho do psicólogo na Proteção Social Básica exige mais do que uma adequação do trabalho, pois é preciso que se construa conhecimentos outros que estão fora do escopo delimitado pela Psicologia como campo de saber. Além da criação de novos conhecimentos teórico-técnicos que fundamentem o trabalho com pessoas em situação de pobreza, há a demanda por uma mudança na postura que historicamente acompanha a atuação do psicólogo (Yamamoto & Oliveira, 2010).

Nos desafios que se encontram no CRAS não há espaço para a noção de “sujeito psicológico” ou para a crença de que a Psicologia deve intervir apenas no sofrimento psíquico ou no ajustamento. No campo das políticas sociais em geral, o psicólogo é chamado a ter um posicionamento político mais crítico na construção do conhecimento (Yamamoto & Oliveira, 2010).

Rodrigues, Guareschi e Cruz (2013) problematizam o “fortalecimento do vínculo familiar e comunitário” como principal operador das políticas sociais, partindo da Lei Orgânica de 1993, passando pela recente alteração que deu origem à Lei nº 12.435 de 2011 e pela PNAS (Política Nacional de Assistência Social), elas constataram que a expressão se encontra em todos os documentos, enfatizando a necessidade de fortalecimento dos vínculos

como um dos objetivos da proteção social básica e, como objetivo da proteção social especial, a sua reconstrução. Tais ações pressupõem que esses vínculos já se encontram fragilizados, inadequados ou divergentes do que é esperado, o que leva ao questionamento sobre a existência de um modo de conviver melhor, de fazer as famílias conviverem de modo mais adequado pela gestão dos grupos de convivência por especialistas como, por exemplo, o psicólogo.

Rodrigues *et. al.* (2013) consideram a expressão “fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários” como fundante para garantia ao direito à convivência familiar e comunitária, quase como um imperativo em todos os documentos da Política de Assistência Social. As autoras criticam a “psicologização” que se dá quando tudo o que acontece ao sujeito é remetido ao campo das explicações psicológicas, levando ao esvaziamento político do cotidiano, de modo que as diversas formas de dominação e controle são ignoradas e atribuídas ao território do psicológico.

Uma crítica que circula com reconhecimento no meio profissional e científico é o que Rose (2001) afirma ao dizer que a Psicologia, por meio de sua produção e atuação, apresenta-se como portadora da verdade sobre um ideal de subjetividade, nesse caso, o modo como os indivíduos devem vivenciar a vinculação familiar e comunitária. É uma disciplina científica, um conhecimento positivo do indivíduo, uma forma de verdade a respeito dos humanos. É ela que fornece a base, na forma de um modelo de indivíduo psicológico, na tentativa de unificação da conduta.

Ao realizarem uma pesquisa sobre a atuação dos profissionais de Psicologia junto à infância e à adolescência nas Políticas Públicas de Assistência Social, Macêdo, Pessoa e Alberto (2015) observaram que os profissionais se distanciam de uma atuação crítica, reflexiva e investigativa. Para os autores, esses profissionais estão presos à ideia de que a dinâmica das famílias das crianças e adolescentes é um fator que prejudica suas vidas. Tal postura responsabiliza a família pela violação dos direitos de seus filhos, o que reflete uma visão higienista de que a família não é sã.

A definição de família apresentada nas orientações técnicas, segundo a Política Nacional de Assistência Social é “o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica (Brasil, 2009, p. 12).

Percebe-se que os documentos que regem as práticas de Assistência Social procuram apresentar uma concepção de família que dê conta das demandas atuais, com novas e diversas configurações.

No entanto, Zimba (2013) chama a atenção para que esta abertura às novas configurações familiares não esteja construída sobre a ideia de que os grupos que não se enquadram na tradicional família nuclear são necessariamente vulneráveis, o que seria um erro. Ela questiona se a vulnerabilidade e risco, além da fragilidade dos vínculos familiares não estariam se referindo a um modelo de família marcado pela “desestruturação”, “crise” e “perda de valores”, referindo-se à organização dos diversos arranjos familiares e à sua dinâmica de vida. Tal visão seria fruto de uma concepção conservadora e idealizadora de um modelo nuclear de família.

Nesse contexto, é essencial realizar um entendimento do significado de vulnerabilidade no âmbito da Assistência Social. Guareschi, Reis, Huning & Bertuzzi (2007) afirmam que o conceito de vulnerabilidade tem origem na área de Direitos Humanos e, posteriormente, passou a ser utilizado também na área da saúde, em trabalhos voltados aos portadores do vírus HIV, estando fortemente associado à disseminação do conceito de “grupo de risco”, remetendo a questões de medo e moral. A autora posiciona-se em oposição a essa visão que remete ao indivíduo a condição de vulnerável, pois, conforme Ayres (citado por Guareschi, Reis, Huning & Bertuzzi, 2007), a vulnerabilidade social “está na falta ou na não condição de acesso a bens materiais e bens de serviço que possam suprir aquilo que pode tornar o indivíduo vulnerável” (p. 19).

Assim, o conceito de vulnerabilidade social é ampliado, considerando os aspectos sociais e contemplando os campos da educação, trabalho e políticas públicas em geral, referindo-se, então, às condições de vida e não à conduta como propunha o conceito de risco. Nesse sentido, observa-se um aumento da situação de vulnerabilidade social diante de certas situações, como a falta de acesso à informação e aos serviços básicos de educação e a falta de confiança ou credibilidade na sustentação de estratégias de ação, o que demonstra que a vulnerabilidade resulta da combinação de determinados arranjos sociais e políticos que incidem sobre os sujeitos (Guareschi, Reis, Huning & Bertuzzi, 2007).

A produção de dispositivos de marginalização pelo sistema social e econômico é outra questão que precisa ser analisada quando tratamos de vulnerabilidade, com destaque para as condições de produção para o mercado de trabalho. Um exemplo desse processo são os jovens que são considerados em situação de vulnerabilidade social por não terem condições de acesso a um emprego formal, configurando um dispositivo de marginalização que pode ter como consequência a inserção em processos de exclusão, produzindo modos de subjetivação a partir de determinados discursos hegemônicos de exclusão social (Guareschi, Reis, Huning & Bertuzzi, 2007).

As considerações acima demonstram como a possibilidade de inserção social dos sujeitos na contemporaneidade está atrelada ao mundo do trabalho e como as políticas públicas podem ser excludentes em algumas situações. Para os jovens, a passagem para a vida adulta está necessariamente atrelada à possibilidade de acesso a uma profissão, de modo que a educação recebida determinará qual o lugar que ele irá ocupar na cadeia produtiva. Em uma sociedade pautada pelo capitalismo globalizado, na qual o mercado de trabalho está cada vez mais determinado pelo uso de alta tecnologia, a exclusão é parte do processo e seu controle só é considerado necessário enquanto diminuição de risco para as classes dominantes (Leite & Posthuma, 1996).

Está em curso desde os anos 1970 um novo modelo econômico que vem se configurando impulsionado pelo neoliberalismo: a acumulação flexível. Esse novo modelo pressupõe flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, com a maioria dos empregos no setor de serviços. Na acumulação flexível há um enfraquecimento dos sindicatos, pois a produção passa a ser terceirizada, havendo subcontratações, por meio principalmente de indústrias familiares que fornecem produtos às grandes empresas. Assim, as empresas deixam de ter obrigações trabalhistas para com os operários. A empresa também deixa de ter um lugar definido, podendo mudar de país conforme a conveniência, pois há fusões e diversificações corporativas ocorrendo em curto espaço de tempo (Harvey, 1993).

Na acumulação flexível, os trabalhadores ocupam lugares de maior ou menor segurança conforme o lugar que ocupam na cadeia produtiva. Diante da preocupação das empresas em ganhar flexibilidade, melhorar constantemente sua capacitação tecnológica, manter o acesso ao mercado e estar alinhada com as mudanças internacionais, o relacionamento interfirmas é muito valorizado. Um exemplo desse tipo de relacionamento é a criação de distritos industriais, caracterizados pela concentração espacial de pequenas e médias empresas especializadas em partes específicas da produção (Leite & Posthuma, 1996).

Esses distritos industriais podem ser de dois tipos: o caminho alto, normalmente encontrado na Europa, no qual há aumento da qualificação e da remuneração; e o caminho baixo, no qual predomina a segmentação entre as atividades mais intelectuais, que exigem maior qualificação e aquelas nas quais há uso intensivo de mão de obra e menor valor agregado (Castilho & Santos citado por Leite & Posthuma, 1996).

Nos países em desenvolvimento é mais comum o modelo produtivo que segue o caminho baixo, compreendendo baixos salários, precariedade do preparo educacional e ausência de espaço para que os trabalhadores consigam melhores condições de trabalho. Essa

segmentação da mão de obra é inerente ao modelo japonês, no qual os trabalhadores instáveis garantem a estabilidade dos mais qualificados (Leite & Posthuma, 1996).

Nesse contexto, o Estado busca atrair o capital financeiro transnacional e global, com a flexibilização da legislação trabalhista e incentivos fiscais que atraem o capital externo. A reorganização do sistema financeiro global favorece o capital e deixa desprotegido o trabalhador, aumentando o desemprego e o subemprego (Harvey, 1993).

Com a reestruturação produtiva, há um deslocamento do foco sobre o trabalho manual para o trabalho intelectual, requerendo maior qualificação profissional, pois a competitividade da economia mundializada requer produtividade com qualidade. Não é apenas a produção que requer alta tecnologia, mas também a gestão. A inspiração das novas formas de organização do trabalho vem do modelo japonês Toyotista que enfatiza a flexibilização, a qualidade e a alta produtividade com baixos custos de produção, buscando a adoção de novas regras, métodos e procedimentos que possibilitem lidar com a complexa dinâmica da concorrência internacional (Goulart & Guimarães, 2002).

Faz parte desse modelo o enxugamento da empresa, decorrente da aplicação de modernos princípios de gestão. Como os funcionários devem desempenhar várias funções de modo eficiente e trabalhar mais horas por dia, ao mesmo tempo em que a empresa deve estar restrita a serviços essenciais, a demanda por trabalhadores torna-se mínima, o que aumenta o desemprego e as desigualdades socioeconômicas (Goulart & Guimarães, 2002).

A respeito das repercussões psicossociais, o que tem sido apurado é a vivência do desemprego com um forte sentimento de desagregação social e pessoal. Os resultados são alarmantes e indicam que o desemprego parece culminar em depressão, angústia, sentimentos de impotência e de culpa, perda da autoestima, alcoolismo, tabagismo, uso de drogas em geral, suicídio, incerteza quanto ao futuro, conflitos conjugais e familiares e isolamento social (Goulart & Guimarães, 2002, p. 29).

O sofrimento causado pela exclusão do mercado de trabalho é perfeitamente compreensível em uma sociedade onde o papel social dos indivíduos está atrelado ao trabalho e à capacidade de consumo: trata-se também de uma exclusão social.

Para o entendimento das políticas públicas, Yamamoto & Oliveira (2010) consideram questão social um conceito fundamental, definindo-a como “o conjunto dos problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da classe operária no processo de constituição da sociedade capitalista; em suma, a manifestação no cotidiano da vida social da contradição capital-trabalho” (p. 10). A questão social é entendida aqui como constitutiva do

desenvolvimento capitalista, produzindo diferentes manifestações nos diferentes estágios do capitalismo.

Assim, no contexto neoliberal, as políticas sociais passam por dois processos articulados: a precarização e a privatização. O dismantelamento das políticas sociais faz parte de um conjunto mais amplo de ações que são característicos do neoliberalismo, em uma proposta de mediação pelo mercado e implantação de um Estado mínimo, levando a altas taxas de desemprego e precariedade dos serviços públicos (Yamamoto & Oliveira, 2010).

É nesse contexto que se situa a afirmação de Bauman (2008) de que a sociedade de consumo tem como efeito colateral a formação de uma subclasse: aqueles que estão excluídos do consumo, uma classe que é vista como aquela que não contribui para a sociedade, é uma não-classe, sem valor de mercado, consumidores falhos e indesejados. O consumo é considerado o caminho para a felicidade e escolher outro caminho passa a ser sinal de doença. Essa subclasse não é pobreza, pois sua anormalidade normaliza a pobreza.

Bauman (1998) afirma, ainda, que diante da crescente liberdade do mercado não há lugar para o estado de bem-estar que vem sendo sistematicamente dismantelado. Há uma culpabilização dos excluídos pela sua situação, o que justifica o não investimento no social. O aumento do número de presídios e presidiários, em sua quase totalidade oriundos de classes marginalizadas da população, assim como o discurso de lideranças mundiais, notadamente nos Estados Unidos, mostram que há uma criminalização da pobreza. Para ele “... há provas esmagadoras da íntima vinculação da tendência universal para uma radical liberdade do mercado ao progressivo dismantelamento do estado de bem-estar, assim como entre a desintegração do estado de bem-estar e a tendência a incriminar a pobreza” (Bauman, 1998, p. 60).

Assim, o conjunto de construções do sistema na modernidade vai produzindo o que Bauman (2004) denomina “lixo humano”. Há dois ramos da indústria moderna que atuam como produtores de lixo humano: 1. Aquele cuja função é produzir e reproduzir a ordem social; 2. O progresso econômico. O primeiro exige que se separe, segregue ou extirpem as partes da matéria-prima humana que sejam inadequadas para a nova ordem. O segundo exige que sejam aniquiladas as formas de ganhar a vida que não se ajustem aos padrões de produtividade e rentabilidade em constante elevação.

Podemos pensar que a subclasse da qual fala Bauman (2008) faz parte da população em situação de vulnerabilidade social atendida pelas Políticas de Assistência Social. Trata-se de um produto do próprio sistema econômico, parte da sociedade de consumo, de um modo de produção que prioriza o lucro em detrimento das pessoas.

Na Política Nacional de Assistência Social uma população vulnerável é definida como “o conjunto de pessoas residentes que apresentam ao menos uma das características abaixo” (Brasil, 2005, p. 134):

VARIÁVEIS	FONTE	ANO
Famílias que residem em domicílio com serviços de infra-estrutura inadequados. Conforme definição do IBGE, trata-se dos domicílios particulares permanentes com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado à fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro destino e mais de 2 moradores por dormitório.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)
Família com renda familiar per capita inferior a um quarto de salário mínimo.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)
Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 0 a 14 anos e responsável com menos de 4 anos de estudo.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)
Família na qual há uma chefe mulher, sem cônjuge, com filhos menores de 15 anos e ser analfabeta.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)
Família na qual há uma pessoa com 16 anos ou mais, desocupada (procurando trabalho) com 4 ou menos anos de estudo.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)
Família na qual há uma pessoa com 10 a 15 anos que trabalhe.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)
Família no qual há uma pessoa com 4 a 14 anos que não estude.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)
Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 60 anos ou mais.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)
Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com uma pessoa com deficiência.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)

Fonte: PNAS, 2005, p. 135

O quadro publicado nas Normas Operacionais Básicas da Política Nacional de Assistência Social apresenta critérios para a caracterização de uma população como vulnerável, a partir de dados oriundos do Censo Demográfico do IBGE. Há destaque para aspectos relativos à renda, educação e infraestrutura da moradia. Também são considerados relevantes a idade dos moradores, sendo os menores de 15 anos e maiores de 60 aqueles que

figuram como mais vulneráveis. A desocupação produtiva (desemprego) também surge como critério, assim como a existência de pessoa deficiente na família.

Ao definir os objetivos da Proteção Social Básica, função dos CRAS, a PNAS (Brasil, 2004, p. 33) aponta que esta se destina:

à população que vive em situação de risco e vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais ou de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, entre outras).

Ainda sobre vulnerabilidade, nas Orientações Técnicas sobre o PAIF (Brasil, 2012, p.

14) encontramos que:

- a) A vulnerabilidade não é sinônimo de pobreza. A pobreza é uma condição que agrava a vulnerabilidade vivenciada pelas famílias;
- b) A vulnerabilidade não é um estado, uma condição dada, mas uma zona instável que as famílias podem atravessar, nela recair ou nela permanecer ao longo de sua história;
- c) A vulnerabilidade é um fenômeno complexo e multifacetado, não se manifestando da mesma forma, o que exige uma análise especializada para sua apreensão e respostas intersetoriais para seu enfrentamento;
- d) A vulnerabilidade, se não compreendida e enfrentada, tende a gerar ciclos intergeracionais de reprodução das situações de vulnerabilidade vivenciadas;
- e) As situações de vulnerabilidade social não prevenidas ou enfrentadas tendem a tornar-se uma situação de risco.

A PNAS e seus desdobramentos apresentam, assim, um conceito de vulnerabilidade que ultrapassa a questão da pobreza, considerando também a fragilização de vínculos. Destaca-se, ainda, as considerações de que a vulnerabilidade pode ser transitória ou “gerar ciclos intergeracionais”, reproduzindo, na família, as mesmas situações de vulnerabilidade já vivenciadas nas gerações anteriores.

É indiscutível a importância da PNAS e de cada CRAS no contexto brasileiro. Não podemos deixar de observar, no entanto, que a situação de vulnerabilidade do cidadão está ligada a outras questões políticas e econômicas já mencionadas aqui que extrapolam o âmbito de atuação do SUAS. É preciso não apenas o fortalecimento das políticas de assistência, mas de todas as políticas públicas, de modo que o usuário do CRAS possa ter acesso a outros direitos, notadamente saúde e educação de qualidade, no enfrentamento da situação de vulnerabilidade.

3 Método da Pesquisa

3.1 Tipo de pesquisa e coleta de dados

Na construção de uma pesquisa compreendida como parte de uma dimensão sociopolítica que se coloca contra a naturalização da sociedade e dos sujeitos, deve-se buscar conhecer o sujeito na rede discursiva na qual ele é produzido (Guareschi & Scarparo, 2008). Essa postura nos coloca diante da necessidade de desvelar os discursos nos quais estão imersas as concepções de família e vulnerabilidade social que permeiam as práticas institucionais.

Nessa perspectiva, foi realizada uma pesquisa de delineamento qualitativo (analítico-discursiva), composta por pesquisa etnográfica e entrevistas. A pesquisa etnográfica busca descrever e compreender a cultura de um grupo de pessoas, partindo do interesse no ponto de vista dos sujeitos pesquisados (Wielewicki, 2001). Para atender a finalidade proposta foram utilizadas a observação, conversas informais, entrevistas e análise de documentos, produzindo um diário etnográfico que compôs um escopo a ser analisado.

Ao longo da pesquisa, foram realizadas 18 visitas, com início no dia 12 de abril e término em 31 de maio de 2017. Nesse período, entrevistamos usuários, observamos o dia a dia de trabalho, acompanhamos encontros do serviço de convivência e conversamos com a equipe. Também participamos de duas reuniões sócio educativas, que acontecem uma vez por mês, e de uma reunião administrativa, com uma técnica da Secretaria de Assistência Social.

O diário etnográfico consistiu no registro diário das atividades observadas na instituição. No contexto desta pesquisa, a etnografia buscou compreender o modo como se relacionam os profissionais da equipe do CRAS entre si e com os usuários, tendo como foco os conceitos de família que circulam na instituição. Não houve um critério para a escolha do CRAS, pois todas as unidades têm como foco o atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade.

Foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas com vistas a conhecer as famílias dos usuários e sua relação com o CRAS. O critério de escolha foi a participação nos serviços oferecidos pela instituição. O contato foi feito no próprio CRAS durante a procura ou participação em algum serviço oferecido. As entrevistas foram realizadas em uma sala separada para essa finalidade, com autorização da coordenação do CRAS, gravadas e

posteriormente transcritas. Todos os nomes foram trocados para proteger a identidade dos participantes.

3.2 Participantes: definição da amostragem

Esta pesquisa teve como sujeitos cinco (05) usuários do CRAS: 4 (quatro) mulheres e um (01) homem, entre 26 e 62 anos, sendo duas empregadas domésticas, uma dona de casa, uma trabalhadora autônoma e um servidor público estadual aposentado. Os níveis de escolaridade variam de Ensino Fundamental incompleto a Ensino Médio incompleto.

Considerando a análise discursiva como base para esta leitura, temos por princípio a constatação de que a circulação dos discursos mantém uma regularidade. Por este motivo, uma amostra que poderia ser considerada pequena àqueles habituados aos métodos quantitativos foi suficiente para a obtenção das informações necessárias. Nosso método permite-nos reconhecer as identidades pelas vias da materialidade linguística que constitui o sujeito e o propiciam reconhecimento e lugar social.

3.3 Análise dos dados

A análise das entrevistas foi realizada na perspectiva discursiva, que procura problematizar o contexto discursivo sem perder de vista a interação, buscando a compreensão do poder dos discursos que compõem diferentes esferas de saber (Spink & Lima, 2013).

Foucault (2013) define o discurso como um conjunto de enunciados que se remetem a uma mesma formação discursiva, de modo que a análise será efetivada pela descrição dos enunciados que a compõem. O enunciado é, então, a unidade elementar que forma o discurso, possuindo quatro características constitutivas: 1) a relação com seu correlato (referencial); 2) a concepção de que o sujeito do enunciado não é uma instância fundadora da linguagem, mas sim uma função vazia que ocupa um lugar a ser preenchido; 3) a concepção de que há um domínio associado ao enunciado, o que o torna parte integrante de um jogo enunciativo; 4) a condição material do enunciado, que é a ordem institucional a qual ele pertence.

Consideramos ainda o conceito de condições de produção, ou seja, o contexto social e interacional e as condições históricas nas quais é produzido o discurso. Assim, o contexto discursivo deve ser trabalhado na interface de três tempos históricos, na qual se dá a produção de sentido: a) o tempo longo que se refere aos conteúdos culturais; b) o tempo vivido que se

refere às linguagens sociais aprendidas pelos processos de socialização; e c) o tempo curto que se refere aos processos dialógicos (Spink & Lima, 2013).

Também integram as análises a relação entre os ditos e não ditos do discurso, considerando o que está implícito nas falas, bem como conceitos da Psicanálise que auxiliam na revelação de conteúdos inconsciente, tais como ato falho, silêncios e mecanismos de defesa.

No processo de interpretação, trabalhamos com mapas de associação de ideias, conforme proposto por Spink & Lima (2013), nos quais foram definidas categorias gerais que denominamos eixos temáticos: família, vínculo, vulnerabilidade e a relação com o CRAS. Muitas vezes dois ou mais eixos podem ser percebidos em uma mesma fala, como, por exemplo, um vínculo que traz consigo uma vulnerabilidade, como nos casos de violência doméstica. No entanto, por uma questão técnica, procuramos avaliar para qual eixo determinado depoimento era mais rico de sentidos para a análise e discussão apresentadas.

3.4 Procedimentos éticos

Os participantes foram esclarecidos a respeito do teor e finalidade da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido conforme as exigências éticas. O projeto foi devidamente aprovado junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Grande Dourados, conforme Parecer anexo, tendo início apenas após a aprovação oficial. A realização da pesquisa em um CRAS da região foi devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

4 Resultados e Discussão

É segunda-feira, dia de entrevista com a assistente social para pedir cesta básica. Na sala de espera, logo cedo, três famílias: uma mãe com seu filho de aproximadamente 8 anos, a avó com quatro netos (sua filha, mãe das crianças, está presa) e outra mãe com 3 crianças, uma no colo e dois meninos de 3 e 5 anos. Estão aguardando para ser atendidas pela assistente social. A mãe com o bebê no colo é encaminhada para fazer o cadastro, pois está mudando de cidade e tem que informar o novo endereço, transferindo o cadastro. Ela vai com as crianças até a sala onde fica a estagiária responsável pelo Cadastro Único e permanece em pé tentando acalmar o bebê que chora sem parar. É um bebê já grandinho, de uns 8 meses. Os dois pequenos permanecem quietos perto da mãe. Ela retorna para a sala de espera. O bebê continua chorando. A outra mãe que está esperando sai e retorna com um pacote de bolacha de água e sal e alguns pães que pediu para a copeira do CRAS, diz que viu que as crianças estavam com fome, entrega as bolachas para a mãe que dá uma bolacha ao bebê. Ele começa a comer e imediatamente para de chorar. Ela entrega os pães para os meninos e senta. A mãe é chamada pela assistente social e entra com o bebê no colo. Os outros dois ficam na sala de espera. Ela quase não fala nada, muito séria e parece preocupada. Na sala de espera a outra usuária fala bastante, diz que é uma tristeza ver os filhos passarem fome, referindo-se à situação da outra, mas parece ser uma realidade que em algum momento já atingiu. Fala que a situação está muito difícil e está precisando muito da cesta básica. Os dois meninos permanecem sentados no banco, agora riem com o pacote de pão puro com aparência de seco na mão. Outra criança se aproxima e quer pão também, o menino esconde o pão, a mãe do que pediu diz para deixar para eles: “Volta aqui, menino. Deixa pra eles. Eles estão com fome. Você comeu em casa”. Quando os atendimentos terminam, converso com a assistente social, ela conta que a mãe das três crianças está vindo de outra cidade porque está fugindo do marido que a agredia, está sob medida protetiva do Estado. Ela encaminhou para o Viva Mulher, que é o órgão que dá suporte nesses casos. Ela atualizou o cadastro para continuar recebendo bolsa família. O CRAS não tem cestas básicas para distribuir este mês. Os nomes das pessoas ficam na lista de espera.

Em uma pesquisa etnográfica nos deparamos com o dia a dia da instituição e com a dureza do que significa, ao vivo, a denominada “situação de vulnerabilidade”: fome, abandono, privação, risco, violência, dependência. E o lugar do CRAS nesse contexto é de representante do Estado a quem as chamadas “famílias vulneráveis” recorrem quando não conseguem

ter autonomia sobre suas vidas. E o objetivo do CRAS é promover, ou restituir, a autonomia ao cidadão dela destituído. Mas quando chegam, as pessoas querem cesta básica, querem bolsa família, querem pagar a taxa para obter documento civil, querem agasalho quando está frio. Outras vezes querem informações, orientações, como ajudar o neto usuário de drogas, o que fazer com a filha que está ameaçando cometer suicídio. E se inicia ou tem continuidade um vínculo com a instituição. Um vínculo com o Estado.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em questão atende um território na região da Grande Dourados. A equipe é formada por 12 servidores e três estagiárias: a coordenadora, uma psicóloga, duas assistentes sociais e uma pedagoga são as técnicas de referência, ou de nível superior, todas admitidas por concurso público. O CRAS conta também com duas técnicas administrativas, admitidas por concurso público, uma que trabalha com o setor administrativo do CRAS e outra que auxilia nos grupos de convivência. Há também uma recepcionista, contratada há 8 anos, duas auxiliares de serviços gerais (uma admitida por concurso e outra terceirizada), um motorista, um vigia noturno e uma auxiliar para o Projeto Coleta Seletiva, uma troca feita com os usuários de roupas e calçados por material reciclável. Os três últimos são contratados pela prefeitura.

De acordo com a coordenadora, as assistentes sociais são responsáveis pelos atendimentos referentes ao Programa Bolsa Família, como os casos em que há descumprimento de condicionalidades, distribuição de cestas básicas, lona em caso de desabrigados, cobertores, pagamento de taxa para obtenção de documento civil, passagens rodoviárias, auxílio natalidade e auxílio funeral. Também realizam a entrevista para a obtenção do BPC (Benefício de Prestação Continuada) que é oferecido aos idosos sem renda e às pessoas com deficiência.

Com relação às atribuições da psicóloga, a coordenadora informou que ela é a técnica de referência do grupo de convivência de fortalecimento de laços de 0 a 6 anos e atendimentos (tanto na instituição quanto em visita domiciliar) de demandas internas (quando o usuário procura atendimento no CRAS) e demandas externas (quando há encaminhamentos do Conselho Tutelar, Ministério Público, escolas e outros órgãos públicos). Também pode atuar nas oficinas do PAIF, mas não é a responsável principal.

A pedagoga é a técnica de referência do Serviço de Convivência, planejando e executando as atividades, realizando as inscrições e relatórios referentes ao serviço. Os grupos do serviço de convivência realizados na instituição são três: o intergeracional, que acontece em conjunto com o grupo de idosos, o grupo de crianças de 7 a 13 anos e o grupo de adolescentes de 14 a 17 anos. Todos os grupos se reúnem semanalmente.

Considerando os objetivos desta pesquisa, daremos destaque, a seguir, para os eventos que se referem ao PAIF e aos grupos de convivência, em especial o grupo de fortalecimento de vínculos de 0 a 6 anos, por se tratar de um grupo com a presença de mães e filhos em conjunto, espaço em que se revelam sentidos de família produzidos na instituição.

4.1 O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é, de acordo com as orientações técnicas sobre o CRAS, o principal serviço da instituição (Brasil, 2012).

Em conversa com a psicóloga sobre o PAIF, ela contou que era um programa até 2009, depois, com a nova tipificação, passou a ser serviço. Ela disse que tem uma brincadeira entre eles: dizer que o PAIF deixou de ser “garota de programa”, porque sendo um serviço, é contínuo. É interrompido apenas por 3 meses do ano, que são dezembro, janeiro e fevereiro. Ela disse que o serviço de convivência deve ter pelo menos 50% de usuários considerados de atendimento prioritário, sendo que a verba é liberada de acordo com o número de prioritários. Informou também que algumas participantes acabam revelando características de público prioritário depois que entram para o grupo, como violência intrafamiliar, por exemplo. Em sua opinião a participação é pouca no grupo de 0 a 6 porque muitas mães trabalham e não podem ir naquele horário. Uma servidora nova perguntou se há indicadores de resultado desses grupos. A psicóloga disse que não há e que é difícil definir, sendo considerada a maior autonomia do usuário, mudança na vida, na postura.

Em conversa com a coordenadora do CRAS, ela afirmou que a demanda pelo serviço, ou seja, a necessidade de uma determinada família ser acompanhada, é identificada durante o atendimento ao usuário ou por encaminhamento da rede. O acompanhamento é de responsabilidade da assistente social ou da psicóloga, com o objetivo de realizar a acolhida e escuta qualificada, voltada para a saída da situação de vulnerabilidade.

Ao ser questionada sobre o que é considerada situação de vulnerabilidade, a coordenadora citou uma série de situações: fome, abandono, risco, abuso de drogas e álcool, exploração sexual, trabalho infantil, desemprego, subemprego. Disse também que o papel do técnico é trabalhar com as famílias para que elas saiam da situação de vulnerabilidade, mas que muitas famílias não aceitam a intervenção e reproduzem o ciclo de pobreza.

O discurso sobre o risco de reprodução do ciclo de pobreza está nas Orientações Técnicas sobre o PAIF, na definição de vulnerabilidade: “A vulnerabilidade, se não compreendida e enfrentada, tende a gerar ciclos intergeracionais de reprodução das situações de vulnerabili-

dade vivenciadas” (Brasil, 2012, p. 15). É recorrente na fala das técnicas e da coordenadora a temática da resistência do usuário. Muitas famílias não aceitam a intervenção. A participação nas reuniões e grupos é escassa.

Ela informou também que estarão implementando as oficinas relativas ao PAIF que ficarão sob responsabilidade de uma das assistentes sociais. O PAIF prevê oficinas com temas específicos de acordo com a demanda da população assistida. De acordo com as Orientações Técnicas sobre o PAIF, as oficinas são encontros com representantes das famílias acompanhadas, organizados previamente, cujo objetivo é problematizar e refletir criticamente sobre um tema de interesse das famílias, que pode ser sobre vulnerabilidade e risco, mas também sobre potencialidades, “contribuindo para o alcance de aquisições, em especial, o fortalecimento dos laços comunitários, o acesso a direitos, o protagonismo, a participação social e a prevenção de riscos” (Brasil, 2012, p. 24).

O planejamento das oficinas ainda não tinha iniciado até o mês de maio. Em uma reunião de equipe com uma técnica da Secretaria de Assistência Social houve uma cobrança de que as oficinas para as famílias acompanhadas acontecessem. A coordenadora, na ocasião, indicou uma data, no final de maio, quando iniciariam as oficinas. Após a reunião, foi realizada uma única oficina, conduzida pela psicóloga do CRAS. A temática escolhida pela equipe foi prevenção ao suicídio, pois justamente naquele período estava havendo muitas discussões sobre o assunto, especialmente com relação a jovens e adolescentes, em decorrência da grande repercussão do jogo virtual “Baleia Azul”, que previa estágios de automutilação que culminavam, no final do jogo, com o suicídio do participante. Foi possível observar, em um dos dias da pesquisa, que a psicóloga foi procurada por uma mãe cujo filho estava ameaçando cometer suicídio. Na ocasião, ela conversou com a mãe e encaminhou o adolescente para a rede de saúde em caráter de urgência. A oficina foi então realizada com a temática de valorização da vida e prevenção ao suicídio, com orientações sobre indícios, como proceder em caso de suspeita e dinâmica de motivação.

Ficou claro que não havia um planejamento com relação às oficinas que seriam realizadas ao longo do ano. A coordenadora, no final de maio, estava decidindo quem seria a técnica de referência responsável pelas oficinas, pois consta nas orientações técnicas que a atividade deve ser conduzida por técnico de nível superior do CRAS. Na verdade, não se trata de uma prática nova, mas do reinício quando começa o ano. Há um hiato entre um ano e outro, neste caso de quase um semestre.

Na mesma reunião também foi enfatizado pela técnica da SEMAS o fato de que os relatórios sobre o PAIF deveriam bater em termos de número de famílias acompanhadas. Se-

gundo a técnica, aquele CRAS tinha 39 famílias acompanhadas e deveria ter no mínimo 47. Enfatizou, também, a necessidade de realmente se acompanhar as famílias.

Percebe-se que há uma cobrança por quantidade de famílias acompanhadas. Um dos possíveis motivos é o fato dos recursos públicos serem maiores para as instituições com maior número de vulneráveis. Desse modo, o olhar de toda a equipe está sempre direcionado para encontrar possíveis vulnerabilidades. O problema é que nem sempre a família vulnerável frequenta o CRAS. Pode ser que procure para se cadastrar e receber bolsa família, pode ser que seja encaminhada pelo Conselho Tutelar ou pelo Ministério Público. Mas pode ser que simplesmente não apareça. Ou apareça esporadicamente para resolver problemas pontuais, geralmente quando há uma situação de perda de direitos ou responsabilização judicial. Em alguns casos é feita a visita domiciliar pela assistente social ou pela psicóloga. São essas duas profissionais que realizam o acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade. A organização do trabalho ocorre com uma divisão entre elas das famílias.

4.2 O Cadastro Único

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento de gestão utilizado nas três esferas do Governo, regulamentado pelo Decreto 6135/2007, que contém informações sobre as características da família, do domicílio onde ela reside e de cada membro do grupo familiar. Sua origem remete ao Formulário de Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal, criado em 2001 como instrumento para implementação dos programas de transferência de renda do Governo Federal, tendo sido regulamentado pelo Decreto nº 3.877/2001 (Brasil, 2015).

Aos poucos, o Cadastro Único foi sendo incrementado em termos de tecnologia e abrangência das informações, de modo que atualmente faz parte de um sistema integrado que cruza informações com outros setores da administração pública, como DETRAN, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, INSS entre outros. Desse modo, o próprio sistema acusa inconsistências e a não adesão às condicionalidades, como o cumprimento do calendário de vacinação das crianças e as faltas na escola. Assim, o benefício que está atrelado a tais condicionalidades é bloqueado automaticamente quando a escola das crianças ou o posto de saúde informam no sistema do Cadastro Único que alguma exigência não está sendo cumprida.

No âmbito da Assistência Social, o Cadastro Único é considerado a porta de entrada para os serviços, sendo obrigatório para todos que participam das atividades ou recebem qualquer benefício. Todas as vezes em que alguém chega pela primeira vez procurando atendi-

mento ou para participar de um grupo de convivência é levado até a sala onde uma estagiária preenche um formulário *on line* com os dados da família. As perguntas são relativas ao grupo familiar e o responsável pela família, que deve ser a mulher, assina um termo no final declarando a veracidade das informações prestadas. Na observação do atendimento ao público no cadastro, presenciamos a seguinte situação:

A recepcionista entrou na sala onde é realizado o cadastro, levando uma senhora para atualização do “LOAS”. Na verdade, o benefício que a senhora recebe e precisa atualizar o cadastro para continuar recebendo é o Benefício da Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) para portadores de deficiência de todas as idades e idosos acima de 65 anos cuja renda por pessoa da família seja inferior a ¼ do salário mínimo. O esposo da senhora entra na sala em seguida. Ambos apresentaram cópias de seus documentos pessoais. A estagiária fez as perguntas em uma linguagem simples. “Como é o chão da sua casa? Quantos cômodos tem? A água é da rua ou de poço?” No sistema ela preencheu traduzindo o relatado para a linguagem técnica do Cadastro Único. Quando terminou, ela imprimiu um comprovante, buscou na impressora em outra sala e pediu à senhora que assinasse. Explicou que era importante atualizar o cadastro porque o governo estava cortando gastos e quem não atualizasse iria perder o benefício. Pediu que avisassem outras pessoas que recebem o benefício para irem atualizar também. Explicou ainda que a mulher é a responsável pela unidade familiar, sendo ela quem assina.

Percebemos que há uma sensibilidade da estagiária para traduzir os itens do sistema para uma linguagem que seja compreensível para o casal atendido. O corte de gastos por parte do governo e a ameaça que esta política representa para os beneficiários da Assistência Social e para o SUAS como um todo eram falas recorrentes na instituição. Outra questão que merece destaque é o fato de que a mulher é sempre a responsável pela unidade familiar, pois pressupõe-se que, quando há filhos, é ela quem se responsabiliza pelas crianças em caso de separação do casal.

No CRAS onde realizamos a pesquisa aconteceu uma reunião socioeducativa sobre o Cadastro Único, o Programa Bolsa Família e as condicionalidades a ele atreladas. Essa reunião ocorre uma vez por mês, com diferentes temas, e são convocados todos os usuários do território. De acordo com relatos dos integrantes da equipe, não há uma punição para quem não comparece, mas é dito a eles que é uma condicionalidade para quem recebe benefício e todos assinam uma lista de presença. A seguir apresentamos um trecho do diário de pesquisa sobre essa palestra:

A SEMAS enviou uma estagiária do setor responsável pelo Cadastro Único para falar sobre Bolsa Família, pois o técnico da SEMAS que estava previsto não pode ir. Ela falou sobre a importância do cadastro para formar uma estimativa governamental que irá influenciar na verba a ser disponibilizada e enfatiza a necessidade de todos manterem seus dados atualizados. Havia uma caixa de som, microfone e projetor multimídia, mas houve uma queda de energia elétrica e a palestra teve que ser realizada sem esses recursos. A moça falava baixo e em uma linguagem pouco acessível para aquele público. Começou a aumentar a conversa paralela. A assistente social pediu que a plateia fizesse silêncio, pois não era possível utilizar microfone devido à ausência de energia elétrica. A palestrante continuou falando que quem recebe LOAS (Benefício de Prestação Continuada – BPC) tem que informar ao preencher o cadastro. Ela usou o termo se aposentar pelo BPC. A assistente social pediu a palavra e explicou que não se trata de aposentadoria, mas de um benefício para quem tem mais de 65 anos e não se aposentou pela previdência, ou para quem tem alguma deficiência em qualquer idade. Ela explicou também que é diferente, não tem 13º e é sempre um salário mínimo.

A palestrante continuou dizendo que quando há algum bloqueio no pagamento do benefício tem que ir à Central de Cadastro do Bolsa Família. Ela explicou que o governo tem uma rede de cruzamento de dados que envolve: DETRAN, posto de saúde, escola, carteira de trabalho. Quando não são contemplados os condicionantes, o benefício é bloqueado. Isso envolve faltas das crianças à escola, vacinação não realizada, renda incompatível com o perfil declarado. Ela falou também sobre o ID jovem, novo programa do governo para jovens entre 15 e 29 anos com renda familiar de até 2 salários mínimos que poderão fazer uma carteirinha para pagar meia entrada em eventos culturais e esportivos e ter descontos em viagens. O ID jovem também está atrelado ao Cadastro Único.

Alguém perguntou sobre TV Digital, ela respondeu que este ano só terá em São Paulo, mas que ano que vem algumas cidades do MS receberão. Outra usuária perguntou quanto “sai” de Bolsa Família. Ela respondeu que se a família tem criança, é R\$170,00 por criança, mas há situações em que é só R\$39,00 por criança, depende de outros fatores que são calculados pelo sistema. Ela falava rápido e usava uma linguagem técnica. Falou que gestante também tem direito a valor diferenciado, mas tem que informar quando tem gestante na residência e fazer pré-natal, se não o sistema bloqueia o benefício. É o posto de saúde que informa que a mulher está gestante e fazendo o pré-natal. Uma usuária disse que no posto falaram para ela ir no Bolsa Família (central de gestão do bolsa família). A palestrante diz que os funcionários dos postos às vezes são mal informados. A palestrante informou ainda

que as famílias acampadas também precisam estar cadastradas porque é pelo Cadastro Único que vai ser feita a distribuição de terras, assim como a distribuição de casas populares.

A reunião tem como objetivo divulgar como funcionam as condicionalidades do Programa Bolsa Família, uma forma de controle por parte do governo de questões de saúde e educação da população. Assim, caso as vacinas das crianças, consultas da gestante ou frequência à escola não estejam em dia, o pagamento da bolsa família é bloqueado, obrigando o usuário a realizar tais atividades. Há críticas quanto a essa forma de controle, pois se dá de forma coercitiva e não pelo vínculo com o usuário (Yamamoto & Oliveira, 2010).

O uso do Cadastro Único de forma generalizada para a obtenção de qualquer benefício, as condicionalidades, os recadastramentos e a interligação entre os diferentes setores do Governo fazem parte do que Foucault (1999) denominou de biopolítica: uma forma de governamentalidade exercida sobre a vida, utilizando mecanismos de previsão e estatística com o objetivo de atingir o equilíbrio e a regulação da população.

4.3 Os serviços de convivência

Oficialmente, há os grupos de fortalecimento de vínculos de 0 a 6 (com as mães e as crianças), de 7 a 13 anos, de 14 a 17 anos (Investindo no Futuro) e mais 3 grupos de convivência, dois de idosos e um de 18 a 59 anos. No entanto, como as pessoas faltam muito e as normas dizem que cada grupo não pode ter mais do que 30 pessoas, os dois grupos de idosos e o grupo de 18 a 59 (chamado intergeracional) são, na prática, um grupo só. Assim, há um grupo de convivência que se encontra semanalmente, no qual a grande maioria são mulheres idosas, mas há algumas poucas participações de mulheres mais jovens e de homens. As gestantes também participam do grupo de Fortalecimento de Vínculos de 0 a 6 anos, pois não haveria público suficiente para que houvesse um grupo só de gestantes.

Durante uma reunião com a técnica da Secretaria de Assistência Social, esta comentou que não havia recurso para grupos de convivência para a faixa etária de 18 a 39 anos e perguntou se a equipe iria continuar investindo nisso. A responsável pelo grupo no CRAS argumentou que o grupo acontece juntamente com os maiores de 59 anos, sendo intergeracional, o que torna uma atividade só na prática. Percebemos que a discussão com a representante da SEMAS girou em torno de aspectos administrativos e financeiros, com foco no investimento em atividades que viabilizam o recebimento de recursos por parte do Governo Federal. Os investimentos da equipe devem ser direcionados para o que vai resultar em mais recurso para a instituição.

Segundo a técnica de referência responsável pelos grupos de convivência, no grupo de 7 a 13 anos participavam 27 crianças, mas agora só 14 estão frequentando, sendo que no último só apareceram 6. Só as crianças participam. Esporadicamente são realizadas atividades recreativas para as quais os familiares são convidados. No grupo de 14 a 17 anos também há pouca participação, no último encontro havia apenas cinco jovens. A técnica acredita que eles procuram por oficinas e programas que possibilitem sua inserção no mercado de trabalho, mas o alcance do CRAS é reduzido para essa finalidade. Além disso, alguns deles não têm idade para trabalhar.

O modo como as famílias das crianças que participam dos grupos de convivência são percebidas pela equipe também é bastante significativo. Em um momento de planejamento entre duas técnicas do CRAS, houve uma discussão sobre como abordar o tema família. Era mês de maio e não se trabalhava o dia das mães para não causar constrangimentos àqueles que não convivem com suas mães. Então foi instituído maio como o mês da família. Seria realizada no grupo uma dinâmica sobre “laços familiares” com o objetivo de reconhecer a própria estrutura familiar. A preocupação das técnicas era que as crianças ficassem com vergonha por não terem pai e mãe morando junto com elas, ou seja, por não configurarem uma família nuclear tradicional. Por fim, decidiram pedir às crianças que falassem das pessoas que moram junto na mesma casa.

Percebe-se aí uma clara confusão com relação ao conceito de família. Família é pai, mãe e irmãos? Família é quem mora junto? Voltemos ao conceito de família que consta nas Orientações Técnicas do CRAS, segundo a Política Nacional de Assistência Social é “o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica (Brasil, 2009, p. 12).

Mesmo com a definição acima constando nos documentos que regem o trabalho na Assistência Social, percebemos uma dificuldade daqueles que trabalham na área em descolar do conceito tradicional de família, arraigado pelos discursos circulantes que promovem uma ideia de família que não corresponde à realidade que se encontra no dia a dia. O constrangimento, na verdade, é dos integrantes da equipe, não das crianças. Tanto que durante a atividade todos representaram suas famílias com tranquilidade. O risco está em criar institucionalmente um discurso normalizante que afasta os usuários por se sentirem divergentes da norma.

No Grupo de Fortalecimento de Vínculos de 0 a 6 anos participam as mães com os filhos. A coordenadora do grupo é a psicóloga que conta com uma estagiária para auxiliá-la. A

sala é específica para este grupo e tem um tapete no centro e uma prateleira com alguns brinquedos, além de uma pequena mesa com cadeiras para crianças e várias cadeiras para os adultos participantes. É uma sala pequena, para poucas pessoas.

O primeiro encontro do qual participamos contou com 5 mulheres e seus filhos. Após as apresentações e aquecimento, a psicóloga fez uma retomada dos encontros anteriores, perguntando quem se lembrava o que tinha sido discutido. As integrantes disseram não se lembrar. Então ela fez uma retrospectiva, dizendo que tinham trabalhado no primeiro encontro os objetivos do grupo, que é uma roda de conversa e trocas sobre a maternidade e o cuidado com os filhos. Na semana seguinte falaram sobre as regras de convívio no grupo, fazendo um cartaz com as regras criadas no grupo, tais como: não brigar, não falar palavrão, dividir os brinquedos, guardar os brinquedos quando terminam as atividades, etc. No encontro seguinte haviam ido a um parque da cidade e no anterior àquele tinham falado sobre maternidade. Em seguida, ela disse que continuariam falando sobre maternidade e que entregaria a elas pedaços de papel nos quais estavam escritos mitos da maternidade, tais como: “Sinto-me sempre feliz com a maternidade”, “Vou saber o que fazer na hora do parto”, “Ser mãe é algo intuitivo e natural”. Percebe-se nos temas uma perspectiva de desnaturalização da maternidade, abrindo espaço para que as jovens mães expressassem seus verdadeiros sentimentos como mães.

Surgiram muitos comentários sobre depressão pós-parto, outras mulheres que não gostam de ser mães e dão seus filhos para outros criarem e os momentos em que se perde a paciência e que isso não significa que não se ama o filho. Foi falado por uma integrante que viu no *face* uma mulher dizendo que ia se separar, deixar o filho com o pai, dar R\$100,00 de pensão e pegar no fim de semana quando quiser. A integrante comentou que se um homem faz isso é considerado normal por todos, mas que se uma mulher faz a mesma coisa, ela é mal falada, é uma mãe desnaturada. Aqui temos uma porta voz da pressão social para a que a mãe se responsabilize mais sobre o filho do que pai. Quando ela traz essa fala, a partir de uma postagem que viu nas redes sociais, traz algo que também pertence ao seu cotidiano, ela também é um sujeito mãe que cuida sozinha dos filhos recebendo uma pensão de valor irrisório e é responsabilizada pela educação dos filhos. Receber pensão somente não é suficiente.

Outra integrante disse que pensou em se separar do marido, mas que não o fez porque dá muito trabalho, tem que ficar brigando por pensão, que estando morando junto ele ajuda a cuidar e a sustentar, que ser pai não é só por arroz e feijão na mesa, mas tem que dar atenção, dar carinho. Representa a solução de muitas mulheres que, mesmo em tempos em que o divórcio já não é um tabu, preferem suportar uma união insatisfatória do que enfrentar as

consequências de uma separação, pois sabe que há grandes possibilidades de ficar sozinha no processo de educação do filho.

Foi falado também do ciúme da avó que cuida do neto, sendo chamada de mãe pela criança. Duas integrantes, que são irmãs, relataram esse problema, dizendo que falam para a criança “ela não é sua mãe, é avó”, mas que a criança não aceita e diz que é mãe sim, as duas são sua mãe. Trata-se de duas participantes que trabalham e podem contar com a ajuda da mãe para cuidar dos filhos. As demais mães do grupo são donas de casa e não se manifestaram sobre esse assunto. Provavelmente outras mães que passem por esse tipo de dificuldade não podem participar do grupo devido ao horário: 8 horas da manhã. O horário de funcionamento acaba por definir um certo público dos grupos de convivência: mulheres donas de casa, crianças e idosos aposentados.

Outro mito discutido foi o de que “o leite materno é fraco”. Seguiu-se uma discussão sobre amamentação, a importância de amamentar, o quanto faz bem para a criança, mães que amamentam muito tempo e pode caracterizar uma necessidade da mãe e não da criança (depois dos 2 anos de idade) e mães que não conseguiram amamentar. Houve vários relatos sobre as experiências das mulheres presentes. Uma relatou que amamentou a primeira filha, mas não conseguiu amamentar o segundo, pois foi uma gestação mais tumultuada. Outra participante se emocionou ao contar que não teve leite para amamentar o bebê que tinha no colo. Relatou que teve uma gestação difícil. A participante que estava ao seu lado quis ajudá-la dizendo que ela ficou sozinha e não tinha ninguém para lhe dar apoio, nem mesmo a mãe. A psicóloga interveio e disse que o importante é dar a mamadeira com carinho. Percebe-se uma solidariedade entre elas, a maioria jovem, entre 20 e 27 anos, sendo apenas uma acima dessa idade, com 47 anos.

Essa participante estava no grupo pela primeira vez. Ela pegou o papel que dizia que “Ser mãe era estar sempre feliz” e disse que concordava com o que estava escrito, porque criou 5 filhos e em sua casa nunca houve briga, ela estava sempre feliz com seus filhos, o mais velho com 24 e a mais nova com 5, incluindo uma filha do meio que tinha paralisia cerebral. As demais discordaram, disseram que mesmo amando os filhos às vezes ficam irritadas e acontece de bater na criança. É possível perceber entre as mais jovens uma maior liberdade para manifestar sentimentos e comportamentos menos estigmatizados sobre a maternidade, embora ainda se sintam “em falta” quando não conseguem amamentar, mesmo que estejam em situação de dificuldade. A educação com castigos físicos é tema recorrente. A psicóloga procura não condenar as mães, mas aponta que há outras formas de educar. As mães

parecem saber que os castigos físicos não são bem vistos naquele espaço, mas confessam que têm dificuldade em agir de outra forma.

Por fim, a psicóloga fez um fechamento sobre os mitos da maternidade e trouxeram pipoca. Todas permaneceram ainda algum tempo na sala comendo e conversando. As crianças guardaram os brinquedos com a ajuda das mães.

Ao comentar que havia poucas participantes, apenas seis, a psicóloga disse que há muitas pessoas cadastradas que têm perfil para participar, mas que não vão porque moram longe, tem que sair com muitas crianças a pé e preferem não ir. Ela argumentou que o CRAS não pode obrigar as pessoas a participar.

O segundo encontro do qual participamos foi realizado em uma biblioteca e teve a participação de quatro mães com seus filhos. A técnica responsável pela biblioteca primeiro colocou um tapete com figuras lúdicas no chão e espalhou muitos livros infantis para as crianças lerem. Depois falou sobre a importância de que as mães leiam para as crianças e leu o livro “Se as coisas fossem mães” para elas. Comentou o livro e falou sobre a importância de ser mãe. Depois recolheu gentilmente os livros infantis das crianças e mostrou um livro que tinha um fantoche de dinossauro dentro dele. Leu esse livro para as crianças que prestaram atenção. Depois abriu uma caixa e disponibilizou muitos livros para as mães lerem junto com as crianças. Três mães leram para os filhos sentados em seu colo. Os dois filhos da quarta mãe não pararam e ficaram andando e explorando o ambiente cheio de livros infantis que chamavam sua atenção. Depois todas as crianças começaram a explorar os livros. O encontro foi encerrado com o convite enfático da psicóloga para que as integrantes do grupo compareçam à reunião socioeducativa da próxima quinta-feira, a última do mês, como ocorre todos os meses. Disse que não é só para quem tem bolsa família, mas para todos. Também informou que na outra semana o encontro seria um passeio na sexta-feira.

Os dois últimos encontros desse grupo que presenciamos ocorreram com uma gestante de 17 anos em um dos dias e com uma mulher com duas filhas em outro dia, sendo que nenhuma das mulheres já havia participado anteriormente. Esta última informou que participava do grupo de fortalecimento de vínculos em outro CRAS e o grupo havia terminado por falta de participação dos usuários, o que demonstra que o problema de não adesão dos usuários aos grupos se estende a outros CRAS.

No fim da pesquisa percebemos que o grupo havia se extinguido. Houve tentativas de reverter a situação. Presenciamos a psicóloga telefonar para as participantes, questionando o porquê de não estarem indo mais aos encontros e reforçar o convite. Houve ainda uma visita domiciliar a duas integrantes que eram vizinhas para incentivá-las a participar e se colocar à

disposição para o que precisarem. Mas elas alegaram que era longe para ir com os bebês. Também não compareceram na reunião socioeducativa.

Assim, observamos que há uma resistência por parte das usuárias em participar do grupo de Fortalecimento de Vínculos de 0 a 6 anos. Com 39 famílias acompanhadas, os grupos contam com seis, quatro, uma participante. Às vezes nenhuma.

4.4 Famílias que encontramos

Foram realizadas cinco entrevistas, com um usuário e quatro usuárias que participam dos serviços oferecidos pelo CRAS. A seguir faremos uma rápida apresentação de cada personagem que ajudou a tecer a rede de sentidos produzida nessa pesquisa.

Mercedes é uma mulher de 53 anos que está cumprindo pena por tráfico de drogas em sistema semiaberto. Foi casada com um homem com quem teve três filhos: Daniel, Michele e Carolina. Separou-se e viveu por mais alguns anos com outro homem e há 12 anos vive com Míriam, de 41 anos. Ela mora ao lado da casa do pai, que é viúvo. Suas filhas vivem em casas próximas à sua e o filho foi assassinado cinco meses antes da entrevista, em sua cela na prisão. Estava cumprindo pena por tráfico de drogas. Carolina vive com o marido e um filho de dois anos há duas quadras da casa da mãe. Michele tem 5 filhos cujos pais não pagam pensão, é usuária de drogas e está presa por tráfico pela segunda vez. No momento Mercedes está requerendo a guarda social das crianças para evitar que sejam enviadas a uma instituição para menores. A menina mais velha está morando com a tia, filha mais nova de Mercedes, que afirma ser apegada à menina porque cuidou dela quando era bebê, uma vez que ela nasceu na prisão, quando sua irmã foi presa pela primeira vez. Como Michele não podia amamentar por ser usuária de drogas, a menina foi viver com a avó, e Carolina, então com 11 anos, cuidou dela, estabelecendo um vínculo que, segundo ela, perdura até hoje. As outras quatro crianças estão com a avó que havia conseguido alteração do regime de sua pena para aberto três dias antes da entrevista.

Mercedes tornou-se usuária do Centro de Referência de Assistência Social por intermédio de sua filha Michele, que recebe o benefício bolsa família e é acompanhada pela equipe do CRAS. Michele teve várias situações de dificuldade registradas nos prontuários, como perder sua casa por incêndio, não cumprir as condicionantes do bolsa família, ser denunciada ao Conselho Tutelar por negligência e ser presa por tráfico de drogas. Em todas essas situações, o CRAS foi acionado, ou por ela mesma, que procurou ajuda na instituição, ou pelo Ministério Público, por ocasião das denúncias. Sua mãe também procura o CRAS

quando recebe os netos sob seus cuidados, requerendo ajuda para sustentar as crianças e conseguir vaga em escola. No momento em que realizamos a pesquisa de campo, a família passava por nova crise, gerada pela prisão de Michele e a consequente necessidade de que alguém se dispusesse a cuidar das crianças.

Joelma é dona de casa, tem 47 anos, estudou até a 6ª série e cresceu na zona rural entre Caarapó, Itaporã e Dourados. Tem seis filhos entre 24 e 3 anos e quatro netos. Todos os filhos moram com ela. O pai da mais nova vive com ela há 12 anos. A mãe viveu com ela até o fim da vida e os dois irmãos mais novos também residiram com ela por um tempo. Todos os filhos e três dos netos moram com ela e o marido atualmente.

Luciana é uma jovem mãe de 26 anos participante do grupo “Fortalecimento de Vínculos de 0 a 6 anos”. Tem um filho de 6 anos e estava grávida de 8 meses quando realizamos a entrevista. Luciana estudou até o Ensino Médio. Ela e seu marido têm empregos formais: ela é empregada doméstica e ele pedreiro.

Vicente tem 62 anos, é viúvo e aposentado. Tem três filhos: uma filha casada, mãe de seus dois netos, um filho e uma filha adultos que moram com ele. Foi atropelado enquanto andava de bicicleta em 1988 permanecendo internado por um ano em decorrência do acidente. Era funcionário público e perdeu sua função devido ao afastamento e sequelas decorrentes do acidente. Passou a abusar do consumo de bebidas alcólicas e agredir sua esposa. Tentou o suicídio quando ficou sabendo que a esposa estava muito doente e tinha pouco tempo de vida. Como consequência de tomar um grande número de comprimidos juntamente com bebida alcóolica teve neuropatia alcóolica, doença que o acompanha até hoje e que prejudicou sua mobilidade. Atualmente não bebe mais e tem na família, no CRAS e na igreja que frequenta sua rede de apoio e contato social.

Sueli tem 41 anos, é empregada doméstica, divorciada e tem três filhos: Mariana, Gabriel e Isabela. Viveu por vinte anos em um assentamento rural e sofreu violência física e psicológica por parte de seu ex-marido ao longo de muitos anos. Quando saiu de casa ficou um ano e sete meses sem os filhos porque foi acusada de os ter abandonado, tendo o acesso a eles limitado. Passou a frequentar o CRAS quando conseguiu levar os filhos para viverem com ela na cidade e procurou ajuda para esse recomeço.

Na descrição dos relacionamentos de casal entre os participantes optamos pela utilização do termo “companheiro” ou “companheira” para uniões não oficializadas, como é o caso do segundo relacionamento de Mercedes e de Sueli. Para os relacionamentos que foram reportados pelos participantes como casamentos oficiais, utilizamos os termos “marido” ou

“esposa”. Trata-se apenas de uma nomenclatura que demonstra uma opção mais ou menos convencional por parte do casal, revelando aspectos culturais de adesão à tradição.

4.4.1 Vulnerabilidade

Nas famílias que encontramos, a vulnerabilidade surge, principalmente, no abuso de álcool e drogas, no tráfico de drogas, na violência extra e intrafamiliar, no desemprego e subemprego.

Na família de Mercedes, o longo histórico de envolvimento com o tráfico de drogas e as idas e vindas da prisão demonstram uma situação de vulnerabilidade social associada ao sustento financeiro baseado em uma atividade ilícita:

Eu me envolvi com droga vendendo droga para poder criar eles porque não tinha estudo, não tinha nada e eu não queria deixar faltar nada para eles, queria dar do bom e do melhor para eles. Aí fui presa em 2004 e fiquei dois anos e pouco na cadeia. Saí e fui presa agora, estou pagando semiaberto. E agora eu não quero nem saber de droga, perdi meu filho por causa de droga, não fiquei sabendo nem porque mataram ele. E a minha filha que é usuária e tá presa agora por causa de droga. Hoje eu trabalho, ganho pouco, a pessoa que eu vivo com ela também é doente e ganha pouco, mas a gente tá vivendo. Droga pra mim mexer com ela nunca mais, tenho que sair disso.

Mercedes procura demonstrar que estava em uma situação de não ter escolhas quando começou a comercializar drogas ilícitas, o que é revelado no trecho *não tinha estudo, não tinha nada e eu não queria deixar faltar nada para eles, queria dar do bom e do melhor para eles*. O fato de já ter sido presa duas vezes e o envolvimento dos filhos, como usuários e traficantes, inclusive com a morte de um deles na prisão, aparecem em seu discurso como razões para abandonar a atividade, como podemos ver em *agora eu não quero nem saber de droga, perdi meu filho por causa de droga, não fiquei sabendo nem porque mataram ele. E a minha filha que é usuária e tá presa agora por causa de droga*.

No entanto, sua fala revela também aspectos de sua percepção sobre a própria realidade que contradizem sua intenção de abandonar a atividade ilegal revelada no excerto *Hoje eu trabalho, ganho pouco, a pessoa que eu vivo com ela também é doente e ganha pouco, mas a gente tá vivendo. Droga pra mim mexer com ela nunca mais, tenho que sair disso*. Mercedes revela aqui que considera poucos os seus recursos e os da companheira para viverem sem o comércio de drogas, explícito nas expressões “ganho pouco” e “ganha pouco”.

Além disso a companheira é doente. Por fim ela afirma *tenho que sair disso*, ou seja, ainda não saiu totalmente.

Quando fala do filho, Mercedes apresenta uma convivência prejudicada pelo envolvimento do rapaz com o tráfico de drogas ainda na adolescência, revelada no seguinte excerto:

Meu filho não convivi muito com ele porque desde os 14 anos era só cadeia. Eu tinha esperança... quer dizer, eu pensava que uma hora ele podia morrer matado, pela vida que ele levava. Mas assim o que me dói é que foram nove homens que entraram na cela dele pra matar ele.

Quando inicia a frase e a interrompe, não a completando, no trecho *Eu tinha esperança... quer dizer, eu pensava que uma hora ele podia morrer matado, pela vida que ele levava*, Mercedes traz à tona o fato de que jovens que se envolvem com a criminalidade frequentemente têm sua vida abreviada por assassinato. Ela inicia uma frase com *Eu tinha esperança...*, mas depois ela abandona sua intenção e continua *quer dizer, eu pensava que uma hora ele podia morrer matado, pela vida que ele levava*, modificando o que ia dizer relacionado a ter esperança para afirmar que não desconhecia o fato de que esse é o fim esperado para as pessoas “que levam a vida que ele levava”. O caso do filho de Mercedes demonstra as falhas do sistema prisional e de recuperação de menores, pois ele foi preso várias vezes desde os 14 anos. É visível a questão da violência e da falta de proteção no sistema prisional, evidenciado nos detalhes sobre seu assassinato na prisão no trecho *Mas assim o que me dói é que foram nove homens que entraram na cela dele pra matar ele*.

Há um contexto socioeconômico que leva à vulnerabilidade e mantém a família em atividade ilícita. As únicas atividades laborais que estão disponíveis para ex-presidiárias são subempregos, nos quais a remuneração é baixa e não há segurança quanto ao futuro. Caso não consigam produzir um dia por qualquer motivo, mesmo em caso de doença, não recebem, como Mercedes demonstra no excerto *A Míriam (...) trabalha por dia e se ela não for trabalhar vai ser R\$ 50,00 a menos. É diária. Se não for, não recebe*.

É visível aqui a produção de dispositivos de marginalização pelo sistema social e econômico que precisa ser analisada quando tratamos de vulnerabilidade, com destaque para as condições de produção para o mercado de trabalho. A ausência de condições de acesso a um emprego formal pode configurar um dispositivo de marginalização e ter como consequência a inserção em processos de exclusão, produzindo modos de subjetivação a partir de determinados discursos hegemônicos de exclusão social (Guareschi, Reis, Huning & Bertuzzi, 2007).

No caso de Mercedes e sua companheira Míriam, ambas possuem baixa escolaridade e vivem de subempregos, possuindo poucos recursos para a inserção em um mercado de trabalho formal, assim como as filhas de Mercedes. Considerando que a possibilidade de inserção social dos sujeitos na contemporaneidade está atrelada ao mundo do trabalho, vemos que as políticas públicas podem ser excludentes em algumas situações, por não possibilitar o acesso aos meios que possibilitam a inserção no mercado de trabalho a toda a população.

Em uma sociedade pautada pelo capitalismo globalizado, na qual o mercado de trabalho está cada vez mais determinado pelo uso de alta tecnologia, a exclusão é parte do processo e seu controle só é considerado necessário enquanto diminuição de risco para as classes dominantes (Leite & Posthuma, 1996).

Outra participante, Joelma, relata as dificuldades financeiras do passado aliadas à necessidade de cuidar de muitas crianças, quando estava vivendo há pouco tempo na cidade e tinha seus filhos pequenos, além de irmãos mais novos para sustentar após a morte de seu pai:

Nós vivia pagando aluguel, meu Deus, era aquele sofrimento. E eu com aquele monte de criança e ela (sua mãe) sempre falava pra mim as coisas, um sofrimento, meu Deus, eu tenho que conseguir arrumar uma casa, comprar uma casa. Comprar uma casa como, se nem trabalhava por causa das criança? Depois veio a especial, aí que eu não trabalhei mesmo. (...) Aí logo eu consegui encostar ela, foi uma oportunidade que não dava pra sustentar todo mundo, mas dava pelo menos pra ela, né?

O uso de expressões tais como “era aquele sofrimento” no qual o pronome aquele qualifica o sofrimento como algo singular, e “um sofrimento” ilustram a intensidade dos sentimentos de Joelma quanto às dificuldades do passado. Como a filha nasceu com paralisia cerebral, Joelma passou a receber o Benefício de Prestação Continuada, previsto na Lei Orgânica de Assistência Social. A possibilidade de receber o benefício foi percebida como uma saída para a situação de vulnerabilidade, como ela relata no trecho *Aí logo eu consegui encostar ela, foi uma oportunidade que não dava pra sustentar todo mundo, mas dava pelo menos pra ela, né?*

Ao ser questionada sobre o sustento dos filhos, se recebia pensão alimentícia dos pais das crianças, Joelma responde: *De todos. Eu ia atrás, se não...é uma briga, uma luta, mas tem que ir atrás. Igual eu falo pras minhas filhas: “Não passa a mão na cabeça, não, vai atrás. Não é pra você, é pros filho. É um direito da criança”(...)*. Novamente ela utiliza a frase que indica esforço demasiado e conflito (...)*é uma briga, uma luta (...)*, mas é um esforço que vale a pena e no interesse das crianças, como ela afirma nos conselhos às filhas “(...) *Não é pra*

você, é pros filho. É um direito da criança”(...). Joelma ensina às filhas o modo como lutou para sustentar os filhos, exigindo os direitos das crianças de receber pensão dos pais.

O trabalho é escasso. Todos os seus filhos estão desempregados, como é declarado por ela nos seguintes trechos, sobre o filho, as duas filhas mais velhas e o marido, respectivamente:

(...) Agora ele tá no seguro, né, mas ele é ajudante, faz calha, é calheiro. Mas agora tá parado, a empresa mandou tudo a maioria embora (...).

(...) Todas pararam, mas tão desesperada pra trabalhar (...).

Meu marido também tá parado, vai começar amanhã, graças a Deus abriu nossa porta. (...) A profissão mesmo dele é segurança, mas como não tá tendo, ele tá de servente, qualquer coisa ele faz. Padeiro, ele é padeiro também.

Há uma permanente situação de vulnerabilidade econômica em sua família, que já perdura por muitos anos. No momento, a vulnerabilidade se faz presente devido ao desemprego, gerando a dependência por benefícios e pensões, não apenas para o sustento das crianças, mas também dos adultos, pois há momentos em que nenhum deles está empregado. Ela destaca o interesse dos familiares em trabalhar, afirmando que as filhas *estão desesperada para trabalhar* e, sobre o marido, que *qualquer coisa ele faz*, segurança, servente ou padeiro, remetendo ao discurso de valorização social do trabalho e, conseqüentemente, da pessoa disposta a trabalhar “em qualquer coisa”. É o trabalho como forma de sobrevivência. Novamente fica evidente a exclusão pelo não acesso ao mercado de trabalho, inerente ao modelo econômico neoliberal que está em vigor.

A situação da família de Joelma ilustra o que diz Harvey (1993) sobre as conseqüências do modelo econômico em vigor na pós-modernidade: pela flexibilização da legislação trabalhista e incentivos fiscais que atraem o capital externo, a reorganização do sistema financeiro global favorece o capital e deixa desprotegido o trabalhador, aumentando o desemprego e o subemprego.

No relato de outra participante, Sueli, encontramos as dificuldades da vida na zona rural, onde viveu por muitos anos:

Eu fui embora pro sítio, né, com os sem terra, e lá eu era o homem e a mulher da casa, porque o pai deles vinha pra cidade e deixava eu sozinha lá com as crianças, aí eu montava no caminhão da feira, ia trabalhar na feira, corria atrás dos porco, corria atrás das vaca e o pai deles na cidade trabalhando. E com isso nós ia vivendo, né? O pai deles quando ia pra lá não fazia nada, ia pra descansar. Nisso ele começou a andar com outras mulheres aqui em

Dourados e eu enfrentando tudo, sol, calor, frio, chuva. (...) chegava lá me maltratava, desfazia de mim, e com isso eu fui me desgostando da vida também.

No trecho acima, Sueli conta que foi viver na zona rural com os dois filhos em um assentamento do Movimento Sem Terra, mas o marido permanecia na cidade trabalhando. Ela utiliza a expressão *lá eu era o homem e a mulher da casa* que expressa a típica divisão sexual do trabalho, na qual a mulher cuida dos filhos e da casa, enquanto o homem se encarrega do trabalho pesado e do provimento da família. Tal divisão não se aplicava à sua situação, pois ela tinha que desempenhar os dois papéis, realizando o trabalho pesado da criação de animais e da venda de seus produtos na feira, ao mesmo tempo em que cuidava dos filhos. No entanto, realizar o serviço “de homem” não significava autonomia ou emancipação feminina, pois o marido mantinha-se como alguém que faz parte daquele núcleo familiar, mas com um lugar privilegiado de quem tem muitos direitos e poucos deveres. Há uma oposição de ideias entre as ações do marido, no excerto *O pai deles quando ia pra lá não fazia nada, ia pra descansar*, e o comportamento de Sueli, expresso em *eu montava no caminhão da feira, ia trabalhar na feira, corria atrás dos porco, corria atrás das vaca*. Com tal oposição, Sueli busca enfatizar a diferença entre o ex-marido e ela no que concerne ao engajamento no trabalho no assentamento.

A realidade vivida por Sueli com relação ao trabalho no assentamento reflete uma realidade também encontrada por Severo (2016) em famílias assentadas no município de Amambai no Mato Grosso do Sul, nos quais as relações hierárquicas com o homem em situação privilegiada são a regra.

No período seguinte a oposição se repete no trecho *Nisso ele começou a andar com outras mulheres aqui em Dourados* em oposição a *e eu enfrentando tudo, sol, calor, frio, chuva*, no qual Sueli afirma que, enquanto ela enfrentava as intempéries e agruras do trabalho no campo, o ex-marido estava na cidade na companhia de outras mulheres. Além disso, ela afirma que ele (...) *chegava lá, me maltratava, desfazia de mim, e com isso eu fui me desgostando da vida também*. O termo popular “desfazer” tem o sentido de menosprezar, diminuir, desprezar, o que configura uma situação de violência psicológica na relação conjugal, o que se trata de uma situação contínua, como ela revelará em outros momentos de sua fala. Com isso, Sueli afirma que foi se “desgostando” da vida, no que o prefixo “des” revela que algo que era de uma determinada maneira passou a ser de outra, ou seja, ela foi deixando de gostar da vida, pois antes gostava, antes de viver em um relacionamento abusivo.

Em seguida, Sueli vai apresentando mais detalhes da violência que sofria:

Ele começou me bater, me maltratava, tudo que eu falava pra ele, ele dizia que não tava certo. Aí ele bebia, batia ne mim, andava com mulherada, eu era a escrava dele lá no sítio. Tanto que, antes de eu ter a Isabela eu perdi um bebê, tava grávida de 2 meses, por ele ter me batido, descolou a placenta e eu perdi o bebê (...). Aí fui pro hospital, falaram pra mim que eu podia até morrer. Aí entrei na fila pra poder laquear, e eu tomando remédio e tudo engravidei da Isabela, foi uma surpresa, foi até um susto (...) A gravidez da Isabela foi muito sofrida, porque ele me judiava muito, eu ia pra feira, vida sofrida de roça, né? Tive hemorragia, quase perdi a Isabela e o médico marcou a cesariana e no dia que era pra ser a cesariana começou as dor de parto e eu ganhei normal.

Sueli conta nesse trecho como a violência que sofria por parte de seu cônjuge foi aumentando até chegar ao ponto de perder um bebê em decorrência das surras que levava. Nesse trecho ela mostra que houve um momento em que além da violência verbal, foi acrescida a física: *Ele começou me bater, me maltratava, tudo que eu falava pra ele dizia que não tava certo*. O assédio continuava com a desqualificação de suas palavras por parte do parceiro, pois “tudo” indica “a totalidade das coisas”, dando intensidade à sentença. Na desqualificação do que se diz, desqualifica-se a pessoa que fala. Em seguida, ela enumera de outra forma informações que trazem o mesmo sentido do que já havia sido dito antes: *ele bebia, batia ne mim, andava com mulherada, eu era a escrava dele lá no sítio*. O verbo no pretérito imperfeito do indicativo indica uma ação que teve continuidade e duração no tempo, ou seja, essa situação permaneceu durante um certo tempo. Além da violência sofrida e da infidelidade costumaz, ela afirma que era “a escrava”, ou seja, alguém que serve outra pessoa sem receber nada em troca e sem ter nenhum direito respeitado, sendo castigada sistematicamente. Para exemplificar e esclarecer o grau de violência que sofria, Sueli conta sobre a situação em que estava grávida e foi agredida no seguinte trecho: *Tanto que, antes de eu ter a Isabela eu perdi um bebê, tava grávida de 2 meses, por ele ter me batido, descolou a placenta e eu perdi o bebê (...). Aí fui pro hospital, falaram pra mim que eu podia até morrer*.

Após esse episódio, Sueli engravidou novamente. A surpresa com que descobriu a gestação é revelada no seguinte trecho: (...) *eu tomando remédio e tudo engravidei da Isabela, foi uma surpresa, foi até um susto (...)*. Mais do que uma surpresa, foi um susto, pois ela estava *na fila pra poder laquear e tomando remédio*, o que revela que se tratava de uma gravidez indesejada. No excerto a seguir podemos perceber as dificuldades de uma gestação em um contexto de violência doméstica, quando Sueli afirma que: *A gravidez da Isabela foi muito sofrida, porque ele me judiava muito, eu ia pra feira, vida sofrida de roça, né? Tive hemorragia, quase perdi a Isabela (...)*. O advérbio de intensidade *muito* diante do adjetivo “sofrida”,

assim como após o verbo “judiava”, demonstram que o sofrimento foi intenso e que se devia aos maus tratos do marido. Além disso, Sueli também enumera o trabalho como feirante e a vida na roça como fatores de sofrimento. O enunciado *Tive hemorragia, quase perdi a Isabela* logo depois de falar sobre os maus tratos e a vida sofrida de roça pressupõe que Sueli credita a hemorragia que teve a esses fatores.

Saffioti (1999) utiliza o conceito de co-dependência descrito por Giddens (1993) para explicar o tipo de ligação estabelecida por mulheres que sofrem violência por longo período de tempo por parte do cônjuge. Ela afirma que: “Sem dúvida, mulheres que suportam violência de seus companheiros, durante anos a fio, são co-dependentes da compulsão do macho e o relacionamento de ambos é fixado, na medida em que se torna necessário. Neste sentido, é a própria violência, inseparável da relação, que é necessária” (Saffioti, 1999, p. 87).

Sueli suportou por anos a violência física e psicológica por parte do cônjuge, rompendo com tal situação somente quando percebeu que estava correndo o risco de perder a vida, como relata mais adiante:

(...) Nisso ele saiu da firma e ficou no sítio e foi o meu maior pesadelo. O pai dele lá também ficava infernizando ele e ele me batia mais ainda, me judiava, me maltratava, tudinho. (...) Aí ele me bateu e falou pra mim que uma hora dessa eu ia amanhecer chupando meu sangue. Aí eu decidi vim embora. Só que eu fiz uma loucura, eu vim, pra poder ver se alguém me apoiava aqui, sem rumo, pra depois buscar meus filho. Só que quando eu voltei pra buscar as crianças, ele tinha feito a cabeça das criança pra eles não vim morar comigo. Aí eu fiquei na casa de uma amiga minha, trabalhando de diarista e meus filho lá. Nisso tava com um mês que eu tava aqui, tava até pensando em voltar pra ele por causa das criança e também porque eu não tinha onde fica, quando eu conheci meu finado outro marido.

Quando Sueli relata a situação de sua vida quando o marido foi viver no sítio diariamente, pois saiu do emprego que tinha na cidade, utiliza o termo “pesadelo”, enfatizando o quanto era aterrorizante o seu cotidiano, como demonstra o trecho *Nisso ele saiu da firma e ficou no sítio e foi o meu maior pesadelo*. Há ainda uma referência ao sogro que parecia ter uma relação conturbada com o filho e tornava as coisas piores para a nora, em quem ele descontava sua raiva, como podemos ver no enunciado *O pai dele lá também ficava infernizando ele e ele me batia mais ainda, me judiava, me maltratava, tudinho*. Nesse momento Sueli conta o momento que decidiu fugir, quando percebeu que sua vida estava em risco *Aí ele me bateu e falou pra mim que uma hora dessa eu ia amanhecer chupando meu sangue. Aí eu decidi vim embora. Só que eu fiz uma loucura, eu vim, pra poder ver se alguém me apoiava aqui, sem rumo, pra depois buscar meus filho. Só que quando eu voltei pra buscar as crianças, ele*

tinha feito a cabeça das criança pra eles não vim morar comigo. Percebemos aqui uma auto recriminação de Sueli, pois ela afirma que “fez uma loucura” deixando os filhos enquanto buscava por apoio para se separar.

No momento em que ela sai de casa, o cônjuge utiliza os filhos como uma forma de ainda a agredir e forçá-la a voltar a viver com ele, o que quase funcionou, como ela revela no excerto *Aí eu fiquei na casa de uma amiga minha, trabalhando de diarista e meus filho lá. Nisso tava com um mês que eu tava aqui, tava até pensando em voltar pra ele por causa das criança e também porque eu não tinha onde fica, quando eu conheci meu finado outro marido.* Sueli relata aqui que estava prestes a voltar a viver com o marido por causa dos filhos e também porque não tinha onde morar e finaliza *quando eu conheci meu finado outro marido.* Esse enunciado no fim do período tem o sentido de uma solução para a dificuldade descrita anteriormente.

Posteriormente, Sueli relata que, quando finalmente conseguiu os filhos de volta, enfrentou muitas dificuldades para viver na cidade com três crianças (...) *fiquei na casa da minha mãe, meu padrasto arrumou uma casa pra mim, a casa da cunhada dele, nos fundos. Bem na época do frio mês de junho. As criança não tinha nada. Foi a época que eu comecei a vim no CRAS.*

Do período em que viveu no assentamento e sofria violência doméstica, Sueli relata que mais de uma vez pensou em suicídio, assim como nos primeiros tempos em que tentava se estabelecer na cidade:

E eu tô vivendo, né? Eu so que nem uma lata velha, né? Tudo amassada das cacetada, mas eu tô vivendo. (...) quando eu cheguei aqui eu queria me matar, eu tentei me matar, eu tava numa fase, lá no sítio mesmo quando ele tava me batendo, três vezes eu tentei me matar, e as três vezes um dos meus filhos chorou. Eu cheguei colocar uma corda no meu pescoço, de tão desesperada que eu tava. A primeira vez foi a Mariana que me chamou “Mãe, cadê a senhora”. Aí eu fui lá ver o que ela queria, que ela tava com dor de cabeça. Aí eu me enterti cuidando dela, larguei pra lá. Outra vez foi o Gabriel e outra vez a Isabela chorou no bercinho. As três vezes foi meus filhos que me salvou. E hoje eles são tudo pra mim, meus três filhos são tudo pra mim. Eu considero que não foi certo ter feito o que eu fiz, eu acho que eu devia ter ficado e lutado por eles, só que pra mim foi uma lição, pra o que eu sei hoje, hoje eu sei entrar num banco, eu sei conversar em público, sei conversar com as pessoas, mesmo eu sendo desmiolada assim, brincalhona, na hora de falar sério, eu falo sério, sabe?

No excerto acima Sueli utiliza uma comparação de si mesma com uma “lata velha”, referindo-se aos sofrimentos que passou e que a deixaram marcada, “amassada das cacetada”,

e utiliza a conjunção adversativa “mas” para esclarecer que, apesar de tudo, está vivendo. A repetição do enunciado “eu tô vivendo” tem como intenção demonstrar sua resiliência, pois apesar das “cacetadas” conseguiu prosseguir com sua vida. Em seguida ela relata que pensou muitas vezes em deixar de viver, como fica claro no seguinte trecho (...) *Quando eu cheguei aqui eu queria me matar, eu tentei me matar, eu tava numa fase, lá no sítio mesmo quando ele tava me batendo, três vezes eu tentei me matar, e as três vezes um dos meus filhos chorou. Eu cheguei colocar uma corda no meu pescoço, de tão desesperada que eu tava.* Sueli fala primeiro que pensou em dar fim a sua vida quando retornou para a cidade. Quando afirma que “estava numa fase” utiliza uma expressão que visa dar ênfase ao que está sendo dito, sendo que, nesse contexto, significa um período ruim em sua vida. Em seguida, ela se lembra de outras três vezes em que pensou em suicídio, no período em que vivia no assentamento: *três vezes eu tentei me matar, e as três vezes um dos meus filhos chorou.* Sueli afirma aqui que desistiu do suicídio porque ouviu o choro de um dos filhos, ou seja, os filhos foram o motivo para ligá-la à vida novamente. Quando ela diz *Eu cheguei colocar uma corda no meu pescoço, de tão desesperada que eu tava,* demonstra que o desejo de morrer chegou a se tornar ação, embora não tenha se efetivado. Sueli afirma que estava “desesperada”, ou seja, sem esperança, sem acreditar que sua situação poderia melhorar. Foram os cuidados com os filhos que a levaram novamente para a vida, como algo que ainda fazia sentido em sua existência, como fica claro no período *A primeira vez foi a Mariana que me chamou “Mãe, cadê a senhora”. Aí eu fui lá ver o que ela queria, que ela tava com dor de cabeça. Aí eu me enterti cuidando dela, larguei pra lá. Outra vez foi o Gabriel e outra vez a Isabela chorou no bercinho. As três vezes foi meus filhos que me salvou. E hoje eles são tudo pra mim, meus três filhos são tudo pra mim.* Novamente ela utiliza a repetição para enfatizar, afirmando duas vezes seguidas que os filhos são tudo para ela, reafirmando a importância da maternidade em sua vida.

Logo após essa afirmação, Sueli faz novamente uma autorrecriação com relação ao momento em que saiu de casa, deixando os filhos com o marido. Quando ela afirma *Eu considero que não foi certo ter feito o que eu fiz,* está também dizendo que errou, que deveria ter feito de outro modo, como afirma em seguida: *eu acho que eu devia ter ficado e lutado por eles.* Ela esquece que estava com muito medo de seu marido naquela época e sem esperanças de conseguir enfrentá-lo e por isso não planejou sua saída racionalmente. Além de ter sido agredida violentamente por anos, ela ainda sente culpa por ter saído de casa. Tentou levar os filhos pouco tempo depois, mas foi impedida pelo pai das crianças, mas mesmo assim considerou-se a responsável pelo tempo em que esteve afastada dos filhos.

Por fim ela busca encontrar algo positivo em sua experiência e enumera algumas habilidades que desenvolveu ao vir para a cidade. No excerto *só que pra mim foi uma lição, pra o que eu sei hoje, hoje eu sei entrar num banco, eu sei conversar em público, sei conversar com as pessoas*, Sueli revela que procura valorizar o aprendizado que advém da experiência de mudança de vida. Porém, mesmo quando fala das habilidades que desenvolveu, ela se deprecia um pouco, como no trecho *mesmo eu sendo desmiolada assim, brincalhona, na hora de falar sério, eu falo sério, sabe?* Sueli utiliza o termo “desmiolada” para se descrever, o que significa “sem miolos” ou “sem cérebro”, revelando uma percepção de si negativa.

Outro participante, Vicente, apresenta em seu relato a vulnerabilidade como fragilidade de sua saúde, perda financeira, abuso de álcool e violência doméstica, em seu caso, como autor. Ele conta que, devido ao acidente no qual foi atropelado enquanto andava de bicicleta na rua, esteve por um ano internado em um hospital. Após esse período, não pôde voltar ao mesmo trabalho porque era operador de máquinas e ficou com sequelas do acidente que o impediam de executar sua função. Como consequência, foi remanejado para a atividade de office boy e teve grande perda salarial, como relata no excerto abaixo:

Olha, eu levei um prejuízo tão grande. Eu ganhava mais ou menos 7 salários mínimos. (...) Perdi uns 4 salários. Aí foi, eu comecei a beber por causa disso, desgosto acho, brigava, xingava todo mundo lá na firma. Fiquei 10 anos andando nos bancos, todo dia (...) Aí comecei a beber, foi atingindo, foi atingindo porque tomava aquele monte de remédio, aí comecei a bater na mulher, nossa! Fui preso um dia, aí me internaram em Campo Grande em um sanatório lá, pra ver se eu parava de beber e tomava remédio mais forte ainda. Aí me aposentaram, fiquei dois meses lá e me aposentaram.

O relato de Vicente demonstra grande prejuízo em sua vida após o acidente: em sua saúde, nos relacionamentos interpessoais, em sua identidade laboral, no aspecto financeiro. O uso da expressão “tão grande” para qualificar o prejuízo que teve enfatiza a perda financeira, como explicitado no excerto *Olha, eu levei um prejuízo tão grande. Eu ganhava mais ou menos 7 salários mínimos. (...) Perdi uns 4 salários*. Vicente apresenta o fato de ter passado a abusar do álcool como consequência dessa perda, o que lhe causou “desgosto” e problemas de relacionamento no trabalho, como ele revela no trecho *Aí foi, eu comecei a beber por causa disso, desgosto acho, brigava, xingava todo mundo lá na firma*. Podemos perceber o descontentamento de Vicente não apenas com a diminuição de seu salário, mas também com a atividade que desempenhava, como *office boy*, função tradicionalmente desempenhada por jovens quando começam a trabalhar. Esse descontentamento está implícito na afirmação *Fiquei 10 anos andando nos bancos, todo dia (...)*, pois ele reduz a importância da atividade por usar a

expressão “ficar andando nos bancos”, dando a impressão de que se trata de algo trivial, além de colocar o longo tempo de 10 anos, denotando enfado por tanto tempo realizando tal atividade. Também o uso da expressão “todo dia”, nesse contexto, carrega consigo a ideia de repetição por longos 10 anos da atividade laboral indesejada, enfatizando o seu descontentamento.

O sentimento que Vicente define como “desgosto” e as implicações disso em sua vida são semelhantes às repercussões psicossociais em decorrência do desemprego: “depressão, angústia, sentimentos de impotência e de culpa, perda da autoestima, alcoolismo, tabagismo, uso de drogas em geral, suicídio, incerteza quanto ao futuro, conflitos conjugais e familiares e isolamento social” (Goulart & Guimarães, 2002. p. 29).

No seu caso, ele permaneceu na mesma instituição, porém foi realocado para uma função de menor status e que não escolheu, além de perder bastante financeiramente. Em seguida, Vicente repete novamente que foi nessa época que começou a beber e fala também dos problemas ocasionados pela mistura da bebida alcóolica com os medicamentos que passou a fazer uso após o acidente. A repetição e o uso do gerúndio demonstram uma ação que se repetia no passado “foi atingindo, foi atingindo”, portanto que não aconteceu de repente, mas foi aos poucos que ele foi sendo “atingido” pelas consequências de misturar grandes quantidades de álcool com psicofármacos, que eram muitos, como ele revela no trecho *Aí comecei beber, foi atingindo, foi atingindo porque tomava aquele monte de remédio, aí comecei a bater na mulher, nossa!* Vicente conta aqui que começou a agredir fisicamente sua esposa nessa época, expresso pelo vocábulo “aí”, que indica o momento em que aconteceu o fato. A interjeição “nossa!”, que foi emitida com entonação enfática expressa um afeto ainda relacionado ao fato ocorrido há muitos anos. O participante conta que, em decorrência de seus atos, foi preso e posteriormente internado em um sanatório para tratamento durante dois meses, como mostra o excerto: *Fui preso um dia, aí me internaram em Campo Grande em um sanatório lá, pra ver se eu parava de beber e tomava remédio mais forte ainda. Aí me aposentaram, fiquei dois meses lá e me aposentaram.* As expressões “me internaram” e “me aposentaram” revelam que ele já não tinha autonomia sobre sua vida, pois outras pessoas tomavam atitudes para tentar interromper seu processo de autodestruição.

Saffiotti & Almeida (1995) relatam que a vivência de situações que levam a sentimento de impotência por parte dos homens os levam a praticar atos de violência, pois eles não são preparados para a impotência, mas sim para a potência e a força, características valorizadas para homens em nossa cultura.

No caso de Vicente, houve uma perda material importante que diminuiu seu poder enquanto provedor, causando intenso estresse e sentimento de impotência. Para Saffiotti

(1999), ser capaz de prover as necessidades materiais da família é o mais importante definidor de masculinidade em nossa sociedade e a perda desse status tem o sentido de ataque à virilidade que coloca o homem em situação de impotência.

Vicente continua contando como viveu um período de grande degradação de sua saúde, física e mental, que ele descreve no excerto abaixo:

Dois meses antes da minha mulher morrer, o médico dela me chamou lá no Evangélico, me falou: “A sua mulher não tem mais seis meses de vida”. Ela fazia hemodiálise, e foi enfraquecendo, dez anos de hemodiálise, nervosa porque eu dava muito trabalho, então me deu aquele remorso, porque eu judiava demais. Falei: “Puxa vida!” Me deu aquele golpe no coração, porque eu gostava dela, mas quando bebia tinha nojo, isso que a bebida faz. Cheguei em casa e tomei 120 Gardenal. Se com 20 já mata, imagina 120. De uma vez. Aí eu tava tomando uma cerveja, saí lá pra fora e fui tomar. E caí lá. Aí passaram na rua, viram eu caído, chamaram meus filhos e levaram pro hospital, fiquei 3 dias em coma, bem mal mesmo. Aí quando eu dei alta, secou tudo os nervos. Aí doía tanto, tanto, levaram eu pra um especialista e aí que acusou: neuropatia alcóolica. Daí pra frente só remédio. Aí eu tomava duas vezes por dia de 2000 até 2008, nessa vida, de andar carregado. Aí meus filhos chorava, reclamava, foi dia 3 de outubro daquele ano era meu aniversário aí eu bebi, bebi, do dia 3 até o dia 6. Aí eu caí e rompeu a artéria. (...) Operou, o braço tá aqui até hoje, mas ficou a força, assim, 50 por cento a menos (...).

Vicente recebeu a notícia da morte iminente de sua esposa e sentiu grande culpa. A causa do seu adoecimento era uma insuficiência renal, como demonstra o trecho *Ela fazia hemodiálise, e foi enfraquecendo, dez anos de hemodiálise, nervosa porque eu dava muito trabalho, então me deu aquele remorso, porque eu judiava demais. Falei: “Puxa vida!” Me deu aquele golpe no coração, porque eu gostava dela, mas quando bebia tinha nojo, isso que a bebida faz*. Os motivos que o levaram a se sentir culpado surgem nas expressões “porque eu judiava demais” e “nervosa demais porque eu dava muito trabalho”. Ele procura enfatizar o sentimento intenso que teve quando soube que a morte de sua esposa era iminente pela interjeição “Puxa vida!” e pela expressão metafórica “me deu aquele golpe no coração”. O coração é tradicionalmente considerado pelo senso comum como o órgão que comanda as emoções e sentimentos. Aqui, o sentido de “golpe no coração” é de um sentimento forte de culpa por maltratar a esposa e fazê-la sofrer com suas atitudes. Ele explica ainda que o “golpe no coração” foi sentido porque existia um vínculo de afeto com a esposa, demonstrado na expressão “porque eu gostava dela”. Vicente atribui a responsabilidade por suas atitudes de agredir a mulher ao alcoolismo quando afirma “mas quando bebia tinha nojo, isso que a bebida faz”.

O impacto da notícia de que estava próxima a morte da esposa levou Vicente a uma tentativa de suicídio por ingestão de psicofármacos, como ele descreve no seguinte trecho: *Cheguei em casa e tomei 120 Gardenal. Se com 20 já mata, imagina 120. De uma vez. Aí eu tava tomando uma cerveja, saí lá pra fora e fui tomar. E caí lá. Aí passaram na rua, viram eu caído, chamaram meus filhos e levaram pro hospital, fiquei 3 dias em coma, bem mal mesmo.* No hospital, Vicente recebeu o diagnóstico de neuropatia alcóolica e passou a sentir muitas dores e ingerir ainda mais medicamentos, e seu alcoolismo piorou ainda mais, como podemos ver no excerto *Aí quando eu dei alta, secou tudo os nervos. Aí doía tanto, tanto, levaram eu pra um especialista e aí que acusou: neuropatia alcóolica. Daí pra frente só remédio. Aí eu tomava duas vezes por dia de 2000 até 2008, nessa vida de andar carregado.* Ele relata aqui que foram oito anos de intenso abuso do álcool, evidenciado pela expressão “nessa vida de andar carregado”, ou seja, ele não tinha mais autonomia com relação ao próprio corpo, precisava que o carregassem.

O sofrimento da família nessa fase de sua vida e mais consequências para sua saúde já debilitada aparece em sua fala no trecho *Aí meus filhos chorava, reclamava, foi dia 3 de outubro daquele ano era meu aniversário aí eu bebi, bebi, do dia 3 até o dia 6. Aí eu caí e rompeu a artéria. (...) Operou, o braço tá aqui até hoje, mas ficou a força, assim, 50 por cento a menos (...).* Aqui Vicente revela que havia apelos dos filhos para que ele saísse do alcoolismo e sofrimento por parte deles em ver o pai na situação em que estava, como demonstra na frase “*meus filhos chorava, reclamava*”. Ele conta ainda que, devido a uma queda, rompeu uma artéria e perdeu a força em um dos braços, problema que o acompanha até hoje.

No excerto abaixo, Vicente conta como, após o agravamento do abuso de álcool, finalmente parou de beber:

Minha mulher largou de mim no ano que eu aposentei. Aí que eu comecei beber, aposentado, não trabalhava, duas vezes por dia. Eu vinha carregado todo dia do bar, assim 11h, almoçava, dormia um sono e ia de novo, quando dava 8 h já tava caído de novo. Aí graças a Deus me livrei. Eu fui na Igreja Mundial. (...) Faz 9 anos. Nossa! Foi um milagre. Eu sou um milagre, porque eu não tomo mais esses remédios. Não fumo, não bebo. Que eu fumei 42 anos e tomei 31 anos.

Vicente relata que a esposa não quis mais viver com ele após sua aposentadoria, utilizando o verbo “largou”, que tem o sentido de abandonar: *Minha mulher largou de mim no ano que eu aposentei.* Nessa fase de sua vida o abuso de bebida alcóolica também aumentou. Sem o compromisso do trabalho, todo o seu tempo era preenchido pela bebida, em uma rotina parecida com a do trabalho, de modo que beber era sua atividade principal: um turno pela

manhã, intervalo para o almoço e retorno à tarde. A gravidade do alcoolismo de Vicente é evidenciada por expressões como “vinha carregado” e “já tava caído de novo”, que demonstram a perda de domínio sobre si mesmo em função do consumo de bebida alcoólica, além da locução adverbial “todo dia” que marca a repetição dessa situação ao longo do tempo, como vemos no trecho: *Eu vinha carregado todo dia do bar, assim 11h, almoçava, dormia um sono e ia de novo, quando dava 8 h já tava caído de novo.*

O fim desse ciclo é descrito por Vicente como um “milagre”. Ele afirma que parou de beber há nove anos devido à religião e enfatiza sua percepção do fato como um milagre pela interjeição “nossa!” e pela repetição do vocábulo milagre, como vemos no trecho *Aí graças a Deus me livrei. Eu fui na Igreja Mundial. (...) Faz 9 anos. Nossa! Foi um milagre. Eu sou um milagre, porque eu não tomo mais esses remédios. Não fumo, não bebo. Que eu fumei 42 anos e tomei 31 anos.*

A vulnerabilidade apresentada por Vicente é multifatorial: abuso de álcool, violência doméstica, tentativa de suicídio, múltiplos problemas de saúde. São questões que envolvem a necessidade de diferentes estratégias de enfrentamento, equipe multiprofissional e trabalho conjunto com a rede de saúde.

4.4.2 Vínculo

Os vínculos aparecem nos depoimentos como ligações baseadas no apoio mútuo, companheirismo e proteção, mas também na violência, distanciamento e ambivalência.

Mercedes tem com a companheira Míriam um vínculo de solidariedade consolidado no cotidiano de dificuldades:

Ela trabalha no lava rápido, mas me ajuda em casa com os ímãs também. Ela me dá muita força, eu fiquei presa um ano e meio, ela nunca ficou sem me ver um domingo, todo domingo ela tava lá. Quando pegou fogo na casa da mãe deles, ela me incentivou a cuidar deles, porque eu tava desanimada. Hoje ela me incentiva a cuidar deles, ela me ajuda muito, muito mesmo.

Nesse trecho, Mercedes afirma a importância do apoio da companheira com muitos exemplos. Ajuda em sua atividade laboral, de montar ímãs de geladeira, realizada em casa, enquanto ela cumpre pena em sistema semiaberto, como demonstra no trecho *Ela trabalha no lava rápido, mas me ajuda em casa com os ímãs também.* A constância da companheira em seu apoio aparece no excerto *Ela me dá muita força, eu fiquei presa um ano e meio, ela nunca ficou sem me ver um domingo, todo domingo ela tava lá.* Míriam também a incentiva a ajuda

a cuidar dos netos quando é necessário, como fica claro na afirmação *Quando pegou fogo na casa da mãe deles, ela me incentivou a cuidar deles, porque eu tava desanimada. Hoje ela me incentiva a cuidar deles, ela me ajuda muito, muito mesmo*. A utilização do advérbio de intensidade “muito(a)” por três vezes no trecho acima demonstra o quanto Mercedes valoriza o apoio de Míriam, reafirmando um vínculo de solidariedade e companheirismo.

Quanto ao vínculo de Mercedes com a filha Michele e os netos, há uma ambivalência revelada no excerto abaixo:

Quando pegou fogo na casa, eu fiquei com eles. Depois eles voltaram, porque...no meu jeito de pensar, ela é que tem que cuidar deles, né? Eu ajudo no que eu posso, porque eu também quero minha vida particular. Eu não achava que eu ia conseguir cuidar deles, eu achava que ia entregar pro juizado. Mas agora que precisou, mesmo, graças a Deus eu to tendo força e paciência, porque eu não tinha, eu não me via cuidando deles. Eu cheguei a falar pra ela: “Se você chegar a ir presa eu não vou pegar seus filhos, eu vou entregar na hora pro juizado”. Eu falava pra ela. Até eu fui ver ela na quarta-feira, fui levar os papel pra ela assinar e ela veio chorando porque ela achava que eu tinha entregado eles, porque é o que eu tinha falado pra ela que eu ia entregar eles. Mas eu to tendo força pra cuidar deles, eu peço todo dia pra Deus me dar força e paciência, porque eles precisam, né? Já me deram conselho, já me deram conselho pra mim entregar. Até meu pai já disse: “Não, você não vai ter cabeça. Até sua vida com a Míriam vai mudar. Vocês vão começar brigar, ela vai te cobrar”. Mas pelo contrário, ela tá me ajudando muito, me ajudando com a educação, ela tem mais paciência do que eu, muitas vezes. E a gente vai conseguir cuidar deles até ela sair.

Na fala (...) *Mas eu to tendo força pra cuidar deles, eu peço todo dia pra Deus me dar força e paciência, porque eles precisam, né?(...)* é possível perceber o esforço investido por Mercedes para assumir a responsabilidade pelos netos e ao pontuar (...) *Mas pelo contrário, ela tá me ajudando muito (...)* o quanto o apoio dado por sua companheira é importante para que ela consiga realizar essa tarefa. A conjunção adversativa marca o quanto isso a surpreende, pois ela esperava o contrário. Não somente ela esperava o contrário, seu pai lhe disse: (...) *Vocês vão começar brigar (...)*. É possível que outros tenham tido a mesma expectativa, pois podemos observar em (...) *Já me deram conselho (...)* que o verbo dar está enunciado no plural.

No excerto (...) *Eu ajudo no que eu posso, porque eu também quero minha vida particular. Eu não achava que eu ia conseguir cuidar deles, (...)* Mercedes indica que com certa dificuldade ela dá suporte à filha encarcerada, porque queria *minha vida*, e acentua *particular*, dobrando o sentido do que imaginava perder. Para isso, recebe o apoio de Míriam.

Em (...) *eu to tendo força e paciência, porque eu não tinha (...)*. Há ambivalência quanto ao cuidado das crianças, mas, por fim, optam por permanecer com elas. Há uma forma de vinculação construída com a filha que se estende aos netos. Não se trata da família nuclear burguesa que atende às expectativas sociais, mas é uma família que proporciona apoio mútuo.

Outra participante, Sueli, fala do segundo marido, com quem viveu por um curto período de tempo:

Aqui eu fui feliz com esse rapaz que Deus levou. Foi por uma coincidência que eu fui morar com ele, fiquei quatro anos e meio com ele. Ele sim me tratava como uma rainha, ele fazia eu me arrumar, me levava no salão, ele levantou minha autoestima. Aí onde ele veio e falou “vai lá no CRAS”. O pessoal do CRAS me ajudou e continua me ajudando. Mas aí tá com dois anos que Deus levou ele.

Quando afirma *Aqui eu fui feliz com esse rapaz que Deus levou*, Sueli remete a um período de sua vida que foi vivenciado como algo bom, o período em que viveu com o segundo marido que morreu em decorrência de um câncer. Ela enumera as atitudes do companheiro que a agradavam: *Ele sim me tratava como uma rainha, ele fazia eu me arrumar, me levava no salão, ele levantou minha autoestima*. Quando ela diz “ele sim”, traz uma oposição com relação a um outro, o pai de seus filhos, que fazia o oposto: tratava mau, não deixava se arrumar, desfazia dela, abalava sua autoestima. Foi esse companheiro que sugeriu que ela procurasse o CRAS para obter ajuda e recomeçar sua vida, fato que ela relembra ao falar das atitudes positivas dele com relação a ela. Quando relembra *Aí onde ele veio e falou “vai lá no CRAS”*. *O pessoal do CRAS me ajudou e continua me ajudando*, no contexto do restante do excerto, adquire um significado de gratidão a ele por ter indicado o serviço. No entanto, esse vínculo positivo na vida de Sueli durou pouco tempo e ela utiliza a conjunção adversativa “mas” justamente para marcar a adversidade, o fim dessa fase em que ela “foi feliz”: *Mas aí tá com dois anos que Deus levou ele*. Como pessoa religiosa, ela busca aceitar o fato como vontade divina.

Além do companheiro, Sueli também perdeu por morte, aos 15 anos, o pai, com quem tinha um vínculo importante, como ela revela no seguinte excerto:

Nós brincava muito. Com a mãe também, mas meu pai era o esteio. Tem hora que eu penso que se meu pai fosse vivo eu não tinha passado esse sofrimento que eu passei. Mas depois eu penso assim: cada um tem uma cruz.

Sueli relembra a convivência com seu pai com a frase *Nós brincava muito*, demonstrando pelo verbo “brincar” que existia uma interação descontraída e alegre. Em seguida afirma que *Com a mãe também, mas meu pai era o esteio*, que revela que, pelo uso da conjunção

adversativa “mas”, havia uma diferença entre a relação com a mãe e a relação com pai, sendo este último o “esteio”. O vocábulo “esteio” se refere a um objeto utilizado para firmar algo, dar sustentação, tendo significado, também, figurativamente, de uma qualidade de algo ou alguém que tem uma função de sustentáculo. Para ela o pai era o “esteio”, dava sustentação para ela e a família. Por isso ela pensa que sua vida poderia ter sido melhor se ele não tivesse morrido, como vemos na frase *Tem hora que eu penso que se meu pai fosse vivo eu não tinha passado esse sofrimento que eu passei*. Em seguida, Sueli recorre à filosofia cristã de que é preciso aceitar o sofrimento como uma cruz, seguindo o exemplo de Cristo: *Mas depois eu penso assim: cada um tem uma cruz*.

Pode-se inferir desse trecho que o pensamento de que o pai não tivesse morrido e de que ela não tivesse passado por todo o sofrimento que passou é muito doloroso, sendo algo que ela rapidamente procura desviar, aceitando sua história como inexorável.

Outros vínculos importantes da vida de Sueli são seus filhos e sua mãe, como ela relata no trecho abaixo:

(...) E aí hoje a gente tá super bem, ela (a filha mais velha) me chama eu vou, eu chamo ela, ela vem. O Gabriel tá lá, o que eu posso fazer pra ajudar ele eu faço. Sou que nem aquela galinha com os pintinho, eu cuido tudo eles. A Isabela é meu grude. Minha mãe também, por mais que nós passamo, minha mãe é tudo pra mim. E eu vou vivendo a vida. Quando vem aquela tristeza, aquele negócio dentro de mim começa de novo, eu corro pro CRAS. As gurias vem, conversa comigo, eu participo dos grupo, elas sabe tudo que eu passei, elas ligam: “Sueli, como é que você tá?” Eu faço parte do Conselho Gestor do CRAS também. Então aqui é minha segunda casa, o pessoal do CRAS é minha segunda família.

Sueli traz uma imagem popular da maternidade que é a da galinha com os pintinhos no trecho *Sou que nem aquela galinha com os pintinho, eu cuido tudo eles* para falar de como se relaciona com os filhos. Essa imagem remete à proteção e cuidado, pois a galinha coloca os pintinhos embaixo da asa para aquecê-los e protegê-los do frio, da chuva e de outros perigos. Com relação à filha mais nova ela diz *A Isabela é meu grude*, ou seja, está sempre junto, “grudada”. Quanto à mãe, quando ela afirma *Minha mãe também, por mais que nós passamo, minha mãe é tudo pra mim*, a expressão “por mais que nós passamo” remete a dificuldades no relacionamento entre as duas, é o mesmo que dizer “apesar do que nós passamos”, ou seja, mesmo nem sempre sendo uma relação positiva, ela ainda mantém um vínculo, afirmando que a mãe é “tudo” pra ela.

Sueli fala também de uma “tristeza” que sente e de como o relacionamento com a equipe do CRAS a ajuda. Quando ela diz *E eu vou vivendo a vida*, repete uma frase que é dita

várias vezes ao longo de sua entrevista. É como um bordão de resiliência, são muitas as dificuldades, mas ela continua escolhendo viver. O uso do gerúndio caracteriza uma ação contínua, que perdura no tempo. Sueli continua resistindo. Nessa luta contra a tristeza que a acomete ela busca a ajuda das técnicas do CRAS com quem tem um vínculo, como demonstra o seguinte excerto: *Quando vem aquela tristeza, aquele negócio dentro de mim começa de novo, eu corro pro CRAS. Quando afirma que “corre” para o CRAS, ela demonstra que considera que a instituição a ajuda a superar essa dificuldade. Em seguida, ela enumera os detalhes dessa relação, na qual ela se sente acolhida: As gurias vem, conversa comigo, eu participo dos grupos, elas sabe tudo que eu passei, elas ligam: “Sueli, como é que você tá?” Quando Sueli afirma que elas sabe tudo que eu passei revela que há um vínculo construído ao longo do tempo que implica em conhecer sua história de vida. Ela afirma ainda que tem uma participação formal dentro do CRAS como membro do Conselho Gestor: Eu faço parte do Conselho Gestor do CRAS também. Por todos os motivos enumerados, que implicam em acolhimento (elas conversam comigo e perguntam como eu estou), vínculo (elas sabem tudo que eu passei), pertencimento (eu vou nos grupos, eu faço parte do Conselho Gestor), ela conclui *Então aqui é minha segunda casa, o pessoal do CRAS é minha segunda família.**

Outros vínculos que aparecem na fala de Sueli são sua empregadora, que ela chama de patroa, e os amigos que tem no centro de umbanda que frequenta:

Só que uma coisa é certa: eu vou vivendo. A minha esperança é eu trabalhando... a minha patroa que eu trabalho na casa dela fez eu pagar um MOAI¹, com o dinheiro do MOAI eu paguei uma moto pra mim, comprei uma cinquentinha² pra mim, hoje tenho uma cinquentinha. Ando pra tudo que é lugar com ela. Morria de medo de andar nela, por causa que eu caí um tombo, né? Aí meu pai de santo, minha mãe de santo, meus amigos do centro, o pessoal do CRAS tudo falando pra eu perder o medo, hoje eu ando nela. Agora meu maior sonho é ter minha casinha. (...) A minha esperança hoje só é a minha casa, meu apartamento, meu lar. Porque morar na casa dos outros, você é humilhada. Hoje ce tá aqui, amanhã já não tá. A casa é minha, sai daqui. Você tendo o que é seu, é outra coisa. Você pode dormir, acordar, sem ninguém encher o saco.

Nesse trecho novamente Sueli repete seu bordão: *Só que uma coisa é certa: eu vou vivendo*, reafirmando sua decisão de seguir a vida. Ela afirma que coloca sua esperança no trabalho que possibilitou, por exemplo, a aquisição de uma moto (cinquentinha). Sueli repete

¹ Consórcio popular, administrado por pessoa física.

² Moto com motor com 50 cilindradas.

orgulhosamente *comprei uma cinquentinha pra mim, hoje tenho uma cinquentinha*. Para perder o medo de pilotar sua moto, ela contou com o apoio das pessoas do centro de umbanda que frequenta e do pessoal do CRAS, como ela afirma no trecho: *Morria de medo de andar nela, por causa que eu caí um tombo, né? Aí meu pai de santo, minha mãe de santo, meus amigos do centro, o pessoal do CRAS tudo falando pra eu perder o medo, hoje eu ando nela*. Após falar da aquisição da moto, ela fala do sonho da casa própria, como uma sucessão de conquistas materiais que lhe dão segurança: *Agora meu maior sonho é ter minha casinha*.

Mais adiante, Sueli novamente enfatiza a importância da casa própria para ela. Ao usar o advérbio “só”, que exclui outras possibilidades, Sueli reitera que a aquisição da casa é seu único objetivo no momento, como fica claro no trecho *A minha esperança hoje só é a minha casa, meu apartamento, meu lar*. Em seguida, ela explica porque valoriza tanto essa conquista, dando como exemplo situações pelas quais já passou por precisar residir “na casa dos outros”, o que considera como humilhante, como podemos ver no excerto *Porque morar na casa dos outros, você é humilhada*. Quando afirma que *Hoje ce tá aqui, amanhã já não tá*, ela demonstra a insegurança da situação de não ter uma casa que seja sua, podendo ser despejada de um dia para o outro. A frase *A casa é minha, sai daqui*, referindo-se ao que o proprietário pode dizer a qualquer momento, ilustra um modo possível de humilhação nessas circunstâncias. Em oposição a tal situação, está o trecho *Você tendo o que é seu, é outra coisa. Você pode dormir, acordar, sem ninguém encher o saco*, que apresenta o sentido de segurança e tranquilidade por possuir moradia própria, o sonho de Sueli.

Outro participante, Vicente, relata fatos sobre a relação com o pai em sua infância e adolescência que mostra que o modo de vinculação em sua família de origem se dava pelo exercício da violência paterna:

A gente trabalhava em fazenda. Meu pai era administrador de fazenda. Mas ele foi pracinha da segunda guerra mundial, aí fica tudo louco, né? Ele ficou 1 ano na guerra. Teve na Alemanha, em Berlim. Nossa! Ele dizia que assustou muito de ver os amigos dele morrer esbagaçado assim, mas ficou bem louco. Ele acordava cedo já ia batendo na gente, bateu muito na mãe, nossa! Com 8 anos eu já tava trabalhando com ele, nem que seja pra aprender.

Vicente fala de sua família de origem e conta que viviam e trabalhavam na zona rural, onde o pai era empregado *A gente trabalhava em fazenda. Meu pai era administrador de fazenda*. No entanto, o pai de Vicente tinha uma peculiaridade: havia sido soldado na segunda guerra mundial, o que, para Vicente, prejudicou a saúde mental dele, como vemos no excerto *Mas ele foi pracinha da segunda guerra mundial, aí fica tudo louco, né? Ele ficou 1 ano na guerra. Teve na Alemanha, em Berlim. Nossa! Ele dizia que assustou muito de ver os amigos*

dele morrer esbagaçado assim, mas ficou bem louco. A conjunção adversativa “mas” a introduz a informação sobre o pai de Vicente ter lutado na 2ª guerra mundial, pois ele vai falar de algo que destoa a informação anterior de ser administrador de fazenda: a de que ele tinha uma saúde mental comprometida. Vicente pergunta como quem faz uma afirmação (...) *ai fica tudo louco, né?* A interjeição “Nossa!” e a descrição do que havia assustado seu pai na guerra, *ver os amigos dele morrer esbagaçado assim*, buscam reforçar no discurso o impacto dessa experiência na vida de seu pai, e complementa com a frase *mas ficou bem louco*, enfatizando que a vivência nos campos de guerra havia prejudicado sua sanidade pelo advérbio “bem” que intensifica o adjetivo “louco”. A frase que vem logo em seguida a esta busca explicar o que no comportamento do pai fazia Vicente considerá-lo “bem louco”, como vemos no trecho *Ele acordava cedo já ia batendo na gente, bateu muito na mãe, nossa!* A percepção do entrevistado é de que as agressões eram gratuitas, sem motivo, pois *Ele acordava cedo*, ou seja, não havia acontecido nada ainda naquele dia, era de manhã, e *já ia batendo na gente*, de modo que advérbio de tempo “já” nesse contexto, enfatiza a ideia de que as surras eram sem motivo.

É preciso compreender que, naquele tempo, há mais de 50 anos, castigar os filhos fisicamente era considerado normal e adequado. Vicente só tem a percepção de que o pai era louco por fazer isso porque era uma ação sem motivação pela atitude dos filhos, ele simplesmente agredia. Além de agredir os filhos, seu pai também agredia a esposa, mãe de Vicente, como ele afirma *bateu muito na mãe, nossa!* Novamente ele utiliza a interjeição “nossa!”, demonstrando que as lembranças das agressões de tanto tempo atrás ainda despertam emoções.

Podemos perceber nesse relato que a vulnerabilidade tem um caráter transgeracional, pois Vicente apresenta lembranças do pai como uma pessoa que constantemente agredia fisicamente a família, filhos e esposa, sendo este um vínculo construído em uma relação violenta. São lembranças que trazem uma forte carga emocional, não há naturalização da violência, ela é percebida por ele como algo negativo. No entanto, quando vivenciou uma situação de fragilidade devido às perdas financeira e profissional, repetiu a atitude paterna, agredindo sua esposa, assim como seu pai agredia sua mãe.

Por fim, ele conta que trabalhava com o pai ainda criança, como era comum na zona rural naquele tempo: *Com 8 anos eu já tava trabalhando com ele, nem que seja pra aprender.* O depoimento de Vicente mostra uma realidade comum com relação ao trabalho infantil na década de 1950, quando ele era criança, principalmente na zona rural. As crianças acompanhavam os pais em suas atividades laborais, em suas palavras “*nem que seja pra aprender*”. Trata-se de um arranjo pré-moderno, que valorizava o aprendizado na prática e a participação dos filhos no sustento da família. Atualmente no Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente

te, no Capítulo V, Art. 60, proíbe o trabalho para menores de catorze anos, sendo permitido apenas como aprendiz e sob condições determinadas em lei, de modo que não prejudique seu pleno desenvolvimento, como a garantia de frequência à escola, de descanso e de convivência social, entre outros direitos (Brasil, 1990).

4.4.3 A relação com o CRAS

A relação com o CRAS surge nos depoimentos permeada de diferentes sentidos e modos de vinculação. Nem sempre se trata apenas de uma relação baseada na assistência econômica, como veremos a seguir.

Mercedes apresenta o seguinte enunciado sobre a relação do CRAS com sua família:

Então, é a segunda vez que eu venho aqui pedir ajuda pra eles. A primeira vez eles foram, levaram cesta lá em casa pra mim, parece que semana passada eles levaram umas blusinha de frio pras crianças. Eles ajudaram a Michele. Eu sei que eles ajudaram, ela falou pra mim que eles ajudaram muito. Recebeu ajuda, mas não, como se diz, não sabe aproveitar a ajuda que tem, né? Mas eles ajudaram ela sim, e me ajudaram as vezes em que eu vim atrás. Até hoje eu vim de novo, porque eu parei de receber meu auxílio reclusão que eu recebia e eu tenho uma filha que tá fazendo 21 anos agora, e é até 21 anos, mas como eu saí completo, aí parou. E eu preciso de ajuda pra eles porque pra mim 4 vai ser...o que a Míriam ganha não vai dar, porque o que eu ganho é por produção, não dá pra por direto.

Percebe-se que a expectativa da usuária é de que o CRAS a ajude a prover necessidades materiais, revelada no trecho *Então, é a segunda vez que eu venho aqui pedir ajuda pra eles. A primeira vez eles foram levaram cesta lá em casa pra mim, parece que semana passada eles levaram umas blusinha de frio pras crianças.* O CRAS, por sua vez, realiza visita domiciliar para entregar cestas básicas e roupas. Também são feitos encaminhamentos para outros órgãos, como CREAS, clínicas de psicologia, CAPS, etc, como pudemos testemunhar durante o período de observação. No entanto, a fala de Mercedes demonstra que o assistencialismo, mesmo não sendo o objetivo definido na PNAS, acaba sendo a forma predominante de ação da instituição para algumas famílias e o modo como o CRAS é visto por muitos de seus usuários.

O predomínio da assistência financeira fica clara quando Mercedes afirma que foi duas vezes ao CRAS solicitar cesta básica, sempre nos períodos em que precisou cuidar dos netos, alegando que não estava conseguindo custear as despesas das crianças com os ganhos de seu trabalho e de sua companheira, como podemos perceber no excerto (...) *Até hoje eu vim de*

novo, porque eu parei de receber meu auxílio reclusão que eu recebia e eu tenho uma filha que tá fazendo 21 anos agora, e é até 21 anos, mas como eu saí completo, aí parou. E eu preciso de ajuda pra eles porque pra mim 4 vai ser...o que a Míriam ganha não vai dar, porque o que eu ganho é por produção, não dá pra por direto.

A respeito da participação em atividades oferecidas pelo CRAS, reuniões, grupos e eventos, Mercedes responde:

Não, a Míriam veio duas vezes com as meninas, eu não vim nenhuma vez. Porque eu não posso ficar saindo porque eu sou vigiada. Então se eles chegarem lá em casa e eu não tá, porque eu trabalho em casa, aí eu fico de castigo 45 dias. Então pra mim tá saindo, essas coisas, é muito difícil. A Ana também, ela trabalha por dia e se ela não for trabalhar vai ser R\$ 50,00 a menos. É diária. Se não for, não recebe. Mercedes expõe motivos de ordem prática que impossibilitam ela e sua companheira de participar de atividades da instituição. Assim, procura o CRAS apenas para solicitar auxílio para alimentar e vestir os netos.

O depoimento de Mercedes revela um aspecto sobre a participação dos usuários do CRAS nas atividades propostas pela instituição, que é a inadequação do horário de funcionamento para quem trabalha, das 7:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 no CRAS onde realizamos esta pesquisa. É possível que esse seja o motivo do grande predomínio dos participantes maiores de 18 anos na instituição serem donas de casa ou aposentados.

No caso de Mercedes percebemos que há um recorte na proteção oferecida pelo CRAS, um recorte que prioriza as crianças. Quando as crianças estão com a mãe, Michele, ela é alvo do acompanhamento. Quando as crianças estão sob os cuidados da avó, Mercedes passa a procurar o CRAS para ajuda e recebe as visitas da psicóloga, roupas e cesta básica. Priorizar as crianças faz parte das políticas públicas de um modo geral e isso não é o problema. O problema é a ausência de ações que possibilitem a essas mulheres saírem da situação de exclusão em que se encontram. Desse modo, mantém-se um duplo vínculo: por um lado estimula-se a dependência, em uma política assistencialista e clientelista, como afirma Yamamoto e Oliveira (2010) e por outro difunde-se um discurso de promoção da autonomia, previsto na Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2005).

Não desconsideramos a importância do CRAS nas situações de emergência pelas quais passou essa família, afinal é um apoio que possivelmente evita a ida das crianças para um abrigo, preservando os vínculos. No entanto, a ação do CRAS não chega a modificar substancialmente a vida da família. Quais as opções para uma ex-presidiária? Há políticas públicas que possibilitem a reinserção no mercado de trabalho formal? Qual o alcance do CRAS para o desenvolvimento da autonomia? O vínculo com o Estado aqui continua sendo de dependência.

Joelma participa há poucas semanas do Grupo de Fortalecimento de Vínculos de 0 a 6 anos no CRAS com sua filha mais nova, de 3 anos. Sobre o grupo, ela diz que *é bom pra distrair, sair de casa um pouco*, revelando que percebe o grupo como uma atividade recreativa, uma distração. No entanto, ao ser questionada sobre o que espera do CRAS, ela apresenta uma expectativa de aprendizado ao afirmar: *Ah, eu espero que através do CRAS eu aprenda mais algo, né, que eu possa aprender mais coisas, uma oportunidade pra gente conhecer, né?* Aqui temos uma função recreativa e pedagógica do CRAS.

Sobre o grupo do qual participa no CRAS, Luciana afirma que gosta muito e já é a segunda vez que participa:

Ah, eu tô achando o máximo (riso). Porque eu não conseguia conversar com mais gente, eu não interagia, aí depois que eu comecei a vim eu comecei a conversar com o pessoal do grupo, aí até eu acho que eu falo mais que todo mundo, mas eu não conseguia interagir, tanto é que nos meus serviços eu só sou empregada doméstica porque eu não consigo interagir com o público. Eu já tentei trabalhar em farmácia, trabalhei em farmácia um ano na limpeza e quando resolveram me passar para a manipulação, me ofereceram curso tudo para fazer manipulação e eu ia ter que interagir com mais gente e eu pedi pra sair por causa disso, porque eu não conseguia interagir com outras pessoas. Aí depois que eu comecei a vir para o grupo começou a melhorar. Aí agora como diz a Adriana (sua irmã) tem que achar o botão de desliga, né (risos)?

Luciana demonstra grande satisfação com o grupo do qual participa na frase *Ah, eu tô achando o máximo (riso)*. Em seguida, ela revela as mudanças que ocorreram em seu comportamento em decorrência da participação no grupo na afirmação (...) *eu não conseguia conversar com mais gente, eu não interagia, aí depois que eu comecei a vim eu comecei a conversar com o pessoal do grupo, aí até eu acho que eu falo mais que todo mundo, mas eu não conseguia interagir, tanto é que nos meus serviços eu só sou empregada doméstica porque eu não consigo interagir com o público*. Cabe aqui uma observação de que o grupo do qual ela participa é o de Fortalecimento de Vínculos de 0 a 6 anos, sendo voltado para as questões da maternidade. No entanto, ela considera como maior benefício a socialização, como fica claro no seguinte trecho: (...) *eu falo assim, eu não sou muito de ter amizade, eu acho que ali no grupo, a gente não conhecendo as pessoas de ver todos os dias, é mais amigo do que a pessoa que a gente vê toda hora, ali a gente conversa, a gente dá risada, a gente brinca, só que todo mundo sai amigo de todo mundo*. A repetição das palavras amizade e amigo, assim como conversa, risada e brinca, revelam que ela encontra uma satisfação no convívio com as pessoas do grupo.

Como revelaram os excertos acima, o CRAS, para Luciana, é espaço principalmente de interação social e aprendizado, não havendo a preocupação direta em obter benefícios materiais. Ao ser questionada se utilizou algum outro serviço do CRAS, ela responde:

Ainda não. A não ser esse negócio de sexta-feira que pega verdura, que daí é uma ajuda, né, porque a gente pega a verdura na sexta-feira e é uma ajuda pra semana inteira. Mas em questão de outro tipo de ajuda que o Governo venha oferecer pelo CRAS, não. Mas acredito que se eu precisar eles vão me ajudar, porque a Adriana recebe, ela já teve muita ajuda daqui. Eu acredito que se chegar a necessidade e eu tiver que pedir alguma coisa eles me dão.

É possível perceber que há um vínculo de Luciana com o CRAS, quando ela afirma *Mas acredito que se eu precisar eles vão me ajudar, porque a Adriana recebe, ela já teve muita ajuda daqui*. Ela se refere à Adriana, sua irmã, que é separada do marido e tem dois filhos. E complementa *Eu acredito que se chegar a necessidade e eu tiver que pedir alguma coisa eles me dão*.

Sueli conta no trecho abaixo que começou a frequentar o CRAS quando conseguiu levar os filhos para viver com ela na cidade:

(...) Fiquei na casa da minha mãe, meu padrasto arrumou uma casa pra mim, a casa da cunhada dele, nos fundos. Bem na época do frio do mês de junho. As criança não tinha nada. Foi a época que eu comecei a vim no CRAS.

Sueli relata nesse curto trecho três pontos que caracterizaram a situação de sua família naquele momento. Primeiro tinham que viver em uma casa que o padrasto “arrumou” para ela viver com as crianças, *a casa da cunhada dele*, o que demonstra a possibilidade de contar com a solidariedade de uma rede de apoio, mas ao mesmo tempo a colocava em um lugar de dependência de outrem, não tendo, portanto, autonomia. Em seguida ela afirma, em uma única frase que isso aconteceu *bem na época do frio do mês de junho*. Fica claro que o frio era um agravante às dificuldades de sua situação, realçado pelo advérbio “bem”, que destaca o enunciado. Além de ser inverno, ela afirma que *as criança não tinha nada*, frase que, no contexto em que foi dita, logo após de mencionar que se tratava de um período de frio, tem o efeito de levar o interlocutor a pensar que não tinham, inclusive, agasalhos, assim como outros objetos necessários para suprir suas necessidades naquele momento. Por fim, ela informa: *Foi a época que eu comecei a vim no CRAS*, ou seja, quando lhe faltavam bens materiais e ela precisava cuidar dos filhos sozinha.

Ao ser questionada sobre quanto tempo faz que começou a frequentar o CRAS, ela responde:

Ah, faz tempo hein. Acho que foi 2013, 2014, tem muito tempo. É uma passagem que eu nem quero lembrar. Tem uns quatro anos mais ou menos. Aí a Ana Maria me atendeu. Que era a Assistente Social, a Alice (psicóloga) me atendeu, me acolheram, eu me sentia um patinho feio, eu não tinha coragem de me olhar no espelho. Eu andava de cabeça baixa, não tinha coragem de falar. Eu tinha medo de tudo. As menina do CRAS começou a me ajudar em tudo. Aí o Gabriel começou a participar do grupo de jovens e adolescentes, entrei no grupo Fortalecendo Laços da Mariana, a Mariana começou no grupo de jovens depois ela parou porque tava mocinha, tava estudando, tudo, mas o Gabriel ficou até voltar lá pro sítio. A Isabela passou do grupo fortalecendo laços para o do grupo de 7 a 13. (...) A Isabela tinha um bloqueio muito grande por causa disso, aí devido ao grupo, aí a Alice foi ajudando ela, hoje ela é bem desenvolvida. Ela tem ainda um bloqueio, mas é mais desenvolvida.

Quando afirma *É uma passagem que eu nem quero lembrar*, Sueli revela o grande sofrimento vivenciado no período relatado. Para falar de como se deu esse início de ralação com as técnicas do CRAS, ela utiliza o termo *me acolheram*, demonstrando que houve uma recepção que foi confortável para ela. Ela também se descreve como uma pessoa que, naquele momento de sua vida, tinha muitas dificuldades com sua autoimagem e interação social, como podemos perceber no trecho (...) *eu me sentia um patinho feio, eu não tinha coragem de me olhar no espelho. Eu andava de cabeça baixa, não tinha coragem de falar. Eu tinha medo de tudo*. “Patinho feio” é um personagem de contos de fadas que é rejeitado em seu grupo familiar e social por ser diferente dos demais, considerado feio. Ao recorrer a essa imagem, Sueli demonstra o sentimento de rejeição e auto depreciação que foi construído ao longo de anos de maus tratos por parte de seu cônjuge. Não foram apenas as agressões físicas que deixaram marcas, as repetidas agressões verbais também marcaram profundamente sua subjetividade. Outro aspecto relacionado à fábula do Patinho Feio é que ele, após muito sofrer com a rejeição de seus pares, descobre que é, na verdade, um belo cisne, superior em graça e beleza aos patos que o rejeitaram.

Sueli afirma que *as menina do CRAS começou a me ajudar em tudo*, demonstrando que ela se sentiu apoiada amplamente, nas orientações recebidas, no atendimento psicológico, nos programas que ajudaram seus filhos a superar algumas das dificuldades vividas até então. Ela enfatiza o atendimento dado à filha mais nova que *tinha um bloqueio muito grande*, em outros trechos da entrevista:

Então, a Alice veio e conversou comigo e pediu para ela passar com o psicólogo. Aí a Alice fez o negócio lá pra um núcleo, pra ela poder ser atendida. Ela fez também com a Márcia, as pedagoga lá da Faculdade, uma psicopedagogia também ano passado. Foi muito bom.

(...)

Foi feito aqui uns encontro, a Isa foi muito bem atendida, desenvolveu bem. Até passar de ano ela passou. Foi um projetinho da faculdade e elas escolheram a Isabela e ajudou muito ela. E hoje ela tá no grupo de 7 a 13 que também ajuda bastante ela. (...) E eu continuei, aí quando não tinha mais o grupo Fortalecendo Laços eu entrei para o grupo de mulheres e idosos na quarta-feira de manhã. E minha autoestima só aumentou aqui dentro. Porque eu falo pra senhora: já sofri bastante, só eu sei e as gurias sabe o que eu já passei. Me ajudou muito. Que nem... as gurias me ajudaram a esquecer um pouco das palavras que ele falava: vagabunda, biscate, puta, vadia, você não sabe fazer nada, você é uma inútil.

Podemos perceber pelo relato de Sueli que, no que tange ao atendimento psicológico e psicopedagógico, o CRAS recorre aos núcleos/clínicas de psicologia das universidades, além de contar com projetos das universidades dentro do próprio CRAS para atender determinadas demandas. No caso da filha de Sueli, houve o encaminhamento para atendimento psicológico e psicopedagógico, como ela afirma no seguinte excerto: *Aí a Alice fez o negócio lá pra um núcleo, pra ela poder ser atendida. Ela fez também com a Márcia, as pedagoga lá da Faculdade, uma psicopedagogia também ano passado. Foi muito bom.*

Houve benefícios para sua filha, na opinião de Sueli, demonstrado pelo trecho *Foi feito aqui uns encontro, a Isa foi muito bem atendida, desenvolveu bem. Até passar de ano ela passou. Foi um projetinho da faculdade e elas escolheram a Isabela e ajudou muito ela.* A repetição do advérbio “bem”, assim como o advérbio “até” na frase *Até passar de ano ela passou* revelam o estilo intenso do discurso da participante, que apresenta um certo entusiasmo ao falar do CRAS. A repetição do verbo “ajudar” por quatro vezes nesse trecho, utilizado sempre ao se referir da atuação do CRAS em relação à sua filha e a ela mesma, também demonstra o desejo de relatar a importância do CRAS em sua vida. No excerto *Porque eu falo pra senhora: já sofri bastante, só eu sei e as gurias sabe o que eu já passei*, é possível perceber um certo grau de intimidade com “as gurias”, as profissionais do CRAS que a atendem, revelando a vinculação já estabelecida a usuária com a equipe. Além disso, fica clara uma relação mais pessoal do que institucional na forma como ela se refere às profissionais.

Em seguida, ela exemplifica o tipo de ajuda que recebeu, relativa à superação das marcas da violência que vivenciou ao longo de anos por parte de seu marido: *Que nem... as gurias me ajudaram a esquecer um pouco das palavras que ele falava: vagabunda, biscate, puta, vadia, você não sabe fazer nada, você é uma inútil.*

Com relação ao recebimento de algum apoio material por parte do CRAS, Sueli afirma o seguinte:

(...) Até hoje cesta básica só uma vez que eu precisei que a minha sobrinha veio morar comigo, aí elas me ajudaram. Bolsa família eu peguei quatro meses só, porque como tinha só a Isa morando comigo, eu tinha a Isa e o Gabriel, mas como o Gabriel foi morar com o pai, aí ficou só a Isabela, aí eles cortaram, porque não precisava. Naquele tempo eu tava recebendo seguro, aí constou no computador e eles cortaram. Aí dois anos só diária, diária, eles dizia que por eu receber R\$700,00 das diária eu não podia mais receber bolsa família. Eu me viro com meu salário de R\$900,00, mais meus bolos, meus doces, uma coisa aqui outra ali, vou me virando. Eu trabalho em casa de família, limpo e cozinheiro. Eu gosto do meu trabalho. Uma que minha paixão é cozinha, então, eles gostam que eu capricho na cozinha, na limpeza, está com cinco meses que eu tô lá, nunca tive reclamação.

Sueli desenvolve sua fala de modo a justificar o porquê de ter recebido pouca ajuda financeira, como quando diz “*aí eles cortaram, porque não precisava*”, ou seja, ela não lamenta, concorda que “*não precisava*”. Em seguida explica “*Naquele tempo eu tava recebendo seguro, aí constou no computador e eles cortaram*”, referindo-se ao sistema integrado do Governo Federal que cruza informações do Cadastro Único com outras de diferentes setores governamentais. Quando terminou o período de recebimento de seguro desemprego, Sueli passou a viver como diarista e sua renda era incompatível com o recebimento de bolsa família. Houve tentativas de receber uma complementação a sua renda, mas o pedido foi negado como é visível no trecho *Aí dois anos só diária, diária, eles dizia que por eu receber R\$700,00 das diária eu não podia mais receber bolsa família.*

Por fim, Sueli procura mostrar que é suficientemente competente para viver sem a ajuda governamental, pois tem hoje um emprego formal, no qual recebe um salário mínimo, e complementa sua renda com encomendas de bolos e doces. Ao usar a expressão “*vou me virando*”, ela caracteriza sua situação de luta pela sobrevivência, mas também de competência, pois, ao “*se virar*”, ela consegue sobreviver com o seu trabalho. Sueli também deseja demonstrar competência ao falar de seu emprego, o que é revelado no excerto “*eles gostam que eu capricho na cozinha, na limpeza, está com cinco meses que eu tô lá, nunca tive reclamação*”. Assim ela tem o prazer de se mostrar como alguém que “*capricha*”, faz bem feito o seu trabalho e agrada seus empregadores.

Vicente também não vê o CRAS como fonte de assistência financeira, como revela em seu depoimento:

E o CRAS no tempo que eu vim pra cá não caminhava, não passava o meio fio se não fosse carregado. Aí comecei a fazer a física, melhorei. Aqui é muito bom, nossa! Tem os ami-

gos, nossa, aqui é muito bom, era bom se tivesse mais atividades, tá tendo aula uma vez por semana só.

(...) Eu não me interesso por outras coisas. Não, porque pra ajudar na energia, por exemplo, o meu salário não deixa, que é mais de dois. Mas tá bom, poxa, eu não participo muito de outras coisas porque eu que limpo casa, faço comida.

Vicente conta que começou a frequentar o CRAS em busca de realizar atividade física, disponível uma vez por semana, em parceria com uma instituição de ensino superior, o que o ajudou em sua dificuldade de mobilidade. Mas ele vê na convivência em grupo um fator importante para frequentar a instituição, como revela no excerto *Aqui é muito bom, nossa! Tem os amigos, nossa, aqui é muito bom, era bom se tivesse mais atividades, tá tendo aula uma vez por semana só.* A repetição da frase “aqui é muito bom”, a interjeição “nossa!” e o seu desejo de que houvesse atividade mais de uma vez por semana revelam que se trata de um espaço para convivência que traz satisfação e benefícios para a saúde física e mental.

A importância do CRAS como uma instituição que possibilita espaços de convivência comunitária não deve ser considerada menor. O isolamento pode ser fator de risco para a saúde mental, muito comum em nosso tempo, quando impera uma cultura individualista. Vicente já passou por crises importantes em sua vida, incluindo abuso de álcool e tentativa de suicídio e, como ele revela, o CRAS tem sido um importante aliado para que ele tenha qualidade de vida.

Os relatos dos participantes demonstram que o CRAS, enquanto instituição que promove a proteção social básica tem um papel fundamental na vida das pessoas da comunidade. Embora apresente algumas fragilidades, geradas principalmente pela burocracia e falta de recursos, além de horários de atividade incompatíveis com o exercício da maioria das atividades laborais, queremos ressaltar aqui que os relatos dos participantes dessa pesquisa deixaram claro que o CRAS tem grande importância em suas vidas, dando suporte material e social nos momentos de dificuldades mais pontuais, além de possibilitar convivência social, informação e articulação com outros serviços quando necessário.

4.4.4 Família

Família é um conceito carregado de muitos significados. Vejamos o que revelam os discursos de Mercedes, Joelma, Luciana, Sueli e Vicente sobre família.

Quando descreve sua família, Mercedes utiliza as seguintes palavras:

Bom, a minha família é um pouco desorganizada rs. Eu tenho a caçula, a Carolina, que é quem não me dá trabalho e é mais organizada, né. Eu sou... convivo com uma mulher faz 7 anos. Perdi minha mãe eu tava na cadeia, presa e meu pai que ainda é vivo e a Michele que me dá trabalho desde os 16 anos, dá muito trabalho, perdi meu filho tá com... (pensa por alguns segundos) dia 25 de dezembro. E é assim.

É evidente um sentimento de inadequação na afirmação *Bom, a minha família é um pouco desorganizada*. Abrindo a definição de sua família com essa frase, Mercedes pretende preparar o interlocutor para o que virá a seguir, antecipando que, em seu próprio julgamento, considera que a família que apresenta não se enquadra no que é esperado de uma família.

Quando ela descreve os filhos, começa pela caçula *Eu tenho a caçula, a Carolina, que é quem não me dá trabalho e é mais organizada, né*. Dos três filhos, somente Carolina não foi presa e nunca se envolveu com drogas, além disso vive com o pai de seu filho, assim é a “mais organizada”. Ao falar de si, Mercedes começa com a afirmação *Eu sou... convivo com uma mulher faz 7 anos*, na qual é possível perceber uma oscilação ao revelar que vive em uma união homossexual. Ela inicia algo que acaba por não ser dito. Algo relativo à sua homossexualidade. Possivelmente por sentir-se envergonhada, como revelará mais tarde na entrevista.

Sobre a filha Carolina, Mercedes faz outros comentários:

Eu e a Carol, ela é mais pegajosa do que eu, eu não sou muito de conversa. (...) Assim, ela gosta de ficar conversando, eu já não sou muito de ficar conversando. Eu sou mais quieta, eu gosto de ficar sozinha, eu gosto de me trancar no meu quarto e ficar trancada no escuro sozinha, eu gosto muito de ficar sozinha.

Assim, com a frase *Eu e a Carol, ela é mais pegajosa do que eu, eu não sou muito de conversa*. (...) Mercedes declara sua diferença com relação à filha, que além de ser “mais organizada”, como revelado anteriormente, é “pegajosa”, é diferente da mãe e nessa diferença se aloja um conflito entre ambas no convívio revelado na afirmação *Assim, ela gosta de ficar conversando, eu já não sou muito de ficar conversando*. Mercedes continua detalhando melhor o seu modo de ser e marcando a sua diferença em relação à filha no período *Eu sou mais quieta, eu gosto de ficar sozinha, eu gosto de me trancar no meu quarto e ficar trancada no escuro sozinha, eu gosto muito de ficar sozinha*. A repetição do adjetivo *sozinha* por três vezes no mesmo período, além do advérbio de intensidade *mais*, torna enfática a afirmação de que não deseja a companhia dos demais, especificamente neste caso, a companhia de Carolina. Também se repete o verbo *trancar* no trecho *eu gosto de me trancar no meu quarto e ficar*

trancada (...) cujo sentido aqui é de isolar-se, permanecer em um lugar onde há um impedimento para o acesso a ela por parte de outras pessoas.

Mas as duas têm seus momentos de relação mãe e filha convencional, quando Mercedes dá conselhos, também tradicionais à jovem esposa e mãe:

Ela não leva a vida muito bem porque o marido é muito saídor. No sábado chegou uma hora da manhã. Eu falei, minha filha, se você quiser ficar com ele, você vai ter que acostumar, porque homem é assim, é difícil o homem que não sai, não gosta de ficar com os amigos, e ele não tá fazendo nada errado, não é porque ele saiu que ele tá te traindo. E outra: não adianta você separar dele e depois voltar, porque enquanto você gostar dele você vai perdoar. Porque eu era assim, até a hora que pega raiva, né. Ela tem o filho dela, tá com 2 anos agora.

Quando Mercedes aconselha a filha sobre como proceder em seu relacionamento utiliza a expressão *porque homem é assim*, revelando uma visão naturalizada do que é “ser homem”, no caso sair, ficar com os amigos, o que também pode ser interpretado como ter um espectro maior de liberdades no relacionamento, já que ela (...) *vai ter que acostumar, porque homem é assim*. Por conseguinte, revela uma visão de mulher também naturalizada, daquela que tudo suporta por amor, evidenciada no excerto *não adianta você separar dele e depois voltar, porque enquanto você gostar dele você vai perdoar*. “Vai ter”, “não adianta” “é assim”, expressões que fazem emergir sentidos de impotência diante de uma determinada condição: a de ser mulher.

A respeito a outra filha, Michele, a primeira afirmação de Mercedes é de que *a Michele que me dá trabalho desde os 16 anos*. Michele é a mãe das 5 crianças que ficaram sob a responsabilidade de Mercedes, sendo que a mais velha está morando com a tia Carolina. Ela está presa pela segunda vez e é usuária de drogas desde a adolescência. Michele é a filha que dá trabalho a Mercedes. Mais adiante, ela afirma sobre a filha: *Ela é uma boa mãe, ela cuida dos filhos dela, do jeito dela, mas cuida, né. Acho que ela faz isso porque não tem outra opção pra ela, não tem estudo, o pai, a gente separou ela era criança ainda, agora que o pai ligou, ela não liga muito pra ele*. Mercedes busca defender a filha com três argumentos: 1) *ela é uma boa mãe, ela cuida dos filhos dela, do jeito dela, mas cuida, né (...)*; 2) *ela faz isso porque não tem outra opção pra ela, não tem estudo (...)*; 3) *o pai, a gente separou ela era criança ainda (...)*. No primeiro argumento temos que é uma boa mãe porque cuida dos filhos, no entanto cuida *do jeito dela*, ou seja, não é do jeito que é considerado o “jeito certo” pelas instituições, possivelmente o CRAS aí incluído, pois, segundo o prontuário de Michele na instituição, ela já foi sofreu denúncia por negligência junto ao Conselho Tutelar. Nesses

momentos, o CRAS é acionado para atuar junto à família acompanhada. O segundo argumento é o de que ela se envolveu com tráfico de drogas porque não tem formação para ter uma outra fonte de renda, *não tem outra opção pra ela*. Nesse trecho temos um argumento construído com base na vulnerabilidade em decorrência de pouca escolaridade que faz parte do contexto da Assistência Social. Mercedes considera esse um argumento válido para justificar as dificuldades da filha junto ao CRAS. Em terceiro lugar temos a ausência do pai, que após a separação se afastou, mudando de cidade. No contexto dessa fala de Mercedes, o excerto *o pai, a gente separou ela era criança ainda*, indica a ausência o pai como fator que gera vulnerabilidade.

No relato de Mercedes podemos perceber com clareza o sentimento de inadequação ao considerar sua família como “desorganizada”. Além disso, ela justifica as dificuldades da filha, que está na prisão e é usuária de drogas, pela ausência do pai, que se afastou por muitos anos. Esse discurso está baseado em um modelo de família que tem uma certa estrutura e, quando a família se afasta da estrutura proposta pelo modelo, é considerada como “desestruturada” ou “incompleta”, tornando-se causa de possíveis desajustamentos emocionais e sociais (Szymanski, 2003).

Quando é solicitada à Mercedes uma definição de família, ela afirma que:

Eu acho bonito uma família unida, tudo junto, né?. A Míriam fala que eu sou muito carijozona assim, gosto de todo mundo reunido comigo. Mas eu gosto, eu gosto de fazer uma comida e eles sentar tudo e comer do meu lado. Porque eu sou assim durona, eu falo que não, que eu quero eles tudo longe de mim, mas o coração não quer, mas é que eu quero ser durona com eles. Porque eu sofri muito, sem eles me visitar, então isso tudo machuca a gente. A Carol não ia porque era de menor, dependia dos outros. A Michele não ia porque tinha as crianças, tinha que cuidar das crianças. Só a Míriam que ia e o meu pai. Mas mesmo assim, a gente fica aquela mágoa, né? A gente quer, é a mesma coisa que tá internado no hospital, você fica querendo uma visita. A cadeia é assim, a gente parece que tá internado, quer uma visita, alguém lá da gente.

No relato de Mercedes percebemos que ela inicia apresentando uma definição do que considera a família ideal, revelada pelo adjetivo “bonito” na frase *Eu acho bonito uma família unida, tudo junto, né?* Para ela, há beleza em uma família unida. E ela continua afirmando que *A Míriam fala que eu sou muito carijozona, assim, gosto de todo mundo reunido comigo*, trecho no qual ela afirma que gosta de todos reunidos com ela. Assim, não se trata de qualquer união, mas de *todo mundo reunido comigo*, e apresenta uma metáfora criada por sua companheira: a da carijozona, remetendo a galinha carijó, que mantém seus pintinhos todos

juntos embaixo de suas asas. O advérbio de intensidade “muito” e o uso do sufixo “ona”, que confere um modo aumentativo para o substantivo “carijó”, em *eu sou muito carijosona* intensifica a imagem. Ela não é um pouco, ou meio carijosona, ela é *muito carijosona*.

Na afirmação *Mas eu gosto, eu gosto de fazer uma comida e eles sentar tudo e comer do meu lado*, Mercedes continua sua construção de uma imagem tradicional de família, todos sentados juntos para apreciar uma comida feita pela mãe. Ela utiliza o verbo gostar, repetindo-o, o que enfatiza o gosto por fazer uma comida para os filhos, revelando um desejo por ser a mãe que nutre e acolhe. A carijosona.

No entanto, Mercedes apresenta uma relação ambivalente com os filhos revelada pelo trecho *Porque eu sou assim durona, eu falo que não, que eu quero eles tudo longe de mim, mas o coração não quer, mas é que eu quero ser durona com eles*. Novamente ela utiliza o adjetivo no aumentativo, durona, para expressar um modo de se relacionar com os filhos no qual ela quer demonstrar ser dura, o oposto de mole, adjetivo que pode ser associado à expressão popular “coração mole” utilizada para qualificar pessoas que permitem que os sentimentos influenciem suas atitudes. Quando Mercedes declara *eu falo que não, que eu quero eles tudo longe de mim, mas o coração não quer*, demonstra uma incongruência entre o que comunica aos filhos e o que sente, utilizando “coração” aqui como sinônimo de sentimentos e que tem uma certa autonomia, pois é o coração que quer, tendo vontade própria e oposta ao que ela deseja demonstrar. Por fim, ela declara *mas é que eu quero ser durona com eles*, informando que o ato de ser dura, não demonstrando o desejo de estar perto dos filhos, é algo consciente e intencional.

Em seguida, Mercedes informa o motivo de ser dura com os filhos no trecho *Porque eu sofri muito, sem eles me visitar, então isso tudo machuca a gente*. A conjunção explicativa “porque”, utilizada logo após dizer que quer ser durona com os filhos, explica o motivo de castiga-los: ela sofreu com a ausência das visitas dos filhos na prisão.

Em seguida ela explicita uma mágoa, apesar das justificativas pelo fato dos filhos não a visitarem enquanto esteve na prisão *A Carol não ia porque era de menor, dependia dos outros. A Michele não ia porque tinha as crianças, tinha que cuidar das crianças. Só a Míriam que ia e o meu pai. Mas mesmo assim, a gente fica aquela mágoa, né? A gente quer, é a mesma coisa que tá internado no hospital, você fica querendo uma visita. A cadeia é assim, a gente parece que tá internado, quer uma visita, alguém lá da gente*. Quando estava na prisão, Mercedes queria que alguém “dela” fosse visitá-la. O pai e a companheira iam. Mas faltavam os filhos. Os familiares, especialmente os filhos, são seus. Assim como ela utilizou, ao descrever a família, a expressão “eu tenho”, aqui novamente há uma expressão de posse

para designar os membros da família. Representam “alguém lá gente”, pessoas que pertencem ao seu cotidiano, ao seu universo. Pessoas com quem tem um vínculo.

Quando solicitada a falar de sua família, Joelma fala primeiro de sua família de origem e logo lembra da morte do pai, fato marcante em sua história:

Eu tive, eu sou em 7 irmãos. Perdi meu pai cedo com 47 anos. Aí minha mãe criou nós tudo sozinha. Ela era pai e mãe ao mesmo tempo. De criança eu trabalhei na roça. Eu nasci trabalhando na roça. Eu não sou da cidade, eu sou da roça. Meu pai criou nós tudo trabalhando na roça. Levantava 7 horas ia pra roça carpir, colher algodão, amendoim, feijão. Era cedo na roça. Não tinha esse negócio: “Ai, vou brincar de boneca”, nem sabia o que era boneca na época, não conhecia. Eu vim pra cidade eu tinha 13 anos. Mas eu não vim pra cidade, eu vim pro sítio, morei no sítio. (...) A gente não tinha parada, ficava um ano num sítio, depois ia pra outro, não tinha um lugar fixo. Só pra vir pra cá, pra Itaporã, que eu fiquei 5 anos, mas não era na cidade, era no sítio.

Joelma tem uma origem rural, porém sua família não era proprietária, eram empregados em propriedades rurais da região, mudando de residência ao sabor das oportunidades, como ela revela no trecho *A gente não tinha parada, ficava um ano num sítio, depois ia pra outro, não tinha um lugar fixo*. Sua fala revela também a realidade do trabalho infantil muito presente no Brasil, principalmente na época em que Joelma era criança, na década de 1970, como demonstra o trecho *Levantava 7 horas ia pra roça carpir, colher algodão, amendoim, feijão. Era cedo na roça. Não tinha esse negócio: “Ai, vou brincar de boneca”, nem sabia o que era boneca na época, não conhecia*.

Sobre sua trajetória, a partir do momento que se separou do pai do primeiro filho, ela conta que:

Depois que eu saí de casa eu voltei a morar com a minha mãe. Aí fiquei um ano com ela, ele era novinho, esse meu filho, 9 meses. Aí fiquei grávida da segunda, que é a Sara, morava com ela. Jovem, né? Não tem juízo. Igual eu falo pra ela hoje, jovem não tem juízo. Minha mãe falava e eu não escutava minha mãe, era aquela luta. Eu dei muito trabalho pra minha mãe nessa parte. Aí fiquei grávida dela. Aí fiquei com dois bebê, né? Que um tinha nove meses quando eu fiquei grávida da segunda. E foi uma luta, também, que ela ficou um mês internada, que ela nasceu de 8 meses. Igual, quando ela tava com nove... quase um aninho eu fiquei grávida do mesmo namorado, da outra menina, e foi assim. A última filha que eu fiquei grávida, que eu resolvi parar, foi essa que faleceu. Coloquei a cabeça no lugar e assim mesmo ainda dei umas bobeadas e fiquei grávida da outra que tem onze anos já.

Joelma conta as dificuldades decorrentes de vários filhos que vieram sem planejamento, problemas de saúde e financeiros no trecho *Aí fiquei com dois bebê, né? Que um tinha nove meses quando eu fiquei grávida da segunda. E foi uma luta, também, que ela ficou um mês internada, que ela nasceu de 8 meses. Igual, quando ela tava com nove... quase um aninho eu fiquei grávida do mesmo namorado, da outra menina, e foi assim.* A metáfora “foi uma luta”, evidencia o quanto foi difícil esse início de vida na cidade para uma família de origem rural, com pouca escolaridade de seus integrantes e muitas crianças pequenas.

Os conselhos da mãe que ela não ouvia e agora repete para a filha que também teve filhos sem planejamento, repetindo um padrão familiar, surgem no trecho *Jovem, né? Não tem juízo. Igual eu falo pra ela hoje, jovem não tem juízo. Minha mãe falava e eu não escutava minha mãe, era aquela luta. Eu dei muito trabalho pra minha mãe nessa parte.*

Hoje com alguns filhos adultos e os netos chegando, Joelma relata uma dinâmica que mantém a família em relação de dependência com a mãe, como demonstra a seguinte fala:

Eu sempre falo “Casa, sai de casa, mas sempre volta com mais, né?” Uma voltou com duas criança, a outra tem um. Meu filho também voltou. Ele tem um bebê também, mas mora com a mãe. É assim minha família.

Nesse contexto, a fala de Joelma *É assim minha família*, revela uma família que vive em torno da mãe. Os relacionamentos conjugais dos filhos não perduram por diferentes motivos e ela acolhe a todos, filhos e netos, quando voltam, ou os busca pessoalmente, como fez com a filha que sofria violência doméstica:

Minha filha essa Sara morou com o marido, eu que tirei ela da casa do sogro, porque o marido batia nela. Morava com o sogro. Batia nela e ninguém fazia nada. Eu mesmo fui lá e tirei ela: “Arruma suas coisa e vamo embora, fica aí vivendo apanhando...”. Aí ela arrumou um namo...(interrompe) ficou, veio embora pra casa, e ele não queria entregar a criança, foi uma luta, foi no Conselho Tutelar, o pai dele entrou na justiça pra querer tomar o menino, aí foi, o Conselho Tutelar veio em casa e falou: “O filho tem que ficar com a mãe”. Aí conseguimos pegar ele de volta. Aí ficou, arrumou um namorado e ficou grávida do segundo. Tá com 2 anos agora. E a outra também, morou com o pai bastante tempo, mas não deu certo por causa de bebida, porque o caso dele era a bebida. E o meu filho não ficou com a mulher porque a mulher era ciumenta demais. Aí eu falei: “Fazer o que, né? Vai viver brigando?” Aí ele veio pra casa e ficava pagando pensão.

Apesar de ter falado anteriormente sobre a dificuldade de cuidar de tantas crianças, Joelma e sua família não abrem mão de permanecerem com as crianças depois da separação, recorrendo ao Conselho Tutelar quando necessário, como percebemos no trecho (...) *ele não*

*queria entregar a criança, foi uma luta, foi no Conselho Tutelar, o pai dele entrou na justiça pra querer tomar o menino, aí foi, o Conselho Tutelar veio em casa e falou: “O filho tem que ficar com a mãe”. Aí conseguimos pegar ele de volta. Temos aqui também um imperativo da Lei no Brasil que é de que o filho deve ficar com a mãe nos casos de separação. Essa discussão já surgiu anteriormente no grupo de Fortalecimento de Vínculos de 0 a 6 anos, quando uma participante criticou o fato de que o papel do pai, nesses casos, resume-se a pagar a pensão. Na família de Joelma, na separação do filho, a criança também ficou com a mãe, e o filho paga a pensão, como ela relatou *E o meu filho não ficou com a mulher porque a mulher era ciumenta demais. Aí eu falei: “Fazer o que, né? Vai viver brigando?” Aí ele veio pra casa e ficava pagando pensão.**

O depoimento de Joelma revela outra característica da pós-modernidade: a fluidez dos relacionamentos amorosos (Bauman, 2004). Os filhos de Joelma estabelecem uma união conjugal temporária e depois voltam para casa, voltam com mais, com os netos. Ela os acolhe, por vezes buscando na casa do parceiro, como aconteceu com uma de suas filhas, considerando que é melhor a separação do que “viver brigando” ou “viver apanhando”. Para ela, família é amor e harmonia, se a família formada pelos filhos não atender a esses critérios, prefere que voltem para casa.

O depoimento de Joelma é exemplo de uma perda do sentido da tradição na contemporaneidade. Há uma valorização da individualidade que ganha grande importância social. Aspectos da vida familiar como o amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho, que antes eram determinados a partir de papéis preestabelecidos, atualmente são vivenciados com vistas à afirmação da individualidade (SARTI, 2003). Joelma não foi obrigada pela mãe a se manter em um relacionamento a qualquer custo devido ao fato de ter vivido junto com um homem e ter filhos dessa união. Do mesmo modo não vê essa obrigatoriedade para suas filhas e seu filho. Joelma tem 47 anos e Luciana 26. Não se trata de uma questão de idade, mas de como as subjetividades vão sendo construídas em cada contexto. Em um mesmo território, frequentando a mesma instituição, há mulheres pensando os relacionamentos de forma diferente.

Por fim, Joelma define família com a seguinte afirmação: *Família em primeiro lugar é onde existe amor, né, se você não tiver amor, não tem família. Se você não tiver um lar abençoado, em harmonia...você tendo Deus em primeiro lugar você tem tudo.*

Joelma associa família com amor, harmonia e Deus. Como uma pessoa religiosa, sua imagem de família remete à família cristã. No trecho *Família em primeiro lugar é onde existe amor, né, se você não tiver amor, não tem família*, podemos encontrar duas imagens cristãs: a

família sagrada, Maria, José e Jesus e também ao Novo Testamento da Bíblia Sagrada, na Primeira Carta aos Coríntios, onde se lê que “se eu não tivesse amor, eu nada seria” (Bíblia, I Coríntios, 13-2). Para Joelma, a harmonia no lar é garantida por Deus, o que demonstra a afirmação de que *você tendo Deus em primeiro lugar você tem tudo*.

Quando solicitada a falar sobre sua família, Luciana faz uma descrição prática e estrutural:

Mora eu, meu esposo e meu filho. Eu estou grávida de 8 meses. Meu esposo trabalha até às 6:30, sai 6:30 da manhã e chega 6:30 da tarde. Eu sou empregada doméstica, trabalho meio período, a parte da tarde eu trabalho fixo, né, num serviço e na parte da manhã eu faço diária, trabalho em mais casas. O meu menino fica com a minha mãe. Aí no período que a gente fica com ele a gente procura interagir com ele, chama a atenção da forma necessária se ele faz arte, mas procura não bater, porque a gente já não fica muito tempo com ele, então procura não bater, a gente conversa, e quando acontece de haver essa parte de bater, passa um período a gente vai lá e conversa com ele. O porquê, o que aconteceu, pra ver se ele não faz mais.

Luciana procura, logo no início, mostrar seu conhecimento sobre como deve educar o filho, revelado no trecho *Aí no período que a gente fica com ele a gente procura interagir com ele, chama a atenção da forma necessária se ele faz arte, mas procura não bater, porque a gente já não fica muito tempo com ele, então procura não bater, a gente conversa, e quando acontece de haver essa parte de bater, passa um período a gente vai lá e conversa com ele. O porquê, o que aconteceu, pra ver se ele não faz mais*. Ela afirma e repete que “*procura não bater*” enfatizando sua intenção, mas ao mesmo tempo não negando que acontece de aplicar castigos físicos no filho. Ela explica porque procura não bater com a frase *porque a gente já não fica muito tempo com ele*, sendo um casal que trabalha fora o dia todo, revelando uma culpa, um sentimento de falta em relação ao filho, pela pouca convivência. Assim, *no período que a gente fica com ele a gente procura interagir com ele*, demonstrando pelo verbo “procurar”, no sentido de tentar, o mesmo que utiliza para explicar que “procura” não bater, que há uma intencionalidade, um plano de interagir com a criança, conforme prescrevem as instituições das quais participa, sendo o CRAS uma delas.

Luciana mostra também, logo no início, sem ser diretamente questionada sobre isso, a rotina de trabalho dela e do esposo, como algo central na família, o que pode significar o desejo de mostrar como são adequados, trabalhadores, ou mesmo como o trabalho afeta o dia a dia e a organização familiar, afinal são muitas horas dedicadas por ambos à atividade laboral, como podemos perceber no trecho *Meu esposo trabalha até às 6:30, sai 6:30 da manhã e*

chega 6:30 da tarde. Eu sou empregada doméstica, trabalho meio período, a parte da tarde eu trabalho fixo, né, num serviço e na parte da manhã eu faço diária, trabalho em mais casas.

Dedicar muitas horas do dia ao trabalho é uma característica das famílias nucleares da contemporaneidade que estão inseridas no sistema. Não estão à margem. Não estão excluídos. Eles têm seus empregos. Ela inclusive tem mais de um, além o trabalho fixo, ainda faz diárias em várias casas.

Um dos dilemas das mães que trabalham fora é onde deixar os filhos durante o tempo em que estão fora. Nos cuidados com o filho, Luciana pode contar com a ajuda da mãe: *O meu menino fica com a minha mãe.* Quanto à possibilidade de deixar em creche, ela afirma não gostar dessa opção no seguinte trecho *Porque eu já trabalhei em creche, era particular e eu vi a dona da creche agredir uma criança e aí eu acho, eu não sei se é trauma, ou se eu acho que todas as creche vai fazer a mesma coisa, mas eu não gosto de creche. Tem umas que cuidam bem, mas tem outras que... Que nem esse meu menino, eu coloquei na creche (diz o nome de uma creche municipal), a menina de lá começou a agredir ele, a que cuidava ele, então ele regrediu muita coisa, até você pode notar que ele quer engatinhar, às vezes ele quer ser bebezinho, então eu ainda estou trabalhando isso aí com ele. Até na escola, a psicóloga tá trabalhando isso com ele. Porque ele sabia de tudo, ele sabia contar, ele sabia as palavrinhas, ele voltou a mijar na cama, ele voltou a usar fralda de novo, então ele regrediu muita coisa. Isso aconteceu ano passado. Esse ano ele já vai na escolinha então nós estamos trabalhando isso com ele.*

Percebe-se que se trata de uma mãe que já tem certa intimidade com o discurso psicológico. Os termos “regredir” e “trauma” que já se popularizaram e têm origem na Psicanálise fazem parte hoje do dia a dia das famílias, mesmo das classes populares. Luciana utiliza “trauma” no trecho (...) *eu não sei se é trauma* (...) e “regredir” em (...) *então ele regrediu muita coisa* (...) referindo-se ao filho. Provavelmente pelo contato com a psicóloga da escola, uma escola assistencial da Igreja Católica, como ela relatou. Assim, foi diagnosticada uma dificuldade e a mãe em conjunto com a escola estão trabalhando com a criança no sentido de resolver o problema, como demonstra o excerto (...) *na escola, a psicóloga tá trabalhando isso com ele. Porque ele sabia de tudo, ele sabia contar, ele sabia as palavrinhas, ele voltou a mijar na cama, ele voltou a usar fralda de novo, então ele regrediu muita coisa. Isso aconteceu ano passado. Esse ano ele já vai na escolinha então nós estamos trabalhando isso com ele.* Fica clara aqui uma construção da Psicologia na família e na escola atuando junto às classes populares.

Sobre sua família de origem e o que espera da família que está construindo, Luciana revela:

Então. De diferente da minha eu queria mais sossego. Ter mais alegria, principalmente na infância dos meus filhos. Porque na nossa a gente via muita briga, na minha família de infância. Eu queria diferente, porque o meu marido ele é muito carinhoso, isso eu não tenho o que reclamar, não deixa faltar nada, ele faz de tudo, o que tá beirando o impossível, ele tá fazendo pra não deixar faltar nada pra gente. O que eu não tive foi muito sossego, muita paz, ter aquela infância saudável que o povo fala, sem briga. A gente via muita briga. Eu e o meu marido a gente brigava muito, muito, muito, muito, até o final do ano passado a gente brigava muito, muito, muito.

Luciana revela que em sua infância presenciava muitas brigas entre seus pais no trecho *Porque na nossa a gente via muita briga, na minha família de infância*. Ela afirma que não teve *aquela infância saudável que o povo fala*, revelando mais uma expressão que tem origem nas teorias modernas que respaldam a educação das crianças: “infância saudável”. Para Luciana, infância saudável é uma infância com sossego, sem brigas, o que ela deseja para seus filhos. No entanto, ela revela que, embora deseje, nem sempre consegue, quando afirma que *e o meu marido a gente brigava muito, muito, muito, muito, até o final do ano passado a gente brigava muito, muito, muito*. A repetição do uso do advérbio de intensidade “muito” por sete vezes acompanhando o verbo “brigava”, no passado, demonstram que foi um período difícil na vida do casal, mas que Luciana já considera passado. Apesar da intensidade das brigas, Luciana elogia o marido, qualificando-o como “carinhoso” e com a expressão tradicional da família patriarcal “não deixa faltar nada”, como podemos ver no trecho (...) *porque o meu marido ele é muito carinhoso, isso eu não tenho o que reclamar, não deixa faltar nada, ele faz de tudo, o que tá beirando o impossível, ele tá fazendo pra não deixar faltar nada pra gente*.

No período de crise conjugal narrado por Luciana, houve uma proposta de separação do casal, como ela revela no seguinte trecho:

Só que é igual eu falei, eu não tenho esse negócio de separar. Quando eu falei lá (falou no grupo) que tava mexendo pra separar, porque ele queria separar. Se ele tá pedindo pra separar, alguma coisa ele tá achando do lado de fora que é melhor do que o que ele tem em casa, e na realidade tinha. Só que eu comecei conversar, falei assim, eu não vou separar, não vou separar porque minha mãe criou os 5 filhos do jeito que criou, só que com o meu pai, então os cinco filhos são do meu pai. E daí eu falei pra ele: “Eu não vou separar”. Aí o que eu queria é assim, mais sossego, meu filho crescer num ambiente saudável, sem briga. Tanto que quando ele vê eu e meu marido só conversando ele já vem perguntar: “Mas vocês já vão

brigar?” “Não, meu menino, não tá não. Não tá brigando, não”. Eu quero assim, um ambiente saudável, porque carinho meu filho tem, amor também.

Luciana revela aqui uma rigidez no que se refere à separação do casal, revelada pelas frases *eu não tenho esse negócio de separar* e, mais adiante, *eu não vou separar, não vou separar porque minha mãe criou os 5 filhos do jeito que criou, só que com o meu pai, então os cinco filhos são do meu pai*. Aqui há um propósito explícito de seguir o exemplo da mãe, que suportou um casamento infeliz por toda a vida, continuando até hoje, como revelado por Luciana. Ela não afirma que não quer se separar nesse momento, ou desse marido, por algum motivo especial. Ela afirma que não tem “esse negócio de separar”, desqualificando a separação como uma opção em qualquer hipótese. É importante para ela que todos os filhos sejam do mesmo pai, independentemente de como esteja a relação do casal: *minha mãe criou os 5 filhos do jeito que criou, só que com o meu pai*. Há uma ambivalência em seu relato: deseja fazer diferente, mas se mantém firme em repetir o padrão familiar.

Luciana também repete o uso do adjetivo “saudável”, agora junto ao substantivo ambiente. Ela gostaria de proporcionar um ambiente saudável para o filho, como afirma no excerto *o que eu queria é assim, mais sossego, meu filho crescer num ambiente saudável, sem briga. Tanto que quando ele vê eu e meu marido só conversando ele já vem perguntar: “Mas vocês já vão brigar?” “Não, meu menino, não tá não. Não tá brigando, não”. Eu quero assim, um ambiente saudável, porque carinho meu filho tem, amor também.*

Também podemos perceber esse discurso na fala de Luciana, quando ela afirma “eu não tenho esse negócio de separar”. Assim como sua mãe criou todos os filhos com o mesmo pai, ela também pretende se manter casada com o pai de seus filhos, custe o que custar. Ela deseja um ambiente saudável para seu filho. A fala de Luciana remete tanto ao discurso da “família desestruturada” descrito acima, que ela procura evitar, quanto ao ambiente saudável descrito na teoria do psicanalista Winnicott, desenvolvido a partir da noção de mãe suficientemente boa, aquela capaz de proporcionar ao filho um desenvolvimento emocional saudável (Arcangioli, 1995).

Vários trechos do relato de Luciana demonstram a influência da Psicanálise em seu conceito de família, não só o uso do termo “ambiente saudável”, mas também “trauma” e “regredir”. Seu depoimento revela que essas construções se deram ao longo de experiências no Grupo de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS onde participa, além do contato com a psicóloga da escola profissional assistencial onde seu filho estuda. Trata-se do discurso psicológico produzindo subjetividades (Rose, 2001, Szymansky, 2005).

Quando questionada sobre o que é família, ela responde:

Acolhimento. Eu falo assim que a palavra mais certa pra família é acolhimento. Eu falo que família não é aquela que gera, de berço, pai, mãe, irmão. Família é quando você chega igual aqui, eu tenho pra mim uma família, porque eu cheguei e eles me acolheram, me abraçaram, não define cor, não define raça, não vê se eu tô limpa, se eu tô suja. Eu acho que definiria assim: acolhimento. Porque às vezes pai e mãe, põe lá que pai e mãe é família, mas tem horas que você precisa de pai e mãe e pai e mãe não tá ali pra te ajudar. Não te acolhe da forma que você tá precisando. Às vezes não é financeiro, às vezes é um carinho, então um de fora te acolhe melhor do que um parente seu. Não que seja o meu caso, mas eu vejo o caso de outras pessoas que não tem o acolhimento que a família deveria dar. No meu caso é diferente, minha mãe me acolhe muito bem.

No excerto acima, Luciana afirma que o termo família está mais ligado à atitude acolhedora incondicional do que ao laço de parentesco e isso ela encontra no CRAS, como demonstra a seguinte declaração: *Eu falo que família não é aquela que gera, de berço, pai, mãe, irmão. Família é quando você chega igual aqui, eu tenho pra mim uma família, porque eu cheguei e eles me acolheram, me abraçaram, não define cor, não define raça, não vê se eu tô limpa, se eu tô suja. Eu acho que definiria assim: acolhimento.* Mas também encontra junto a sua mãe: *minha mãe me acolhe muito bem.*

Ao definir “família”, Sueli responde rapidamente:

A família é o esteio. A família é o esteio, porque eu sei o que eu passei quando meus filho ficou longe de mim, eu não tinha chão, eu fiquei um ano e sete meses sem meus filhos, eu não tinha chão. Eu sofria longe dos meus filhos. Tinha dia das mães, passei dia das mães, Natal, Ano Novo. O aniversário da minha filha que pra muitos pode parecer uma bobeira, mas pra mim era importante, eu perdi. Quando meus filhos veio pra mim, por mais que não tinha nada, graças a Deus consegui bastante ajuda, aí parece que meus pés teve chão de novo. Onde deu mais força pra mim lutar por eles, e eu tenho os três, graças a Deus a Mariana já é casada, o Gabriel também, nenhum dos dois se envolveu com droga, minha filha é evangélica, casada, tem meu neto que é a minha vida, tem meu filho que é evangélico, não fuma e não bebe. E também a família é tudo né, se não tiver a família vai ser o que da gente? A família hoje é tudo, se você não tiver família você não é ninguém. Porque é família que faz lutar, você ter força, ter garra.

Novamente ela faz uso do vocábulo “esteio” que antes qualificou seu pai e agora define família. Esteio é algo que dá sustentação. Sem o esteio, fica-se sem sustentação, sem chão, como ela afirma no trecho (...) *família é o esteio, porque eu sei o que eu passei quando meus filho ficou longe de mim, eu não tinha chão, eu fiquei um ano e sete meses sem meus filhos, eu*

não tinha chão. Quando meus filhos veio pra mim, por mais que não tinha nada, graças a Deus consegui bastante ajuda, aí parece que meus pés teve chão de novo. Sueli afirma nesse trecho que, mesmo sem as condições materiais que seriam necessárias para viver com os filhos, revelada pela frase *por mais que não tinha nada*, teve algo importante de sua vida restaurado quando pôde viver com os filhos novamente, o que ela simboliza com a frase *aí parece que meus pés teve chão de novo*.

Vicente descreve sua família como segue:

Minha família é uma bênção. Se eu soubesse que era tão bom viver sem álcool, eu tinha vivido uma vida maravilhosa com a minha esposa. Mas não foi nada, nada, nada. Eu tenho uma filha casada, que é mãe dos meus netinhos, trabalha no hospital. Tenho um filho homem, ele é especial, deu paralisia nele, a sorte que pegou só a perna e o braço, ele não tem uma perna e um braço, ele anda com aparelho, só anda com aparelho. E a outra filha que tem 39 anos trabalha em uma escola, na limpeza, que a cabeça dela não é boa.

Vicente apresenta em sua fala, primeiramente, um sentimento de aprovação em relação à própria família no enunciado *Minha família é uma bênção*. Em seguida, no excerto *Se eu soubesse que era tão bom viver sem álcool, eu tinha vivido uma vida maravilhosa com a minha esposa. Mas não foi nada, nada, nada*, ele demonstra um desejo de que no passado as coisas tivessem sido diferentes, pois ele acredita que poderia ter vivido uma vida maravilhosa se tivesse agido diferente. A frase *Mas não foi nada, nada, nada*, com a repetição do pronome indefinido “nada” três vezes, revela que há emoção no conteúdo. O sentimento de culpa que o levou a tentar o suicídio como descrito aqui anteriormente ainda está presente, porém ele atualmente parece conseguir lidar melhor com a situação, buscando a boa convivência com os filhos.

Sobre os filhos, Vicente os descreve como a mãe de seus netos, o filho que teve paralisia infantil e tem dificuldade de locomoção e a filha que “não é boa da cabeça”. Refere-se a eles como “uma bênção”, ou seja, algo bom que vem de Deus, revelando, também, sua crença religiosa. Em outro momento, Vicente fala sobre a filha que vive com ele e explica melhor qual sua dificuldade:

E essa filha que mora comigo ela dá crise de epilepsia, nossa, eu sofro pensando. Eu sou muito frágil com pensamento, sabe? Se eu ponho uma coisa na cabeça eu passo o dia inteiro pensando naquilo. Ontem ela falou: “Pai, tô com dor de cabeça” Eu passei o dia inteiro ligando pra ela com medo de dar a crise e ontem deu a crise nela. Aí hoje eu vou levar ela pra fazer um eletro da cabeça.

No trecho acima, Vicente fala de sua preocupação com uma das filhas, com quem tem uma relação de cuidado. A preocupação é evidente no trecho *Ontem ela falou: “Pai, tô com dor de cabeça” Eu passei o dia inteiro ligando pra ela com medo de dar a crise e ontem deu a crise nela. Aí hoje eu vou levar ela pra fazer um eletro da cabeça.* Em seu discurso, ele busca mostrar que hoje é um pai cuidadoso.

Ao ser questionado sobre o que é família para ele, Vicente responde com muitas exclamações:

É tudo, nossa! Agora eu sei dar valor na vida, meu Deus!

Vicente busca aqui demonstrar que seu valor maior é a família na frase *É tudo, nossa!*, pois “tudo” é um pronome indefinido que significa a totalidade das coisas, ou seja, não há nada mais importante. O uso do adjunto adverbial “agora” marca o fato de que antes não era assim, ou seja, ele não sabia dar valor à vida e à família. O vocativo “me Deus!” funciona aqui como uma interjeição, busca intensificar seu sentimento de valorizar a vida e a família.

Destaca-se primeiramente uma idealização do conceito de família. As participantes primeiramente contam como são suas famílias. São relatos que demonstram os sentimentos, os vínculos, o apoio mútuo e também as dificuldades de relacionamento, conflitos, brigas. Um rico conjunto de afetos que compõe o dia a dia da convivência, com alegrias e também sofrimentos.

Porém, quando questionamos “o que é família para você?”, todas respondem com uma imagem idealizada: união, amor, harmonia, acolhimento. Vem à tona uma ideia de família, não a família real (Chauí, 1984).

5 Considerações Finais

Considerando o SUAS como produtor de subjetividade a partir de discursos sobre família, vínculo e vulnerabilidade, podemos encontrar nos depoentes desta pesquisa diferentes modos de se relacionar com o CRAS e de apresentar sua família perante a instituição.

A primeira família é aquela que é considerada “um problema”, que “não aproveita a oportunidade”, como disse Mercedes sobre sua filha, ou as famílias que reproduzem o ciclo da pobreza, como comentou a coordenadora do CRAS. São descritas nas Orientações Técnicas sobre o PAIF como as famílias que reproduzem a situação de vulnerabilidade de uma geração para a outra. São usuários que não se enquadram no modelo da família nuclear moderna idealizado por alguns discursos circulantes. Frequentemente há casos de abuso de álcool e drogas na família, indivíduos cumprindo pena por atos ilegais e crianças com risco de abandono.

O CRAS para essas famílias é uma instituição de apoio na luta pela sobrevivência, recebem benefícios, procuram por cesta básica e agasalhos. Além da procura por benefícios, chegam ao CRAS por encaminhamento da rede, notadamente o judiciário e as escolas das crianças. Dificilmente participam das reuniões e grupos de convivência. Às vezes aparecem para um evento, mas não há participação efetiva. O vínculo com a instituição é coercitivo. Quando comparecem às reuniões e eventos é por receio de perder os benefícios que recebem. Segue a mesma lógica do cumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Não encontramos essa família nos grupos de convivência, principalmente no de mães, na qual todas se apresentam, contam suas histórias. Esse usuário sabe que não se enquadra no que é socialmente esperado dele. Mesmo que seja bem recebido pelos profissionais do CRAS, no grupo a relação se estende aos demais participantes com os quais ela ou ele não quer se relacionar. É um usuário que está na corda bamba entre o a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, normalmente passando de uma para outra.

O segundo tipo de família é aquela que chega ao CRAS em busca não só de benefício, mas também de “aprender algo”, como disse Joelma. Participa de grupos, ou envia os filhos e vai às reuniões. Fazem parte principalmente pessoas mais velhas, com mais de 40 anos, e um grande número de idosos. Gostam do convívio social, de ter com quem conversar e de conhecer algo novo. Muitas vezes convidam o restante da família para participar, como Joelma que convidou a filha que tem dois filhos pequenos para a acompanhar no grupo de Fortalecimento de Vínculos, mas como é comum, ela não quis.

A vulnerabilidade dessas famílias pode estar na baixa renda, no abuso de álcool e drogas por algum membro ou em algum caso de deficiência. Pode ser também violência intrafamiliar, na maioria das vezes contra a mulher. Mas conseguem se manter sem passar para o outro lado da linha: a Proteção Social Especial. É uma família que mantém um vínculo de dependência com o Estado, por intermédio da Assistência Social em alguma fase ou por várias gerações. É a família padrão do CRAS: precisa dos serviços, adere às atividades, ao menos temporariamente, mas nem sempre desenvolve a autonomia que a Política Nacional de Assistência Social preconiza.

Já o terceiro tipo de família que encontramos é a família que está no território, tem um risco mínimo de vulnerabilidade e apresenta o discurso padrão da família nuclear burguesa. É o caso da família de Luciana. Assim como ela, há outras pessoas que não se enquadram no perfil para receber benefícios, nem procuram cesta básica. Gostam de participar do CRAS pelo convívio social e por aprender coisas novas. Às vezes vão pela atividade física, o que atrai muito os idosos do grupo de convivência. Não se enquadrando no perfil de família acompanhada pelo PAIF, também não constam nos números que geram recursos para a instituição. No entanto, a vulnerabilidade pode surgir em uma determinada situação e essa família mudar de lugar junto ao CRAS.

Há ainda um quarto tipo de usuário: aquele com um histórico de grande vulnerabilidade e risco, que foi superado, mas deixou marcas na saúde física e mental, no qual se inserem Sueli e Vicente. Por ocasião da entrevista, ambos tinham uma fonte de renda advinda de trabalho formal ou aposentadoria e haviam vencido as principais dificuldades, mas continuam contando com o CRAS nesse processo de superação. Encontram-se em transição entre o segundo e terceiro tipo de família que descrevemos.

Não pretendemos apontar “tipos de famílias”, aglutinando de forma homogênea pessoas que possuem histórias totalmente únicas. Sabemos que cada família tem formas próprias de se relacionar, portadoras de forças e fraquezas que as tornam mais ou menos vulneráveis em determinados momentos de suas vidas.

Porém, a partir de uma perspectiva discursiva, entendemos que encontramos nas falas apresentadas pelos participantes aspectos sobre a família que são historicamente construídos, em diferentes espaços que frequentam, notadamente o CRAS, por ser uma instituição assistencial, normativa e pedagógica que produz subjetividades.

No contexto do CRAS, os aspectos que caracterizam a vulnerabilidade ganham destaque, pois é a partir deles, conforme a descrição das Orientações Técnicas, que as famílias são incluídas no PAIF e passam a ser acompanhadas pela equipe.

O conceito de família para o usuário do CRAS é o mesmo que vem sendo construído e cultivado com o surgimento da sociedade moderna. Para Mercedes é a união, a família reunida. Para Joelma é amor e harmonia. Para Luciana é acolhimento incondicional. Sueli considera a família seu esteio. Vicente afirma que a família é tudo para ele. Todos procuram o afeto junto aos seus.

Diante da instituição CRAS, no entanto, as famílias são vistas conforme o seu nível de vulnerabilidade e potencial de participação nas atividades oferecidas. São famílias que se organizam de modo diferente em relação à exigência social de produtividade e consumo: a família que vive de atividade ilícita e se mantém à margem da sociedade, a família que vive da assistência do Estado e subempregos e a família que está inserida no mercado formal e sonha com uma possível ascensão social.

Os fatores de vulnerabilidade que predominaram nos relatos foram a violência de gênero, o desemprego e subemprego, o abuso de álcool e drogas e o envolvimento com o tráfico de drogas. Na maioria dos casos a vulnerabilidade é multifatorial, envolvendo a necessidade de mais de uma estratégia de enfrentamento pelo sujeito e pela equipe do CRAS que atua com tais famílias. É importante enfatizar que há um contexto social e político que cria e mantém a vulnerabilidade, dificultando o alcance do trabalho da instituição. Mesmo assim, o CRAS parece ser um importante espaço de convivência social, informação e apoio para as famílias estudadas.

Há uma rica teia de sentidos que se forma no relato de cada participante sobre sua família. São grupos familiares que apresentam diferenças e semelhanças em sua organização interna, modo de se relacionar, fatores que levam à vulnerabilidade e formas de enfrentamento desta.

O conceito de família que encontramos nessa pesquisa foi construído historicamente por discursos difundidos em diferentes instituições, notadamente os discursos psicológico e religioso. Está carregado de idealizações e de imagens que remetem ao acolhimento, ao amor e à união. No entanto, a família real é repleta de complexidade, revelando questões sociais amalgamadas à trama dos vínculos e afetos.

6 Referências Bibliográficas

- Althusser, L. (1985). *Os aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal.
- Arcangioli, A. M. (1995). Introdução à obra de Winnicott. In: Nasio, J. D. *Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan*. (pp. 181-201). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Aries, P. (1981). *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Bauman, Z. (1998). *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z. (2004). *Amor Líquido*. Rio de Janeiro: JZE.
- Bauman, Z. (2008). *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: JZE.
- Brasil. (2016). Lei 8069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Edições Câmara. Recuperado de: file:///C:/Users/User/Downloads/estatuto_crianca_adolescente_14ed.pdf
- Brasil. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2005). *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*. Brasília: MDS.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. (2009). *Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*. Brasília: MDS.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. (2012). *Orientações Técnicas sobre o PAIF. Volume 1. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília: MDS.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. (2015). *Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal*. Brasília: MDS.
- Carvalho, M. C. B. de. (2003). O lugar da família na política social. In: Carvalho, M. C. B. de (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez.
- Chauí, M. *O Que é Ideologia* - São Paulo: Brasiliense, 1984.
- Engels, F. (2002). *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fadiman, J., Frager, R. (1986). *Teorias da Personalidade*. São Paulo: HARBRA.

- Féres-Carneiro, T. Terapia familiar: das divergências às possibilidades de articulação de diferentes enfoques. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 16(01), 38-42. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931996000100007>.
- Fonseca, C. (2005). Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*, 14(2), 50-59. Recuperado de: <file:///E:/Dados/Downloads/7146-9598-1-PB.pdf>.
- Foucault, M. (1988). *História da Sexualidade vol.1 – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade: curso no College de France: 1975-1976*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2002). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora.
- Foucault, M. (2013). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Giddens, A. (1993). A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Goulart, I. B. & Guimarães, R. F. (2002). Cenários contemporâneos do mundo do trabalho. In: Goulart, I. B. (Org). *Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos*. (pp. 17-36). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Guareschi, N. M. F. , Reis, C. D. , Huning, S. M., Bertuzzi, L. D. (2007). Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentido com adolescentes do programa do trabalho educativo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 7(1), 17-27. Recuperado de : <http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/html/v7n1a03.htm>.
- Guareschi, N. M. F. & Scarparo, H. (2008). Refletindo sobre a pesquisa e produção de conhecimento. In: Scarparo, H. *Psicologia e Pesquisa*. Porto Alegre: Sulina.
- Guareschi, P. A. (2013). Ideologia. In: Strey, M. N. *Psicologia Social Contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Harvey, D. (1993). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Editora Loyola.
- Yamamoto, O. H. & Oliveira, I. F. de. (2010). Política Social e Psicologia: uma Trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 9-24. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26nspe/a02v26ns.pdf>.
- Leite, M. P., Posthuma, A. C. (2004). *Reestruturação produtiva, perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*. São Paulo: Vozes.
- Macedo, O. J., Pessoa, M. C. B. & Alberto, M. F. P. Atuação dos profissionais de psicologia junto à infância e à adolescência nas Políticas Públicas de Assistência Social. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 3(3), 916-931. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v35n3/1982-3703-pcp-35-3-0916.pdf>.

- Neder, G. (2000). Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: Kaloustian, Sílvia Manoug (Org.). *Família brasileira: a base de tudo*. 4ª edição. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF.
- Outhwaite, W. & Bottomore, T. (1996). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Prado, D. (1988). *O que é família*. São Paulo: Brasiliense.
- Reis, J. R. T. Família, emoção e ideologia. (1989). In: Lane, S. & Codo, W. (Orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. (pp. 99-124). São Paulo, Brasiliense.
- Rodrigues, L & Guareschi, N. M. F. & Cruz, L. R. da. (2013). A centralidade do vínculo familiar e comunitário nas políticas públicas de assistência social. Em: Rodrigues, L., Guareschi, N. M. F. & Cruz, L. R. da. (Org.). *Interlocuções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social*. Santa Cruz do Sul: EDUNSC. Recuperado de http://ftp.unisc.br/portal/upload/com_editora_livro/1363870399.pdf#page=12.
- Rose, N. (2001). Como se deve fazer a história do EU? *Educação & Realidade*, Porto Alegre, 26 (01), 33-57. Recuperado de: <file:///C:/Users/User/Downloads/41313-164535-1-PB.pdf>.
- Saffioti, H. I. B. (1999). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *Perspectiva* 13(4), 82-91.
- Saffioti, H. I. B. & Almeida, S. S. de. (1995). *Violência de gênero – poder e impotência*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter Ltda.
- Sarti, C. A. (2005). Família e individualidade: um problema moderno. In: Carvalho, M. C. B. (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez.
- Severo, M. J. T. S. (2016). Mulheres assentadas: novas práticas em busca de transformações sociais. In: Menegat, A. S. (Org.). *Leituras sobre mulheres: o fazer e o refazer de caminhos*. (pp. 47-81). Dourados, MS: Editora UFGD.
- Sibília, P. (2008) *O Show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Spink, M. J P. & Lima, H. (2013). Rigor e Visibilidade: a explicitação dos passos de interpretação. In: Spink, M. J P. (Org.). *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano*. (pp. 71-99). Livro eletrônico. São Paulo: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Recuperado de: www.bvce.org.
- Szymanski, H. (2005). Teorias e “teorias” de famílias. In: Carvalho, Maria do Carmo Brant de (Org.). *A família contemporânea em debate*. (pp. 23-27). São Paulo: EDUC/Cortez.
- Tallaferro, A. (1989). *Curso Básico de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Wielewicki, V. H. G. (2001). A pesquisa etnográfica como construção discursiva. *Acta Sientiarum*, 23(1), 27-32. Recuperado de: <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/2724/1878>.

- Zimba, N. (2013). *Família: Especial Proteção do Estado - A centralidade da família na Política de Assistência Social*. 139 p. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Recuperado de: file:///C:/Users/User/Downloads/N%C3%BAbia%20Zimba.pdf.
- Zimerman, D. E. (1999). *Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica*. Porto Alegre: ARTMED.
- Zimerman, D. E. (2001). *Vocabulário Contemporâneo de Psicanálise*. Porto Alegre: ARTMED.

Anexo A – Roteiro para entrevista semi-estruturada

Questão 1. Quais as pessoas que moram na mesma casa que você e qual tipo de relacionamento você tem com elas?

Questão 2. Há quanto tempo você participa do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família? Outras pessoas da sua família também participam? Quais?

Questão 3: Por que você se interessou em participar do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família?

Questão 4: Como tem sido essa experiência (participar do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família)?

Questão 5: O CRAS e os programas nele desenvolvidos ajudam você e sua família? De que maneira?

Questão 6: O que é família para você?

Anexo B – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa